

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Centro de Artes, Humanidades de Letras
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural

Paulo Otávio de Laia

Musealização do Patrimônio Arqueológico do sítio Reitoria, Cruz das Almas, Bahia.

Cachoeira – BA

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Centro de Artes, Humanidades de Letras
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural

Paulo Otávio de Laia

Musealização do Patrimônio Arqueológico do sítio Reitoria, Cruz das Almas, Bahia.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Área de Concentração: Arqueologia

Linha de Pesquisa 02: Musealização do Patrimônio Arqueológico

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa

Co-Orientador: Prof. Dr. Henry Luydy Abraham Fernandes

Cachoeira – BA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

L185m	<p>Laia, Paulo Otávio. Musealização do Patrimônio Arqueológico do Sítio Reitoria, Cruz das Almas, Bahia / Paulo Otávio Laia. _ Cachoeira, BA, 2024. 170f.; il.</p> <p>(Dissertação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa. Coorientador: Prof. Dr. Henry Luydy.</p> <p>1.Arqueologia – Sítios históricos. 2.Museus – Conservação e restauração. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II.Título.</p> <p>CDD: 350.85</p>
-------	--

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração Antonio Marcos Samento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).


PAULO OTÁVIO DE LAIA

**MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO REITORIA,
CRUZ DAS ALMAS, BAHIA**


Dissertação de Mestrado realizada sob a Orientação do Prof. Carlos Alberto Santos Costa e a Coorientação do Prof. Henry Luydy Abraham Fernandes, apresentada, defendida e aprovada no dia 06 de dezembro de 2024 no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural, concentração Arqueologia, Linha 2 – Musealização do Patrimônio Arqueológico.

Cachoeira, 06 de dezembro de 2024.


FOLHA DE APROVAÇÃO:

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA**
Data: 06/12/2024 14:46:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa (Orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Documento assinado digitalmente
 **HENRY LUYDY ABRAHAM FERNANDES**
Data: 06/12/2024 16:09:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Henry Luydy Abraham Fernandes (Coorientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Documento assinado digitalmente
 **SARAH DE BARROS VIANA HISSA**
Data: 06/12/2024 16:48:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Sarah de Barros Viana Hissa (Membra interna)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Documento assinado digitalmente
 **LEANDRO ELIAS CANAAN MAGESTE**
Data: 06/12/2024 16:26:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste (Membro externo)
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UFNIVASF)

*Aos irmãos Gabriel, Poliana e Francielle;
À sobrinha Helloá e à afilhada Ana Alice;
por minhas ausências no compartilhar da vida.*

*À memória de Maria Lúcia Laia,
cuja coragem diante da vida é meu farol mais brilhante.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia por subsidiar financeiramente a realização deste projeto. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e todo seu corpo técnico e docente, especialmente à Carlos Alberto Santos Costa e Henry Luydy Abrahan Fernandes, que orientaram conjuntamente este trabalho, bem como à Fabiana Comerlato, por me apresentar o potencial de trabalho do sítio Reitoria, objeto desta pesquisa.

Agradeço aos colegas que compartilharam comigo essa caminhada: Bianca Araújo Freires, Olga Nathália da Paixão Vidal, Rafael Alves Moreira Nascimento e Yury Barbosa Barros. Registro também meus agradecimentos as(os) estagiárias(os) e voluntárias(os) do Laboratório de Documentação e Arqueologia (CAHL/UFRB), coparticipes no processamento do acervo considerado nesta pesquisa: Ana Cláudia Sena de Santana, Ana Luiza da Cruz Rodrigues, Beatriz dos Santos Barroso, Carla Adriana Santana Santos, Fabiano Elias dos Santos, Gabriel Costa Fernandes, Gabrielle Soares Magalhães, Graziela dos Santos Silva, Ivana Conceição da Silva, Jennifer Coelho da Silva, Juciara Maria da Silva Santos, maria Elizabeth Alves de Castro e Railda Pinto de Brito Barreto.

Igualmente, agradeço aos moradores de Cruz das Almas e das Comunidades Remanescentes de Quilombo Baixa da Linha e Vila Guaxinim, colaboradores desta pesquisa, que cederam seus depoimentos para ampliação dos horizontes informacionais sobre o sítio Reitoria, a saber: José Augusto Araújo Pereira, Luiz Haroldo Peixoto da Silva, Marcos Rosa Silva, Maria da Conceição Pereira e Silvana Pedreira Dias Silva.

Aos velhos e novos amigos de caminhada, principalmente aqueles cujos laços de ancestralidade foram estabelecidos e fortalecidos nas cidades de Cachoeira e Salvador: Alice Nascimento, Breno Silva, Bui Pedra do Lago, Cida, D. Antônia, DJ Felipe, Iansmin Gonçalves, Joadson Meira, Lais Fonseca, Nete, Nice Pita, Stéphaney Lima e Tainara Mendes.

Por fim, agradeço ao meu Orí e as forças espirituais que me acompanham, por me manterem atento e forte durante os árduos desafios enfrentados ao longo deste processo. Mo jubá laxé.

*Pois não importa o que eu tenho
E sim o que eu possa fazer com quem eu tenho
Pois eu já não sou
O que foram os meus irmãos
Pois eu nasci de um ventre livre
Nasci de um ventre livre no século XX
Eu tenho o pé e o amor e a fé
No século XXI
Onde as conquistas científicas, espaciais, medicinais
E a confraternização dos povos
Serão as armas da vitória*

Trecho da canção *Charles Jr.* de Jorge Bem Jor.

*Eu vim de lá, eu vim de lá pequenininho
Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho*

Trecho da canção *Alguém me avisou* de Dona Ivone Lara

*Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas.*

Samba de Roda do Recôncavo Baiano
registrado na canção *Massembe* de Roberto Mendes e José Carlos Capinan.

RESUMO

O sítio Reitoria, localizado no município de Cruz das Almas, em área de propriedade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, compartilha sua ocupação com as comunidades remanescentes de quilombo Baixa da Linha e Vila Guaxinim, cujo habitantes interagem há várias décadas com os vestígios arqueológicos ali evidenciados. Estes vestígios são formados, em sua maioria, por recipientes cerâmicos e urnas funerárias classificadas na Arqueologia brasileira como da Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu; além de uma oficina lítica no curso do riacho Capivari, nominada por moradores do local como “Pedra do Índio”, onde são encontrados sulcos de polimento para instrumentos de pedra. Da interação destes grupos com o sítio, foram realizadas coletas assistemáticas de vestígios no local. O principal objetivo deste projeto é mapear a realidade arqueológica do sítio Reitoria, tendo como procedimento teórico-metodológico orientador deste mapeamento a Musealização da Arqueologia, compreendida como o exercício interdisciplinar qualificado entre os campos da Arqueologia e Museologia. Essa interação busca estabelecer mediações entre a sociedade contemporânea e os sítios e acervos arqueológicos, observados enquanto indicadores da memória, sobre os quais se aplica a cadeia operatória museológica de procedimentos de salvaguarda e comunicação, considerando a historicidade de seus processos formativos, seus territórios de intervenção e sua interpretação como bem patrimonial. Por realidade arqueológica compreende-se o conjunto inter-relacionado de informações acerca dos sítios arqueológicos e das coleções geradas a partir de intervenções nos territórios em que se localizam. Assim, através do levantamento e análise de diários de campo, fotografias, relatórios, projetos, textos de divulgação e diálogos diretos com pesquisadores, este trabalho identifica e sistematiza cinco coletas realizadas entre 2014 e 2019 e uma doação feita em 2015, totalizando mais de 240 objetos vinculados ao sítio arqueológico Reitoria registrados até o momento, localizados no Laboratório de Documentação e Arqueologia LADA/UFRB.

Palavras-chave: Arqueologia, Musealização, Sítio Arqueológico Reitoria, Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu, Cruz das Almas.

ABSTRATC

The Reitoria archaeological site, located in the municipality of Cruz das Almas, on land owned by the Federal University of Recôncavo da Bahia, shares its occupancy with the remnant quilombo communities of Baixa da Linha and Vila Guaxinim, whose inhabitants have interacted for several decades with the archaeological remains evidenced there. These remains consist mostly of ceramic containers and funerary urns, classified in Brazilian Archaeology as belonging to the Aratu Archaeological Ceramic Tradition. Additionally, there is a lithic workshop along the course of the Capivari stream, named "Pedra do Índio" by local residents, where grooves used for polishing stone tools can be found. From the interaction of these groups with the site, non-systematic collections of remains were conducted in the area. The main goal of this project is to map the archaeological reality of the Reitoria site, guided by the theoretical-methodological approach of the Musealization of Archaeology. This is understood as an interdisciplinary exercise bridging the fields of Archaeology and Museology. Such an interaction seeks to establish mediations between contemporary society and archaeological sites and collections, regarded as indicators of memory. These are subjected to the operational museological chain of safeguarding and communication procedures, considering the historicity of their formative processes, their territories of intervention, and their interpretation as heritage assets. Archaeological reality is understood as the interconnected set of information regarding archaeological sites and the collections generated through interventions in the territories where they are located. Thus, through the survey and analysis of field journals, photographs, reports, projects, dissemination texts, and direct dialogues with researchers, this work identifies and systematizes five collections conducted between 2014 and 2019 and one donation made in 2015. These efforts have resulted in the registration of over 240 objects associated with the Reitoria archaeological site, now housed at the Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA/UFRB).

Key-words: Archaeology; Musealization; Reitoria Archaeological Site; Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu; Cruz das Almas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Uma possível leitura da estratigrafia do abandono.....	22
Figura 02 – Cadeia Operatória de Musealização da Arqueologia considerando a realidade arqueológica e o território patrimonial dos contextos aos quais se aplique.....	32
Mapa 01 - Divisão político-administrativa do Território de Identidade Recôncavo.....	39
Mapa 02 – Mapa Político do Município de Cruz das Almas.....	44
Mapa 03 – Aspectos Geoambientais do Município de Cruz das Almas.....	46
Mapa 04 – Localização da área de pesquisa.....	77
Figura 03 – Desenho da dinâmica de fratura de uma urna funerárias da fase Itanhém, da Tradição Arqueológica Aratu, depositada no museu de Porto Seguro.....	81
Mapa 05 – Área compreendida como sítio Reitoria a partir da dispersão de material arqueológico.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2014.....	98
Tabela 02 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2015.....	105
Tabela 03 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2016.....	113
Tabela 04 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2018.....	129
Tabela 05 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2019.....	129
Tabela 06 – Inventário Geral da Coleção Sítio Reitoria.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD - Banco Digital de Teses e Dissertações

CAHL – Centro de Artes Humanidades e Letras

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCAAB – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CERI - Centro de Pesquisa e Inovação Educacional

CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

CNA – Centro Nacional de Arqueologia

CNIGP - Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP – Fundação Cultural Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IGP - Instituições de Guarda e Pesquisa de Acervos Arqueológicos

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPEAL – Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Leste

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LADA – Laboratório de Documentação e Arqueologia

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PPGAP – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural

SGPA – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico

SIPAC – Sistema de Informações do Patrimônio Cultural

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNIMAM – Centro Universitário Maria Milza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 01 – Musealização da Arqueologia: procedimentos teórico-metodológicos..	18
CAPÍTULO 02 – O sítio arqueológico Reitoria em contexto.....	34
02.1 – Fonte e Métodos.....	34
02.2 – O Recôncavo Baiano.....	38
02.3 – O Município de Cruz das Almas.....	42
02.4 – A Formação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.....	47
02.5 – O Território Patrimonial de Cruz das Almas.....	54
02.5.1 – Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso.....	54
02.5.2 – Fazenda Campo Limpo.....	55
02.5.3 – Estação Ferroviária de Pombal ou Engenheiro Eurico Macedo.....	56
02.5.4 – Casa da Cultura Galeno d’Avelírio.....	57
02.5.5 – Manifestações Culturais.....	58
02.5.6 – Comunidades Remanescentes de Quilombo.....	58
02.6 – Narrativas e relações entre sujeitos e artefatos.....	66
02.6.1 – Marcos Rosa Silva.....	67
02.6.2 – José Augusto Araújo Pereira.....	68
02.6.3 – Maria da Conceição Pereira.....	70
02.6.4 – Silvana Pedreira Dias Silva.....	72
02.6.5 – Luiz Haroldo Peixoto da Silva.....	74
02.7 – O sítio Arqueológico Reitoria.....	76
CAPÍTULO 03 – As coleções arqueológicas do sítio Reitoria.....	83
03.1 – Fontes e Métodos.....	83
03.2 – A formação das coleções arqueológicas do sítio Reitoria.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	170
APÊNDICE	173

INTRODUÇÃO

Apresentamos os resultados do projeto de pesquisa *Musealização do Patrimônio Arqueológico do Sítio Reitoria, Cruz das Almas, Bahia*, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGAP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O sítio está localizado na área do campus da UFRB de Cruz das Almas, próximo ao edifício sede da reitoria desta instituição, que tem em seu limite norte o riacho Capivari, afluente da bacia do rio Paraguaçu. Coexistem no local as comunidades da Baixa da Linha e Vila Guaxinim, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como territórios remanescentes de quilombo.

Narrativas locais, tanto dos habitantes dessas comunidades, quanto de funcionários da universidade, apontam que desde a década de 1980 há o reconhecimento de artefatos arqueológicos nessa região, no entanto, a primeira incursão arqueológica registrada ocorre somente em 2006. Desde então, o sítio Reitoria insere-se no horizonte de pesquisa de pessoas arqueólogas atuantes na região e torna-se alvo de diversas atividades, que vão desde sua inclusão no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) em 2010, até ações de monitoramento, extensão e divulgação científica em arqueologia e patrimônio cultural, promovidas pelo Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA) do CAHL/UFRB.

Os artefatos evidenciados no sítio Reitoria são formados, em sua maioria, por recipientes cerâmicos e urnas funerárias classificadas na Arqueologia brasileira como pertencentes à Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu; além de uma oficina lítica no curso do riacho Capivari, nominada por moradores do local como “Pedra do Índio”, onde são encontrados sulcos de polimento para instrumentos de pedra. Através do levantamento e análise de diários de campo, fotografias, relatórios, projetos, textos de divulgação e diálogos diretos com pesquisadores, identificamos cinco coletas realizadas entre 2014 e 2019 e uma doação feita em 2015, totalizando mais de 240 objetos registrados até o momento.

Diante deste horizonte, material e informacional, a pergunta de pesquisa que este trabalho procura responder se orienta em direção aos aspectos mais amplos deste contexto, a saber: como a produção de conhecimento arqueológico pode colaborar de modo qualificado nos processos de Musealização da Arqueologia?

Não pretendemos aqui propor uma delimitação de fronteiras do conhecimento, definindo quais são as atuações da Museologia e da Arqueologia, já que, como se visto no decorrer do texto, trabalhamos com a noção de interdisciplinaridade integrada, em que conceitos e insights de uma disciplina contribuem para problemas e teorias de outra, fomentando novas categorias conceituais e metodológicas.

O questionamento aqui proposto considera a produção de conhecimento arqueológico como aquela que se realiza a partir das análises intrínsecas e/ou extrínsecas aos sítios e coleções, ademais, sugere que quando essa produção se orienta aos processos de musealização ela adquire características que aproximam a prática arqueológica dos contextos socioculturais do presente, articulando, ademais, as “ferramentas necessárias para o aprimoramento da percepção, registro e memória do patrimônio arqueológico, construído a partir da práxis arqueológica, pois o aborda sob uma perspectiva relacional” (MORAES WICHERS, 2011, p. 31).

No sentido de experimentar a articulação dessas ferramentas, o principal objetivo deste projeto é mapear a realidade arqueológica do sítio Reitoria, tendo como procedimento teórico-metodológico orientador deste mapeamento a Musealização da Arqueologia. Por realidade arqueológica compreende-se o conjunto inter-relacionado de informações acerca dos sítios arqueológicos e das coleções geradas a partir de intervenções nestes locais.

A realidade arqueológica do sítio Reitoria apresentada neste trabalho de pesquisa é constituída por um levantamento sistemático de seus aspectos históricos e ambientais; das coleções geradas por intervenção arqueológica e por coletas de membros das comunidades; por narrativas arqueológicas, ou seja, as informações produzidas através de pesquisa arqueológica; e por um levantamento exíguo das narrativas que os habitantes do local elaboram a partir de interações e ressignificações dos vestígios evidenciados.

Cumprindo os objetivos específicos deste trabalho, efetuamos a sistematização das informações produzidas sobre o sítio Reitoria, produzindo um inventário geral da coleção, de acordo aos critérios técnicos e informacionais que orientam o trabalho do LADA. Realizamos também uma breve descrição do território patrimonial do sítio, compreendo as demais referências e indicadores de memória do contexto em análise, formado por bens materiais e imateriais, expressões culturais e dinâmicas socioculturais evidentes no território da pesquisa.

A justificativa de execução deste projeto reside na necessidade de ampliação das informações geradas em diversos níveis de conhecimento sobre o sítio Reitoria, contribuindo para subsidiar os procedimentos técnico-científicos de salvaguarda e comunicação aplicados à musealização deste patrimônio arqueológico. Nossa proposta de apresentação dos resultados dessa experimentação procura discorrer acerca de cada elemento da realidade arqueológica em um capítulo seccionado, oferecendo assim uma leitura concatenada do conjunto de informações inter-relacionadas dispostas sobre objeto de análise da pesquisa. Um dos desafios encontrados nessa proposta reside no fato de que embora a compreensão da realidade arqueológica seja um dos procedimentos metodológicos apontados no marco teórico da Musealização da Arqueologia, cada elemento exige a aplicação de métodos de trabalho que atendam a necessidades específicas, de acordo com o mapeamento pretendido.

No primeiro capítulo, intitulado: *Musealização da Arqueologia: procedimentos teórico-metodológicos*, partimos da noção de interdisciplinaridade, que tem sua origem no campo educacional, para apresentar os conceitos-chave de discussão do marco teórico-metodológico da pesquisa. A Musealização da Arqueologia, enquanto conceito acadêmico, experimenta e desenvolve há mais de trinta anos no Brasil ações que articulam a cadeia operatória museológica de salvaguarda e comunicação, aplicados aos mais diversos contextos arqueológicos. Seus objetivos concentram-se na formulação e execução de procedimentos técnicos para gestão do patrimônio arqueológico e nos desdobramentos de ações que promovam vínculos entre este bem cultural e as sociedades contemporâneas.

No segundo capítulo, nominado: *o sítio arqueológico Reitoria em contexto*, apresentamos o levantamento de informações voltadas ao reconhecimento ambiental e social do território em que se localiza o sítio. Como parte do processo de compreensão deste contexto, apresentamos os resultados do mapeamento de narrativas locais, elaborado por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com cinco pessoas diretamente vinculadas ao sítio Reitoria. Por sua vez, o processamento das entrevistas se deu por meio de análises temáticas, método de organização que descreve os dados em contexto, ao mesmo tempo que interpreta vários aspectos do tópico de pesquisa, o que possibilitou a apresentação de perfis descritivos de cada um dos entrevistados, de acordo com os temas propostos para análise.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado: *as coleções arqueológicas do sítio Reitoria*, expomos os resultados do trabalho de levantamento das informações acerca da cultura material coletada de modo assistemática no sítio, além da revisão e verificação do conjunto de artefatos que deram origem as duas coleções arqueológicas que formam este conjunto. Com os desdobramentos da pesquisa identificamos que os artefatos evidenciados se encontravam distribuídos em dois espaços, no LADA e na sede da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha.

Em 2023, dadas as condições de acondicionamento da coleção na sede da Associação Quilombola, procedemos em acordo com a comunidade da Baixa da Linha o recolhimento e a guarda provisória dos artefatos no LADA, reunindo o acervo para processamento, análise e identificação. Consideramos essas ações como relevantes na elaboração das diretrizes de musealização do sítio Reitoria, pois a articulação das técnicas aplicadas ao reconhecimento do conjunto, oferecem subsídios ao desenvolvimento de atividades cujo objetivo seja a preservação e apropriação sociocultural do patrimônio arqueológico.

Assim, destacamos que a articulação de procedimentos que se iniciam com a análise de coleções em reserva técnica e alcançam a contextualização territorial dos sítios, possibilita a promoção de perspectivas mais abrangentes aos procedimentos de investigação em arqueologia, ampliando o escopo de pesquisa arqueométricas para a produção de conhecimentos voltados também aos processos de musealização do patrimônio arqueológico. Procuramos demonstrar essa ampliação a partir dos capítulos que seguem, mas ressaltamos que a característica experimental e contextualmente adaptativa da Musealização da Arqueologia, proporciona sua aplicação em diferentes etapas dos procedimentos que afirmam a cultura material arqueológica como patrimônio cultural. Dessa forma, compreendemos que os resultados de pesquisa aqui apresentados podem ser avaliados como uma das primeiras etapas no reconhecimento do sítio Reitoria e seu acervo como indicadores de memória.

CAPÍTULO 01 – Musealização da Arqueologia: procedimentos teórico-metodológicos

*A verdade é que a palavra, ela mesma, em si própria, não diz nada.
Quem diz é o acordo estabelecido entre quem fala e quem ouve.*

(Toda Palavra – Viviane Mosé)

A relevância acadêmica do conceito de *interdisciplinaridade* tornou sua redação quase uma obrigatoriedade para aprovação de projetos, propostas de articulação entre campos disciplinares e acesso a recursos em instituições de financiamento. O uso recorrente de algumas expressões na ordem dos discursos científicos, muitas vezes nos provoca a percepção de esvaziamento dos sentidos que sustentam determinados conceitos, situação que promove um convite à revisão, principalmente quando de sua expansão das fronteiras universitárias, que no caso da interdisciplinaridade, se apresenta como um discurso sobre a prática.

Uma das principais discussões entorno deste conceito, que tem sua origem no campo educacional, encontram-se reunidas no relatório Interdisciplinaridade: problemas de ensino e pesquisa nas universidades¹, fruto do seminário homônimo realizado em 1972 na Universidade de Nice (França), pelo Centro de Pesquisa e Inovação Educacional (CERI) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o apoio do Ministério da Educação francês. Organizado por um grupo de pesquisadores liderados pelo filósofo belga Leo Apostel, da Universidade de Ghent (APOSTEL *et al.*, 1972), o relatório promove um levantamento analítico do conceito de disciplina e suas derivações operacionais, como *multidisciplinaridade*, *pluridisciplinaridade*, *transdisciplinaridade* e *interdisciplinaridade*, indicada como

Um adjetivo que descreve a interação entre duas ou mais disciplinas diferentes. Essa interação pode ir desde a simples comunicação de ideias até a integração mútua de conceitos organizadores, metodologia, procedimentos, epistemologia, terminologia, dados e organização de pesquisa e ensino em um campo bastante amplo. Um grupo interdisciplinar consiste de pessoas treinadas em diferentes áreas do conhecimento (disciplinas) com diferentes conceitos, métodos, dados e termos organizados em um esforço e problema comum, com intercomunicação contínua entre os participantes das diferentes disciplinas (*ibid.*, p. 25-26)².

¹ Interdisciplinarity: problems of teaching and research in universities

² An adjective describing the interaction among two or more different disciplines. This interaction may range from simple communication of ideas to the mutual integration of organizing concepts, methodology, procedures, epistemology, terminology, data and organization of research and education in a fairly large field. An interdisciplinary group consists of persons trained in different fields of knowledge (disciplines) with different concepts, methods, and data and terms organized into a common effort on a common problem with continuous intercommunication among the participants from the different disciplines (tradução própria).

O debate em torno da interdisciplinaridade ganha formas distintas conforme o campo disciplinar em que se apresenta. Sendo assim, no intuito de conectar essa discussão com a abordagem proposta em nosso tema de pesquisa, valemo-nos da publicação *Interdisciplinaridade e Arqueologia: Interações Científicas na Arqueologia dos Séculos XIX e XX*³ (2021), de autoria das arqueólogas Margarita Díaz-Andreu, da Universidade Complutense de Madrid e Laura Coltofean-Arizancu, da Universidade de Barcelona. Essas autoras argumentam que apesar da história da Arqueologia, na maior parte das vezes, tratar o desenvolvimento da disciplina de forma isolada dos demais campos científicos, ela sempre estabeleceu trocas com outras áreas do conhecimento (DÍAZ-ANDREU; COLTOFEAN-ARIZANCU, 2021, p. 6).

Particularmente, após a Segunda Guerra Mundial, quando a observação da arqueologia para outras disciplinas se fez através de um forte espelhamento nas ciências exatas, tivemos como resultado um crescente desenvolvimento da interdisciplinaridade. As últimas décadas, por exemplo, testemunharam o surgimento de novos ramos disciplinares, como a geoarqueologia, a arqueobotânica e a arqueozoologia, cooperações interdisciplinares essenciais à formação da disciplina e à prática arqueológica (DÍAZ-ANDREU; COLTOFEAN-ARIZANCU, 2021, p. 7).

Um dos aspectos que destacamos da publicação e que indica parte das interlocuções propostas nessa pesquisa, trata da qualificação dos processos interdisciplinares. Como ação articulada, existem modalidades distintas de acordo com a interação entre as disciplinas envolvidas na resolução de um problema científico. Com base no artigo de Julie Thompson Klein (2017), especialista no exame das tipologias de atividades interdisciplinares, as arqueólogas apontam para as chamadas “interdisciplinaridade compartilhada”, quando “grupos abordam aspectos de um problema complexo, mas isso não implica necessariamente em colaboração”, e a “interdisciplinaridade cooperativa”, em que a colaboração é o ponto de partida para definição de abordagens entre diferentes áreas do conhecimento (KLEIN, 2017, p. 23-24 *apud* DÍAZ-ANDREU; COLTOFEAN-ARIZANCU, 2021, p. 10).

As autoras dissertam também sobre outras tipologias de interação, como a “interdisciplinaridade metodológica”, que toma emprestado um método de outra disciplina para testar hipóteses, responder a perguntas específicas ou aprimorar a qualidade dos resultados (*ibid.*, p. 10-11). Quando essa interação não gera grandes mudanças na prática da disciplina tomadora, a relação pode ser descrita como auxiliar, já quando a adoção dos métodos de uma disciplina por outra se torna longa e complexa, a conexão é suplementar.

³ Interdisciplinarity and Archaeology: Scientific Interactions in Nineteenth and Twentieth-Century Archaeology

No que diz respeito à interdisciplinaridade teórica, Klein (2017) indica que essa “conota uma visão geral mais abrangente e uma forma epistemológica incorporada na criação de estruturas conceituais para analisar problemas particulares, integrando proposições entre disciplinas e sintetizando continuidades entre modelos e analogias⁴” (*id.* p. 25 *apud ibid.* p. 11). De acordo com o grau de integração, a interdisciplinaridade teórica pode ser generalizante, integrada, conceitual, estrutural ou unificadora, dentre as quais, a modalidade integrada é considerada pelas autoras, analisando o artigo de Julie Klein, como a de nível mais elevado.

Na interdisciplinaridade integrada, “conceitos e insights de uma disciplina contribuem para problemas e teorias de outra... Os indivíduos também podem encontrar seus métodos disciplinares e conceitos teóricos modificados como resultado da cooperação, fomentando novas categorias conceituais e unificação metodológica⁵” (*id.* p. 25-26 *apud ibid.* p. 12). Por fim, ocorre também a chamada interdisciplinaridade híbrida, em que as relações disciplinares se fundem e por meio dos processos de institucionalização, dão origem a uma subdisciplina (*ibid.* p. 13).

A revisão das tipologias que qualificam as interações interdisciplinares se apresenta como fundamental ao ativarmos o conceito de **Musealização da Arqueologia**, proposto como marco teórico-metodológico deste projeto de pesquisa. A Musealização da Arqueologia se desenvolve a partir do contato entre os campos disciplinares da Arqueologia e da Museologia, com vistas a elaboração de experimentações que auxiliem na resolução de um problema complexo que alcança as duas áreas do conhecimento, qual seja a **Gestão do Patrimônio Arqueológico**.

As dinâmicas de gerenciamento do patrimônio como um problema complexo estão relacionadas as antigas e estreitas associações entre instituições museológicas e vestígios arqueológicos, que se vinculam diretamente à origem dos campos disciplinares da Arqueologia e da Museologia. No Brasil, as interações entre museus e arqueologia começam a ser apontadas enquanto problemas de pesquisa através de produções como as de Nunes (1966), Duarte (1970), Bruno

⁴ connotes a more comprehensive general view and epistemological form embodied in creating conceptual frameworks for analyzing particular problems, integrating propositions across disciplines, and synthesizing continuities between models and analogies.

⁵ concepts and insights of one discipline contribute to problems and theories of another... Individuals may also find their disciplinary methods and theoretical concepts modified as a result of cooperation, fostering new conceptual categories and methodological unification.

(1984), Scatamacchia *et al.* (1988) e Tamanini (1994). Destacamos também o trabalho de Eliana Teixeira de Carvalho, intitulado: *Indexação Institucional de Pesquisa e Acervo em Arqueologia*, editado pela Sociedade de Arqueologia Brasileira em 1991, que realiza o mapeamento das principais coleções arqueológicas no Brasil, sua distribuição geográfica e as exposições museológicas a elas associadas (BRUNO, 1999).

No entanto, são com as pesquisas desenvolvidas por Maria Cristina Oliveira Bruno no decorrer das décadas de 1980 e 1990, que essas interações recebem um delineamento mais preciso, culminando em sua tese de doutoramento intitulada: *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema* (1995). Com este trabalho e o seguimento do tema em produções posteriores (BRUNO, 1996a, 1996b, 1999, 2005, 2006, 2014, 2020, 2021) que são projetadas e reiteradas as premissas que embasam a formulação do conceito acadêmico de Musealização da Arqueologia.

Consideramos relevante também a densidade e qualidade de sua expansão como projeto acadêmico e profissional, verificada na potencialidade de experimentações aplicadas a distintos contextos institucionais, proporcionando a formação de uma geração de pesquisadores (DUARTE CANDIDO, 2004; SILVA, 2008; CARNEIRO, 2009; MORAES WICHES, 2010, 2011; RIBEIRO, 2012; TOLEDO, 2017; BRANDÃO, 2017). Em mapeamento realizado por Graziela Toledo (2017) no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e nos acervos digitais das bibliotecas que possuem programas de Pós-Graduação em Arqueologia, Museologia, Patrimônio Cultural ou áreas de concentração nessa temática, foram localizados 42 trabalhos acadêmicos que montam um quadro de mais de 30 anos de pesquisas na área (TOLEDO, 2017, p. 37).

Podemos compreender a **Musealização da Arqueologia** como o exercício interdisciplinar qualificado entre os campos da Arqueologia e Museologia que objetiva o estabelecimento de mediações entre a sociedade contemporânea e os sítios e acervos arqueológicos, observados enquanto indicadores da memória, sobre os quais se aplica a cadeia operatória museológica de procedimentos de salvaguarda e comunicação, considerando a historicidade de seus processos formativos, seus territórios de intervenção e sua interpretação como bem patrimonial.

No desenvolvimento das premissas que sustentam a Musealização da Arqueologia, encontramos a observação analítica promovida por Cristina Bruno de que na configuração do quadro interpretativo acerca dos marcadores identitários brasileiros, sistematizado sobretudo por conhecimentos acadêmicos de vertente histórica, antropológica e sociológica, o patrimônio arqueológico encontra-se circunscrito no terreno das **memórias exiladas**, sobre o qual acumularam-se distintas camadas de sedimentos da história cultural do país, consolidando esse patrimônio em uma **estratigrafia do abandono** (BRUNO, 1999).

Figura 01 - Uma possível leitura da estratigrafia do abandono.



Fonte: BRUNO, 1999, p. 18.

Faremos uma observação mais apurada acerca de determinados elementos constitutivos deste conceito antes de apresentar sua aplicação ao objeto de estudo da pesquisa. Trataremos, especificamente, do caráter de formação interdisciplinar entre a Arqueologia e a Museologia, bem como da qualificação dessa relação em prol de um problema comum; do próprio conceito de Musealização; dos procedimentos que habilitam a cadeia operatória de salvaguarda e

comunicação; e dos caminhos metodológicos que fornecem subsídios para que o processo de Musealização da Arqueologia se aplique a distintos territórios patrimoniais.

Uma análise histórica da relação entre museus e prática arqueológica é realizada por Camila Azevedo de Moraes Wichers em sua tese de doutoramento em Museologia (2010), em que são percorridos, desde o século XIX até a primeira década do século XXI, os caminhos de aproximação e as rotas de afastamento decorrentes do complexo exercício de inserção do patrimônio arqueológico nos museus. Partindo do conceito de antropofagia, proposto por Mário Chagas (2005), caracterizado pelo processo devorador dos museus, que incorpora e ressignifica perspectivas materiais e imateriais das sociedades, a autora desvela neste exercício acadêmico uma dupla ação antropofágica: a arqueológica, “que seleciona aspectos da materialidade das sociedades, alçando-os a patrimônio” e a antropofagia museológica, que se dá nos “processos de musealização deste patrimônio, onde novas apropriações, recortes e metamorfoses de sentido são efetivados” (MORAES WICHERS, 2014, p. 17).

A Museologia tem sua epistemologia ancorada na relação interdisciplinar com as demais áreas do conhecimento. Waldisa Rússio (1981) aponta que o “homem e a vida são a verdadeira base do museu, que faz com que o método a ser utilizado em Museologia seja essencialmente interdisciplinar, posto que o estudo do homem, da natureza e da vida, depende do domínio de conhecimentos científicos muito diversos” (RÚSSIO, 1981, p. 125). Essa autora brasileira é responsável por elaborar o conceito de “fato museológico” como o objeto de estudo da Museologia, o que Peter Von Mensch (1994) descreve como uma das tendências do pensamento museológico mundial, dialogando com aspectos teóricos registrados no leste europeu, por meio das publicações de Zbyněk Stranský (1979) e Anna Gregorová (1980). Nas palavras de Rússio,

A Museologia é uma ciência nova e em formação. Ela faz parte das ciências humanas e sociais. Possui um objeto, um método especial, e já experimenta a formulação de algumas leis fundamentais. O objeto da museologia é o fato “museal” ou fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor –, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. (RÚSSIO, 1981, p. 123).

A relação entre sujeito e objeto, indicada pela autora, se faz em um ambiente/espço, que na maior parte dos casos pode ser um museu, onde se opera a dinâmica de musealização. O processo de musealização consiste na “extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a

(...) em um ‘objeto de museu’ que se integre no campo museal” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57). Stránský nos informa que um objeto de museu não é apenas um objeto em um museu. Através da seleção, da mudança de contexto, da produção de informação e de sua comunicação é operada uma mudança no estatuto do objeto, que o autor designará como *musealia* (STRÁNSKÝ, 1995), ou seja, suportes de informação que foram musealizados.

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri igualmente considera que a musealização de objetos e artefatos, com intenções de documentalidade e fidelidade, constrói informações, destacando que essa produção pressupõe transmissão de conhecimento, realização de registros e acesso aos mecanismos de memória (GUARNIERI, 1990, p. 205). Musealizar, assim, implica em reconhecer os valores documentais e informacionais das coisas e projetá-las de forma crítica e elaborada ao debate público acerca de sua função como memória para um determinado grupo ou coletivo. Importante ressaltar, como disposto por André Desvallés e François Mairesse, que

O trabalho da musealização leva à produção de uma imagem que é um substituto da realidade a partir da qual os objetos foram selecionados. Esse substituto complexo, ou modelo da realidade construído no seio do museu, constitui a musealidade, como um valor específico que emana das coisas musealizadas. A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58).

É neste sentido que Shanks e Tilley (1992) compreendem que na musealização os “artefatos são mobilizados num sistema estético (um sistema de apresentação e visualização) para criar significados”⁶ (SHANKS; TILLEY, 1992, p. 68). Em uma sessão da obra *Re-Constructing Archaeology* (1992), os autores discutem o papel dos museus na criação de narrativas e imagens do passado arqueológico, concebendo a exposição museológica de artefatos arqueológicos mais figurativa e retórica do que representativa ou referencial. Nessa perspectiva, a noção de exposição como desempenho retórico produz inúmeras implicações, já que para os autores,

Ao apresentar o processo arqueológico e/ou histórico de aquisição de conhecimento como um ato de descoberta passiva e subsequente descrição do passado, a história é retratada como sendo escrita pelo especialista de jaleco branco, um autor anônimo, um autor universal, deus ou ciência. A implicação do presente no passado é, nesse caso, uma questão de contingência objetiva. (...).

Em outro nível, o presente é reconhecido implicado no museu como uma instituição. Primeiramente, o museu é uma intervenção ativa no passado, uma vez que conserva e preserva artefatos que tiveram origem no passado. Em segundo lugar, ele apresenta

⁶ artifacts are mobilized in na aesthetic system (a system of presentation and viewing) to create meanings.

esses objetos ao público - os objetos são exibidos. A autoria se refere à criatividade na interpretação do passado para o público - a exposição é projetada. A implicação do presente no passado é, neste caso, uma questão de contingência subjetiva (SHANKS; TILLEY, 1992, p. 90)⁷.

Partindo dessa reflexão, Shanks e Tilley informam ainda que os “os artefatos não são elementos neutros com um significado congelado pronto para ser descongelado, mas são campos de disputa e contradição com significados e conotações em constante mudança, que variam de acordo com sua inscrição nas práticas sociais do passado e do presente”⁸ (*ibid.* p. 95), e afirmam que “uma arqueologia não ideológica e criticamente reflexiva não pode ser dissociada de sua apresentação a um público mais amplo de pessoas que não são arqueólogos”⁹ (*ibid.* p. 69).

Carlos Alberto Santos Costa (2019) pontua que “ao impor ao senso comum aquilo que as disposições científicas projetam, é importante ter em mente que essa concepção [patrimônio arqueológico] é construída nos berços acadêmicos e, na maioria absoluta das vezes, longe da sociedade” (COSTA, 2019, p. 105). A obstrução da participação social no processo de seleção e classificação patrimonial representa um desafio específico na relação entre conhecimento arqueológico e sociedade (MORAES WICHERS, 2014, p. 19). Desafio que se ancora na própria concepção de preservação patrimonial da qual o Brasil é herdeiro, executada como metáfora do Estado Constitucional, fundamentado por meio do contrato legal, de caráter formal e universalista, que rege seu sistema de atribuição de valores (ABREU, 2020, p. 255).

A formalização de valores culturais por vias legais, que no Brasil está a cargo dos agentes da autarquia responsável pelo regramento de proteção do patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), é tema de vasta bibliografia (SILVA,

⁷ In presenting the archaeological and/or historical process of acquiring knowledge as one of passive discovery and subsequent description of the past, history is presented as being written by the white-coated expert, a faceless author, a universal author, god or science. The present's implication in the past is one of objective contingency (...). On another level, the present is accepted as being implicated in the museum as an institution. First, the museum is an active intervention in the past as it conserves and preserves artifacts which originated in the past. Secondly, it presents these to the public - the objects are exhibited. Authorship refers to the creativity of interpreting the past for the public - the exhibition is designed. The present's implication in the past is here one of subjective contingency.

⁸ artifacts are not neutral elements with a frozen meaning ready for defrosting, but fields of contention and contradiction with constantly shifting significance and connotation, shifting according to their inscription in past and present social practice.

⁹ a non-ideological and critically reflexive archaeology cannot be separated from its presentation to a wider social world of people who are not archaeologists.

1996; FONSECA, 1997; MALHANO, 2002; GOMES, 2007; SALADINO, 2010; CHUVA, 2012; SALADINO, COSTA, MENDONÇA, 2015), para citar algumas. Gostaríamos de destacar, no entanto, que de modo distinto a outros bens culturais suscetíveis ao processo de patrimonialização, a materialidade arqueológica é, constitucionalmente, considerada enquanto patrimônio, estabelecendo condições particulares ao seu gerenciamento, na medida em que se faz portadora de referências à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira.

A determinação disposta no texto constitucional, especificamente nos termos do art. n.º. 216 da Constituição Federal de 1988, vincula-se a processos legais anteriores que qualificam os sítios e acervos arqueológicos como bens da União, de interesse público e tutela supraindividual¹⁰ (SOARES, 2007, p. 57). Essa legislação, especificamente, o Decreto-Lei n.º 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; e a Lei n.º 3.924/1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e “pré-históricos”, estabeleceram princípios específicos para o regramento dos procedimentos técnicos a serem aplicados à pesquisa, gestão e extroversão do patrimônio arqueológico, posteriormente e, continuamente, normatizados por uma série de medidas infralegais de caráter operacional.

A Carta Magna brasileira (1988) também se destaca pela incorporação de determinados avanços conceituais, dentre eles a caracterização dos procedimentos socioambientais como fenômeno que integra, na própria concepção de meio ambiente, a ideia de patrimônio cultural e de direitos culturais. A partir dessa perspectiva, Inês Virgínia Prado Soares (2007) nos aponta duas vertentes protetivas aplicadas ao patrimônio arqueológico. A primeira vincula-se a sua tutela como bem cultural instrumental, ou seja, portador de um valor próprio, já que se configura como um bem essencial para a efetividade do direito ao patrimônio cultural e dos demais direitos culturais fundamentais; a segunda diz respeito a sua tutela como bem ambiental, seja através do reconhecimento de sua base material, ou por sua importância para o equilíbrio do suporte físico do meio ambiente como macrobem (SOARES, 2007, p. 67).

Por meio dessa ampliação legal, ao ser reconhecido também como bem ambiental, o patrimônio arqueológico está inserido automaticamente em outro sistema protetivo, onde às técnicas,

¹⁰ A principal característica dos bens jurídicos supraindividuais é a titularidade de caráter não pessoal, que afeta um determinado grupo de pessoas ou toda a coletividade, porém, sem perder a referência individual. Diferem-se, portanto dos bens jurídicos de natureza coletiva, já que estes são indivisíveis em relação aos titulares (SOARES, 2007).

procedimentos e normas específicas da arqueologia se somam os princípios orientadores estabelecidos a partir da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que determina através da Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 01/1986, a necessidade de pesquisa arqueológica em áreas direta e indiretamente impactadas por empreendimentos poluidores e, operacionaliza, por meio da Resolução CONAMA nº 237/1997, os procedimentos administrativos do licenciamento ambiental. O desenvolvimento de uma arqueologia de formato empresarial em obras de potencial impacto ao meio ambiente, alterou consideravelmente o formato das pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil, principalmente diante do contexto desenvolvimentista experimentado nos últimos vinte anos.

Este cenário de fronteiras e potencialidades entre o regramento preservacionista patrimonial e ambiental, somado ao distanciamento social de reconhecimento da matéria arqueológica como expressão cultural, constitui uma situação particularmente desafiadora para a gestão do patrimônio arqueológico no Brasil. A dinâmica de pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito do Licenciamento Ambiental, por exemplo, promoveu a inserção de vestígios arqueológicos em museus e instituições de diferentes tipologias, “registrando movimentos que evidenciam trânsitos institucionais entre tradições e rupturas no que diz respeito aos modelos de gestão (BRUNO, 2014, p. 07).

A noção de museu que consideramos nessa pesquisa parte da legislação brasileira vigente, a Lei Federal nº 11.904/2009, que institui o Estatuto dos Museus e dispõe em seu primeiro artigo:

Art. 1º - Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único – Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

O apontamento do texto legal é determinante nesse contexto, pois como discute Carlos Costa (2019, p. 103), a legislação brasileira indica outros modelos institucionais vocacionados à preservação do patrimônio arqueológico, como as chamadas “instituições científicas especializadas”, que figuram Lei Federal nº 3.924/1961, já citada, e as recentes “instituições de guarda e pesquisa”, que aparecem com a Instrução Normativa Minc/Iphan nº 001/2015 e com

a Portaria Minc/Iphan nº 196/2016. A primeira estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais a autarquia participe. Já a segunda dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis e cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (IGPs).

A definição legal de museu abrange em seu parágrafo único as instituições e processos voltados ao trabalho com o patrimônio cultural. Como os bens de natureza arqueológica são compreendidos enquanto patrimônio cultural brasileiro, as “instituições científicas especializadas” e as “instituições de guarda e pesquisa” figuram legalmente enquanto museus. Essa ampliação legal pode ser observada como um mecanismo de fortalecimento do patrimônio arqueológico, na medida em que se somam às orientações já dispostas, os mecanismos protetivos e de gerenciamento presentes no Estatuto Nacional de Museus (Lei nº 11.904/2009).

Esse movimento promove também uma abertura de perspectivas conceituais e metodológicas para que as instituições responsáveis pela gestão de acervos e sítios arqueológicos compreendam de forma ampla o potencial de aplicação dos processos de musealização. Como esse procedimento se desenvolve em cadeia ou experimenta uma dinâmica em ciclos de ação, sua flexibilidade e adaptabilidade se destaca como proposta de trabalho, alcançando diferentes territórios patrimoniais em distintos níveis de preservação, podendo ser aplicada, por exemplo, desde uma coleção bem documentada que se deseja comunicar, até acervos descontextualizados, informacional e territorialmente.

Ressaltamos, assim, que a musealização do patrimônio arqueológico é, antes de mais nada, uma escolha metodológica para salvaguarda do patrimônio arqueológico. Certamente, há outras possibilidades de trabalho, principalmente nas intenções de transformação da relação entre arqueologia e sociedade, a exemplos da Educação Patrimonial (CABRAL SANTOS, 1997; HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999; CARNEIRO, 2009; CARDOSO, 2013; BAIMA, 2016) e da Arqueologia Pública (MERRIMAN, 2004; DANDWATE, GAJUL, 2004; FUNARI, OLIVEIRA, TAMANINI, 2008; SALERNO, 2013).

Neste ponto da discussão, é importante distinguirmos o conceito de *Musealização da Arqueologia* do processo de *Musealização do Patrimônio Arqueológico*. Ambos estão relacionados com as ações que partem da musealização e têm por finalidade a preservação dos

sítios e acervos. Contudo, enquanto o primeiro é uma proposta teórico-metodológica de formação interdisciplinar qualificada, que dispõe de estratégias experimentais para resolução de um problema complexo; o segundo trata da execução orientada das intenções de registro, transmissão e acesso, sinalizadas anteriormente por Guarnieri (1990).

Para Gilcimar Barbosa (2023), a Musealização do Patrimônio Arqueológico é analisada como um “segundo gesto”, de caráter operacional, que sucede a escolha da Musealização da Arqueologia e/ou de outras propostas de reflexão crítica, cujo direcionamento se faz inclinado à preservação patrimonial. Para esse autor,

Tendo em vista o conjunto de métodos e técnicas com os quais os esforços dos agentes envolvidos promovem a preservação e valorização daquilo que salvaguarda um museu, a Musealização do Patrimônio Arqueológico torna concreta a elaboração de novas relações entre as sociedades e seus bens culturais, com vistas a contribuir para a constituição do legado patrimonial (BARBOSA, 2023, p. 40)

À vista disso, podemos considerar a musealização do patrimônio arqueológico como uma ação operacionalizadora da dupla antropofagia citada por Moraes Wichers (2010). Por um lado, a prática arqueológica evidencia, seleciona e investiga a “emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida” (LIMA, 2011, p. 12), inserindo-as na categoria de patrimônio; por outro lado, os processos de musealização pressupõem o estabelecimento de procedimentos técnico-científicos e o desenvolvimento de estratégias que “aproximem os vestígios arqueológicos herdados das sociedades contemporâneas, considerando a diversidade de fatores históricos e socioculturais que influenciam essas aproximações” (BRUNO, 2014, p. 09).

Essa ação operacionalizadora se configura no que Cristina Bruno (1999) descreve como a **cadeia operatória** de Musealização da Arqueologia. Segundo a autora,

as atividades básicas vinculadas à coleta, conservação, documentação, armazenamento, exposição, ação sociocultural e avaliação devem estar relacionadas a dois grandes blocos, a saber: **salvaguarda** e **comunicação** dos indicadores da memória. O desempenho desses dois blocos está vinculado a problemas éticos sobre o uso da herança patrimonial, às questões de como uma sociedade enfrenta e estabelece um diálogo com seus traços culturais - mesmo os museus sendo universais e, sobretudo, à compreensão da vocação educacional de todas as tarefas museais. (BRUNO, 1999, p. 139). [grifo nosso]

Nas discussões acerca do desenvolvimento e aplicação da cadeia operatória de Musealização da Arqueologia, duas noções são fundamentais no horizonte de trabalho. A primeira é a que considera o patrimônio arqueológico como **indicador de memória**; a segunda diz respeito ao conceito de **território** como eixo motriz da relação entre Museologia e Arqueologia.

Pode-se apontar que a memória é uma construção no presente, a partir de indicadores culturais relativos às experiências que os indivíduos e os grupos sociais elaboram com seus semelhantes (expressões/manifestações), com as paisagens (espaços/lugares) e com as coisas (objetos/artefatos), em suas formas de subsistência, sociabilidade, celebração e representação (BRUNO, 2014, p. 08-09).

A partir dessa perspectiva, os vestígios arqueológicos são tomados enquanto indicadores das dinâmicas socioculturais, auxiliando na compreensão de contextos históricos e identitários, bem como na caracterização de processos relacionadas às noções de tempo e território, expandindo assim o trabalho com a memória, naquilo que Carlos Xavier de Azevedo Netto (2008), denomina como ancestralidade espacial.

A ancestralidade genética ou cultural está perdida ou diluída no tempo, mas se observa outra ancestralidade atuando nesses contextos, que é a espacial. Dois grupos distintos, cultural temporalmente, encontram-se através da ligação entre passado e presente que o patrimônio estabelece, criando um vínculo de ancestralidade delimitado pela ocupação espacial. É aí que reside a ancestralidade, o patrimônio como marco de memória em determinada paisagem (NETTO, 2008, p. 09).

A noção de território assume um caráter estruturante nos processos de Musealização da Arqueologia. O território enquanto contexto é a base de produção do conhecimento arqueológico, com pesquisas inclinadas à sua compreensão enquanto espaço de relação humana, produção, uso e descarte de vestígios materiais, além de evidenciar estruturas de poder, controle político do espaço e impactos ambientais pré e pós-deposicionais.

Essa referência diz respeito ao território não só compreendido como o conjunto de espaços e lugares das construções, apropriações e transformações das paisagens culturais pretéritas e contemporâneas, desvelado e interpretado pelo olhar arqueológico e seu arcabouço interdisciplinar, mas ainda ao território construído de acordo com os horizontes e percepções dos diferentes campos de conhecimento que importam aos estudos e ações voltados aos problemas patrimoniais, aqui em especial, a perspectiva museológica e suas interlocuções disciplinares (BRUNO, 2014, p. 05).

O patrimônio arqueológico enquanto indicador de memória presente num determinado território, promove o desenvolvimento da cadeia operatória de salvaguarda e comunicação a partir da compreensão do objeto patrimonial como suporte de uma infinidade de informações,

sendo necessária a preservação dos demais suportes informacionais a ele associados. Moraes Wichers (2011), ao tratar dos mecanismos dessa cadeia operatória, considera que o primeiro movimento a ser efetuado no âmbito da Musealização da Arqueologia é o diagnóstico da realidade arqueológica e do território patrimonial.

A realidade arqueológica é composta por um conjunto inter-relacionado de informações acerca dos sítios arqueológicos e das coleções geradas a partir de intervenções nestes locais. Como aponta a autora, estas coleções podem ser herdadas, ou seja, advindas de práticas anteriores de coleta, sejam elas de pesquisas sistemáticas de arqueologia, ou realizadas por habitantes do território em questão; ou geradas na contemporaneidade, categoria que considera, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela autora (MORAES WICHERS, 2010; 2011), o crescimento exponencial do número de acervos arqueológicos oriundos do licenciamento ambiental.

Como método de trabalho para realização deste diagnóstico, a autora aponta que “a realidade arqueológica é compreendida por meio do levantamento de projetos de pesquisa, acervos, coleções e memórias, assim como a partir do exame dos procedimentos de salvaguarda e comunicação existentes (ou ausentes) (MORAES WICHERS, 2011, p. 38).

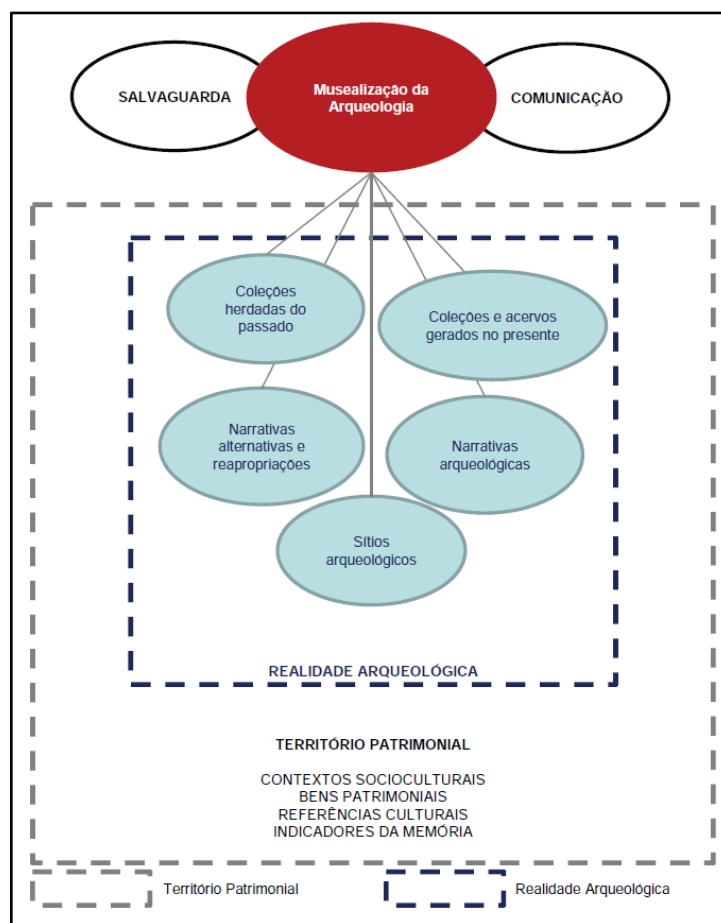
Outro ponto chave para compreensão da realidade arqueológica ancora-se no que a autora denomina de narrativas, que são estabelecidas pelo conhecimento especializado construído a partir da interpretação arqueológica, além das apropriações da cultura material por parte dos grupos sociais do presente na elaboração de outras formulações cognitivas.

Para o arqueólogo britânico Christopher Tilley, a arqueologia não é sobre ler os sinais do passado, mas sobre o processo de escrever estes sinais no presente (Tilley, 1989). Quanto ao processo de interpretação e escrita da arqueologia, ou seja, sua construção de narrativa, a arqueóloga brasileira Silvia Copé (2008) nos indica que a arqueologia é uma meta-linguagem do passado, na medida em que “os objetos materiais são modificados com a escrita e tornam-se objetos discursivos nos textos, que compreendem afirmações, conceitos, problemas forjados pelos arqueólogos”. De acordo com essa autora, a prática de inserir as coisas nos textos, pode ser vista ao mesmo tempo “como uma violência a estas coisas e como um exercício produtivo e criativo” (COPÉ; ROSA, 2008, p. 31).

Essa criatividade também pode ser acionada nos mecanismos de registro das narrativas não especializadas, muitas vezes vinculadas a experiências sensoriais formuladas por grupos sociais do presente, igualmente transformadas em relatos escritos por pesquisadores. Para Henry Glassie (1999), teórico norte-americano da cultural material, compreender a materialidade vai além de interpretá-la como uma linguagem, pois a cultura material traz em si pensamentos e ações que resistem à formulação verbal. “O artefato tem seu próprio meio de significar, e ao apreendê-lo começamos a ouvir vozes nas coisas, gritos dos deuses atrás dos vidros dos museus. Então aceitamos a estranha responsabilidade de colocar em palavras o que não é verbal” (GLASSIE, 1999, p. 47).

Assim, o conjunto inter-relacionado de sítios, coleções e narrativas conformam a realidade arqueológica, que “associada à compreensão do perfil sociocultural do território abordado, bem como aos bens materiais (móveis e imóveis) e imateriais, referências culturais e indicadores da memória configuram o território patrimonial” (MORAES WICHERS, 2011, p. 38).

Figura 02 – Cadeia Operatória de Musealização da Arqueologia considerando a realidade arqueológica e o território patrimonial dos contextos aos quais se aplica.



Fonte: MORAES WICHERS, 2011, p. 37

As ambiguidades e tensões expressas nas dinâmicas de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro que, por um lado prevê as garantias legais de seu acautelamento e por outro o faz apartado dos sentidos sociais necessários à sua efetiva salvaguarda, têm produzido, principalmente nas últimas três décadas, debates conceituais e experimentações aplicadas com vistas a transformação do contexto apresentado. Essas discussões reúnem, em número crescente, agentes dos campos disciplinares da Arqueologia e Museologia e, mais recentemente, da Conservação-Restauração e da Educação.

Os espaços para o estabelecimento de um diálogo profícuo entre estes agentes se consolidaram nas reuniões especializadas destas áreas no Brasil, com destaque para os congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira e os encontros do Fórum Nacional de Museus. A reunião de pesquisadores, profissionais, servidores, estudantes e interessados na promoção e debate público acerca do patrimônio arqueológico brasileiro como herança cultural da sociedade brasileira, deu origem ao que denominamos militância político-acadêmica (COSTA, 2017), resultando na criação e consolidação dos coletivos: Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE) e o Grupo de Trabalho Acervos Arqueológicos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA-SAB).

Esse cenário reforça o concatenamento de esforços comuns à resolução do problema complexo citado anteriormente, qual seja a **Gestão do Patrimônio Arqueológico**. A complexidade dessa situação é observada por Maria Lúcia Pardi (2002) como uma tarefa que “exige o conhecimento de muitas linguagens como a científica, administrativa, ética, jurídica, econômica e política” (PARDI, 2002, p. 222). De acordo com essa autora,

A gestão do patrimônio arqueológico é vista, por nós, como um conjunto de estudos, análises, reflexões e ações que buscam equacionar informações sobre os bens culturais, os parceiros envolvidos (comunidade, cientistas, autoridades, mídia...), as estruturas (física e administrativa) e as questões econômicas inerentes, visando a otimizar o uso e o retorno à atual geração, a valorização e difusão, bem como a preservação dos sítios ou blocos testemunhos, do acervo gerado, da documentação e do conhecimento produzido para as gerações futuras (PARDI, 2002, p. 20).

Desse modo, compreendemos que nos desdobramentos da cadeia operatória de Musealização da Arqueologia, ao evidenciar e interpretar os vestígios e contextos, o conhecimento arqueológico opera na base, configurando uma das etapas de maior atenção quanto às seleções teóricas e metodológicas do processo. Neste sentido, procuramos a partir daqui verificar como o mapeamento da realidade arqueológica do sítio Reitoria se articula nesse processo.

Capítulo 02 – O sítio Reitoria em Contexto

A palavra é uma roupa que a gente veste.

(Toda Palavra – Viviane Mosé)

02.1 – Fontes e Métodos

O trabalho de contextualização do território em que se encontra inserido o sítio arqueológico Reitoria foi realizado por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica que mapeou artigos, ensaios, publicações periódicas, livros físicos e digitais, legislações, *sites* e demais fontes de informações escritas. Também foram consultados bancos de dados e publicações em Diários Oficiais, com vistas a reunir um amplo espectro de informações capazes de nos apresentar um panorama geral do território em questão, do qual elaboramos uma apresentação que vai do macroambiente contextual ao recorte de trabalho empreendido nesta pesquisa.

O uso de cartografias como método de observação espacial e delimitação das áreas de interesse da pesquisa também se faz presente. Valemo-nos de mapas oficiais, disponibilizados por setores públicos responsáveis por organizar o planejamento territorial do estado da Bahia, bem como de mapas produzidos no desenvolvimento da pesquisa, indicando características geoambientais, e sócio-políticas do território. Apresentamos também cartografias direcionadas ao recorte espacial da pesquisa, produzidas especificamente para esse fim, que indicam os locais de coleta do material arqueológico no sítio Reitoria, ao menos aqueles que foram devidamente identificados ao longo do tempo por incursões arqueológicas.

A mobilização dos procedimentos teórico-metodológicos da Musealização da Arqueologia considera o território como eixo motriz da relação entre o patrimônio arqueológico e as memórias das quais ele se projeta como indicador. Como discutimos a partir de Netto (2008), o patrimônio arqueológico é um marcador de memória em determinada paisagem, uma referência espacial de ancestralidade. Realizado um diagnóstico da realidade arqueológica, passamos ao registro das narrativas que os grupos sociais do presente elaboram a partir da interação com os vestígios arqueológicos, ampliando nossa compreensão acerca do território patrimonial em que se insere o sítio Reitoria.

O registro de narrativas contemporâneas sobre coisas do passado é um método bastante articulado na Arqueologia. Desde a *New Archeology*, que promoveu a Etnoarqueologia como ferramenta de analogia na compreensão sistêmica do registro arqueológico (Binford, 1978), até a chamada virada etnográfica (Castañeda, 2008), as relações com a Antropologia e o uso de métodos etnográficos ampliaram-se consideravelmente, principalmente na perspectiva pós-processualista da Arqueologia, que no contexto brasileiro proporcionaram experiências necessárias à discussão. (SILVA, 2000; CABRAL, 2014; SILVA, 2024).

De acordo com Yannis Hamilakis e Aris Anagnostopoulos, para além do fascínio exercido por um objeto arqueológico, seus usos patrimoniais propiciaram um maior interesse público sobre a Arqueologia, principalmente quando associados a práticas de comunicação, como turismo patrimonial, divulgações científicas, museus e outras formas de tradução (HAMILAKIS, ANAGNOSTOPOULOS, 2009, p. 69). Os autores indicam que a interação entre arqueólogos e o público resultou no surgimento de vários discursos em torno do passado material, refletindo contextos socioculturais e políticos na compreensão do patrimônio arqueológico (*ibid.*, p. 65).

A ampliação do interesse público em Arqueologia resulta também num exercício crítico sobre como a cultura material é interpretada e representada, questionando narrativas tradicionais e promovendo perspectivas alternativas. Os autores apontam que esse exercício está vinculado ao necessário posicionamento dos pesquisadores acerca das implicações éticas de seus trabalhos, articulando a noção de reflexividade (*ibid.*, p. 66), que auxilia a percorrer as relações por vezes complexas, estabelecidas entre as comunidades locais e as coisas. Essa abordagem permite que os agentes de pesquisa explorem a relevância contemporânea dos objetos, tornando o patrimônio arqueológico mais acessível e significativo para diversos públicos.

Desse modo, compreendemos que a reflexividade apontada, aplica-se justamente à uma abordagem multitemporal dos objetos arqueológicos. Portanto investigar registros históricos também é essencial para contextualizar a cultura material. Pesquisas arquivísticas auxiliam na descoberta de narrativas que informam os pesquisadores sobre as produções de significado do patrimônio arqueológico ao longo do tempo. Essas informações, associadas às experiências didático-pedagógicas e de traduções artísticas, têm o potencial de provocar reflexões e levantar discussões acerca da cultura material e seus diversos significados possíveis (HAMILAKIS, ANAGNOSTOPOULOS, 2009, p. 67).

Para esses autores, as entrevistas etnográficas, de caráter formal ou informal, realizadas com comunidades locais, visitantes e membros da equipe arqueológica são tomadas como fundamentais. As entrevistas ajudam a reunir narrativas e ideias pessoais que enriquecem a compreensão do passado material (*ibid.*). No contexto brasileiro, destacamos as relações de pesquisa estabelecidas em contextos arqueológicos amazônicos, como as pesquisas de Daiane Pereira (2019, 2023); Fabíola Andrea Silva (2000 2009, 2024); Helena Pinto Lima (2019, 2023); Márcia Bezerra (2011, 2013, 2017); Maurício André Silva (2022);

Dentre estes exemplos, tomaremos como perspectiva metodológica para o registro de narrativas do sítio Reitoria, a publicação *Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*, de Marcia Bezerra (2017). A pesquisa ocorre principalmente na vila de Joanes, localizada na Ilha do Marajó, região amazônica do Brasil, com foco em sua importância histórica, cultural e arqueológica, particularmente em relação às práticas de pesca e aos impactos da mineração de ouro.

Estabelecida como vila em 1653, o local foi um importante centro comercial e militar por dois séculos, servindo como ponto de encontro para europeus, missionários e povos indígenas (BEZERRA, 2017, p. 20). No território investigado, ocorrem áreas associadas ao garimpo de ouro, particularmente em Serra Pelada, local significativo de extração mineral durante os anos 1980 e início dos anos 1990. Essa localização é fundamental para compreender os impactos socioeconômicos da mineração nas comunidades locais, pois o garimpo mobilizou milhares de trabalhadores (*ibid.*, p. 29).

O estudo examina também as práticas locais de pesca e o uso de “camboas” (armadilhas de pesca tradicionais), estruturas remanescentes do período colonial e ainda relevantes para a comunidade pesqueira do presente, o que ilustra a relação contínua entre a população local e seu meio ambiente (*ibid.*, p. 72). Bezerra discute o repertório material do território e seu significado para além da categorização arqueológica, ativando o termo “coisa” como um conceito abrangente que engloba diversos objetos responsáveis por moldar as experiências humanas, transcendendo, portanto, o significado histórico e reconhecendo as conexões emocionais que as pessoas têm com esses objetos e seus locais.

Dos principais métodos aplicados ao engajamento das comunidades na vila de Joanes, Bezerra cita, além trabalho do campo, da observação participante e da elaboração de projetos colaborativos, a realização de entrevistas na coleta de narrativas e memórias pessoais associadas a objetos e sítios arqueológicos. Acerca dessas narrativas, assim discorre a autora:

tratei das relações entre as pessoas e os objetos e sítios arqueológicos, discutindo sobre a dimensão sensível dessas relações e de como elas ressignificam as coisas do passado. Procurei refletir sobre o estatuto dessas coisas na vida cotidiana de crianças, velhos, agricultores, pescadores e artesãos. E propus olharmos para as biografias desses “trechos” (Miller 2013) e compreender as formas pelas quais se (con)fundem com as biografias das pessoas. Com isso, pretendi demonstrar que os “trechos” (Miller 2013) do passado falam das pessoas no/do presente (BEZERRA, 2017, p. 70).

A partir das experiências de Márcia Bezerra em Joanes, consideramos que o mapeamento dos contextos sociais, culturais e históricos dos entrevistados, auxilia na melhor compreensão dos fatores que influenciam as percepções locais sobre o patrimônio. Para realizar esse mapeamento no território do sítio Reitoria, propomos a articulação de entrevistas semiestruturadas com perguntas ativadoras de temáticas, que direcionaram as análises da abordagem de pesquisa.

De acordo com a neozelandesa Virginia Braun e a britânica Victoria Clarke, especialistas no desenvolvimento e avaliação de pesquisas qualitativas, a análise temática é um método para organizar e descrever dados em contexto, ao mesmo tempo que interpreta vários aspectos do tópico de pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 6). Esse método permite que os pesquisadores identifiquem temas que emergem dos dados, fornecendo informações sobre o assunto que está sendo estudado. A escolha dessa abordagem para as análises de narrativas do sítio Reitoria se justifica por sua não vinculação a referenciais teóricos específicos, tornando-o adaptável a diferentes epistemologias e questões de pesquisa, permitindo uma descrição rica e detalhada de dados qualitativos (*ibid.*, p. 28).

No contexto do sítio arqueológico Reitoria, as entrevistas foram realizadas com cinco pessoas, sendo elas: **Marcos Rosa Silva**, morador de Cruz das Almas e aluno do curso de Museologia da UFRB; **José Augusto Araújo Pereira**, morador e presidente da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha; **Maria da Conceição Pereira**, moradora da comunidade da Linha e figura presente em diferentes atividades de coleta de material arqueológico no território; **Silvana Pedreira Dias Silva**, presidenta da Associação de Moradores da Vila Guaxinim; e **Luiz Haroldo Peixoto da Silva**, morador do território, funcionário aposentado e aluno egresso da UFRB, que proporcionou pontes de diálogo com os pesquisadores do LADA.

02.2 – O Recôncavo Baiano

A Lei Estadual nº. 13.214/2014, que estabelece os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, constitui os **Territórios de Identidade** como a unidade de planejamento das políticas públicas do estado, definindo-os, no primeiro parágrafo de seu artigo primeiro, da seguinte forma:

entende-se por Território de Identidade a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia (BAHIA, 2014, p. 6).

A Bahia está dividida em 27 Territórios de Identidade (TI), cada um com características próprias, considerando critérios ambientais, econômicos e culturais. A TI do Recôncavo (mapa 01), contempla os municípios de: Cabeceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, **Cruz das Almas**, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (SEI, 2016).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) o Recôncavo ocupa uma área de aproximadamente 4.614 km², o que corresponde a 0,8% do território estadual. Sua população estimada é de 515.168 habitantes, representando 3,6% da população da Bahia.

O clima úmido é predominante, com variações entre o subúmido e o seco em direção a oeste. Historicamente, esse território era coberto por uma densa floresta tropical, permanecendo ainda alguns remanescentes, há também uma vegetação arbórea e arbustiva, além de mangues, principalmente na faixa litorânea, entre Santo Amaro e Salinas da Margarida, que apresentam áreas preservadas relativamente contínuas (SEI, 2016, p. 113).

A maior parte da região (cerca de 40%) é formada por argissolos vermelho-amarelos, seguido dos latossolos amarelos (aproximadamente 24%) (BAHIA, 2013, p. 118). Há certa diversidade de usos do solo, sendo os arranjos produtivos rurais mais importantes para o TI Recôncavo: avicultura integrada, bovinocultura, cacauicultura, caprinocultura/ovinocultura, citricultura e os cultivos de cana de açúcar, coco, dendê e mandioca (BAHIA, 2013, p. 119).

Mapa 01 - Divisão político-administrativa do Território de Identidade Recôncavo.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2016, p. 114.

Quanto a sua geomorfologia, o Recôncavo dispõe de terrenos com abundante composição sedimentar, “ricos sobretudo em folhelhos, mas também apresentam arenitos, calcários e conglomerados, que correspondem à chamada ‘série Bahia’ ou ‘do Recôncavo’ (AZEVEDO, 1950, p. 144). Para Aroldo de Azevedo, essas formações representam também seções submersas da baía, caracterizadas por camadas intensamente dobradas e fraturadas, o que configura parte de sua topografia acidentada, especialmente nas áreas ribeirinhas onde o solo é de massapé, resultante da decomposição dos folhelhos (*ibid.*). A Toca do Acupe é a única caverna registrada, localizada em Santo Amaro e com litologia de arenito. (SEI, 2016, p. 115).

A paisagem socioeconômica da região do Recôncavo está profundamente enraizada no modelo de colonização estabelecido no Brasil durante o século XVI, impulsionado principalmente pela produção de produtos tropicais para exportação, o que influenciou significativamente os padrões de assentamento na área. O historiador Luiz Henrique Dias Tavares assim descreve:

A lenta ocupação do território do estado da Bahia realizou-se na sequência de um processo de conquista, posse e povoamento que enfrentou obstáculos naturais, rios, matas, serras e as resistência dos povos Tupi, Jê e Kariri. Conquistada a terra, o colono plantou algodão, mandioca e cana-de-açúcar. Os resultados apareceram na segunda metade do século XVI, quando a Bahia já era citada como produtora de açúcar. No seu *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587, Gabriel Soares de Souza registrou a existência de 36 engenhos localizados de Água dos Meninos até o Paraguaçu. (...) Essa situação estava consolidada cerca de cinquenta anos depois, com diversos engenhos de açúcar, plantações dos lavradores da cana e de mandioca, em terras que pertencem atualmente aos municípios de Candeias, São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação, Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe, Nazaré e Aratuípe (TAVARES, 2001, p. 154).

Esse modelo colonial de ocupação do território, de acordo com o autor, se amplia com o tempo. “A vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, data de 1693. Originou-se do povoado à margem esquerda do rio Paraguaçu, (...). Ganhou enorme importância no século XVIII, por causa de sua condição de centro comercial de uma região que incluía o rio Iguape e era passagem para vilas e povoados dos sertões do rio São Francisco” (TAVARES, 2001, p. 155). Utilizando o rio Paraguaçu como principal rota comercial, uma parcela significativa dos produtos consumidos em Salvador e das pessoas que circulavam na região era transportada por embarcações provenientes de vilas e cidades do Recôncavo.

A produção de tabaco, especificamente, é relevante no processo de formação desse território, na medida em que sua comercialização estava intimamente ligada à economia escravista. Para o historiador Gustavo Acioli Lopes (2004), o amplo desenvolvimento do tabaco na região

proporcionou a continuidade do comércio escravista, já que o mesmo funcionava como moeda na aquisição de pessoas escravizadas na costa africana, particularmente na região da Costa da Mina (LOPES, 2004, p. 210-211). A presença e a resistência de pessoas escravizadas no Recôncavo possibilitaram intersecções entre tradições culturais de distintas matrizes africanas, que podem ser observadas nas manifestações culturais presentes nos municípios do território, como o Bembé do Mercado (Santo Amaro), a Festa da Boa Morte (Cachoeira) e o Samba de Roda do Recôncavo (IPHAN-BA, 2015).

O declínio das bases produtivas do Recôncavo ocorreu principalmente no final do século XIX e início do século XX, processo que foi acelerado com a crise da economia açucareira e fumageira que, diante da obsolescência tecnológica das instalações na região e da concorrência com o mercado internacional (REZENDE, 2004, p. 25), levou ao abandono de muitas fazendas e à diminuição do comércio portuário na Baía de Todos-os-Santos.

Joelito de Oliveira Rezende (2004), nos informa que,

em paralelo a esse processo, que transformou o Recôncavo em uma região decadente, caracterizada na literatura econômica como ‘região velha’, dois outros fatores concorrentes no tempo deram contornos dramáticos à perda de posição regional no contexto estadual: a descoberta, exploração e esgotamento dos poços de petróleo da Petrobrás, no período entre 1940 e 1980, com sua ilusória explosão de prosperidade e rápido declínio; e a implantação do sistema rodoviário do Estado, com o traçado das principais vias tronco privilegiando outras áreas próximas à capital na função articuladora com o polo dinâmico do Sudeste do Brasil, substituindo com vantagens a modalidade fluvial marítima e sua articulação com a ferrovia no trecho Salvador – Nazaré das Farinhas – Jequié (REZENDE, 2004, p. 26).

Nas considerações do autor, a implantação de uma indústria dinâmica na Região Metropolitana de Salvador, centrada nas cidades de Camaçari (Polo Petroquímico) e Simões Filho (Centro Industrial de Aratu), estabeleceu as bases para o desenvolvimento de um polo urbano-industrial de elevado potencial germinativo na área de influência direta da capital baiana (*ibid.*, p. 26). Esse processo resultou na migração de milhares de pessoas para a periferia de Salvador, provenientes de diversas áreas do Recôncavo, promovendo um esvaziamento das antigas cidades e zonas rurais, dificultando a recuperação econômica de suas localidades.

O TI Recôncavo se destaca no cenário estadual pela oferta de vagas no ensino superior, através da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, cuja sede administrativa se localiza em Cruz das Almas, e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com campus em Santo Antônio de

Jesus. Essa característica educacional é tema de discussões que seguirão adiante, visto que a constituição da UFRB em Cruz das Almas está diretamente relacionada ao sítio Reitoria, objeto de estudo desta pesquisa.

Sobre os sítios arqueológicos do Território, destacamos o *Projeto de Mapeamento de Sítios Arqueológicos dos Municípios de Cachoeira e São Félix*, coordenado pelo arqueólogo Luydy Fernandes, professor do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, entre 2008 e 2009. O mapeamento identificou sítios arqueológicos indígenas e históricos, registrando artefatos cerâmicos, líticos, sambaquis, além de cemitérios, estruturas residenciais e instalações industriais, com destaque para o grande número de engenhos (FERNANDES, 2010, p. 14-15).

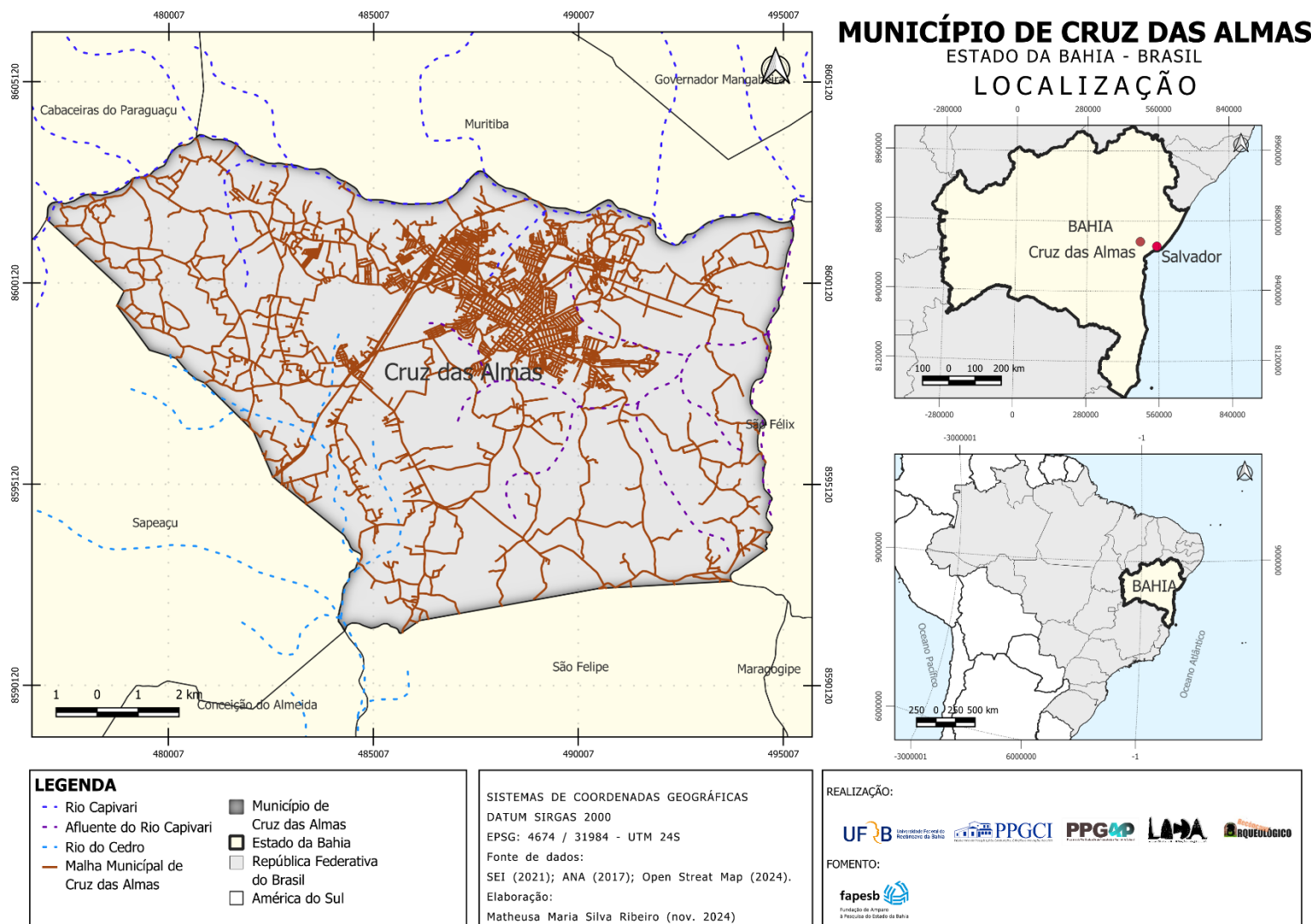
Um aspecto significativo que ressaltamos desse projeto foi o envolvimento das comunidades locais, particularmente das escolas, na identificação de vestígios arqueológicos. A metodologia de mapeamento consistiu na distribuição de uma cartilha didática para auxiliar alunos e professores no reconhecimento de sítios arqueológicos, promovendo uma ampliação da consciência histórica local com foco nas discussões de preservação do patrimônio (FERNANDES, 2010, p.08).

02.3 – O Município de Cruz das Almas

O município de Cruz das Almas (mapa 02) está localizado em um planalto pré-litorâneo que ocupa uma área total de 139.117 km², abrigando uma população de 60.348 pessoas, com uma densidade demográfica de 433,79 hab/km² (IBGE, 2020). Seus limites geográficos são os municípios de Muritiba (norte), São Felipe (sul), São Félix (leste) e Sapeçu (oeste). Está distante 146 km da capital, Salvador, através da rodovia BR-101, em conexão com a BR-324, via Feira de Santana.

Originalmente um arraial, Cruz das Almas estava subordinada à freguesia de Cachoeira. Em 22 de janeiro de 1815, um Alvará Régio promoveu a capela de N. Sra. do Bom Sucesso de Cruz das Almas à categoria de freguesia. Posteriormente, em 29 de julho de 1897, a localidade foi elevada à condição de vila, conforme a Lei Estadual nº 190. Finalmente, em 31 de agosto de 1921, a vila foi promovida à cidade pela Lei Estadual nº 1.537 (IBGE, 1958, p. 203).

Mapa 02 – Mapa Político do Município de Cruz das Almas.



Fonte: Produção da Pesquisa, 2023.

Para Agrônomo e Professor, Mario Pinto da Cunha, um dos memorialistas da história de Cruz das Almas, a origem do topônimo está relacionada a existência de um cruzeiro na antiga estrada de tropas que seguia de Rio de Contas a São Félix, “o que se verificava, aliás, em várias partes do Estado e do País, de onde se originam outras tantas denominações idênticas de lugarejos, povoados e vilas” (CUNHA, 1959, p. 28). Segundo indica a tradição oral, aos pés do cruzeiro, frequentemente, à noite, o povo se reunia para fazer orações e rezar pelas almas. “Viajantes que passavam no local, situado no planalto em que se ergueu depois a cidade, bem como outras pessoas, quando a ele se referiam, o indicavam pela expressão: ‘lá’, ou ‘ali’, na cruz das almas” (IBGE, 1958, p. 203).

A altitude média do município é de 220 m, com relevos de planalto em grande parte do território e alguns pontos com ondulações (mapa 03), atuando como uma zona de transição entre climas costeiros úmidos e semiáridos, com características distintas influenciadas por essas condições climáticas. Embora situado na bacia do Paraguaçu, o sistema hidrográfico é pouco expressivo, pois seus principais rios são de regime periódico, sendo eles: o Jaguaripe, o Tuins, o Capivari e o Poções (*ibid.*, p. 204). Contudo, os rios desempenham um papel crucial na formação da paisagem do município, particularmente na configuração de planossolos, que são solos hidromórficos encontrados em áreas de depósitos aluviais recentes (RODRIGUES, 2003, p. 02).

A pesquisa da cientista agrária Maria da Glória Figueiredo Rodrigues, nos informa que a história geológica da região, incluindo as formações sedimentares, contribui para as propriedades físicas e químicas do solo, que no município, incluem argissolos amarelos distróficos, cambissolos e neossolos quartzarênicos (*ibid.*, 2003, p. 21). Esses solos são moldados pelas condições geológicas e climáticas locais, “a presença de materiais resistentes, como concreções ferruginosas, ajuda a preservar certas formas de relevo e influencia os processos de erosão, criando perfis distintos que determinam a ocupação das práticas agrícolas (*ibid.*, p. 30). Segundo a autora, os solos do município apresentam geralmente baixa disponibilidade de nutrientes e alta acidez, o que pode limitar sua produtividade.

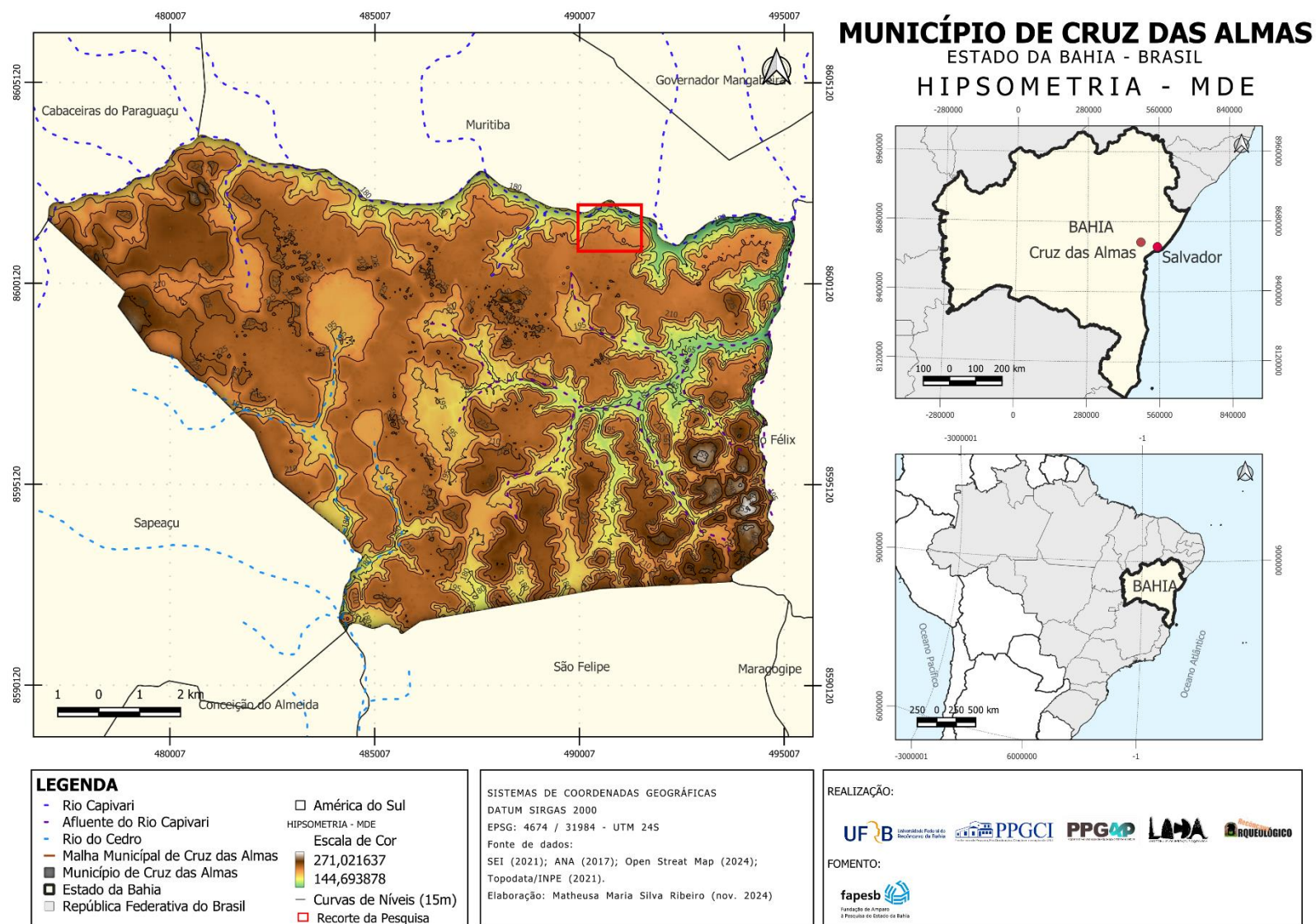
A dinâmica econômica de Cruz das Almas, de acordo com as pesquisas de Denise Pimenta da Silva Oliveira e Amílcar Baiard, é caracterizada por uma mistura de setores tradicionais e modernos, transformadas de modo significativo nos últimos anos. Historicamente, Cruz das

Almas tem sido fortemente dependente da agricultura, particularmente do cultivo do tabaco. Esse setor tem sido uma importante fonte de emprego, com cinco estabelecimentos ligados ao tabaco responsáveis por quase 70% dos empregos formais na agricultura. (OLIVEIRA, BAIARDI, 2018, p. 93). No entanto, a produtividade de outras culturas como a mandioca, por exemplo, é baixa, indicando os autores se tratar da insuficiente aplicação de recursos no cultivo, em vez de condições ambientais adversas.

Em consonância a essa diversificação econômica, destaca-se a presença da Embrapa Mandioca e Fruticultura, uma unidade de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. A Embrapa foi instalada em Cruz das Almas em 1977, a partir do Instituto Agrônomo do Leste (IAL), “implantado na década de 1950, integrante da rede de institutos de pesquisa agropecuária do Ministério da Agricultura, que posteriormente passou a ser denominado de Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Leste (Ipeal)” (MEMORIAL DE CRUZ DAS ALMAS, 2023). Atualmente, o objetivo da unidade está concentrado nas pesquisas para o aumento da produção e da produtividade, a melhoria da qualidade dos produtos, a redução dos custos de produção e a viabilização do aproveitamento de áreas subutilizadas para mandioca e frutas tropicais, ocupando uma área de 260 hectares (imagem 08).

Nos últimos vinte anos, Cruz das Almas passou por mudanças significativas em suas funções econômicas tradicionais, o setor de serviços emergiu como um componente fundamental, representando aproximadamente 71% da produção econômica local. Aproximadamente 23% dos empregos estão vinculados a instituições de ensino superior (IES), e mais de 40% estão na administração pública, que inclui IES e instituições de pesquisa (OLIVEIRA, BAIARDI, 2018, p. 94). Esse panorama reflete uma tendência mais ampla de diversificação, que conta com a influência direta das instituições de ensino e pesquisa, historicamente instaladas no município.

Mapa 03 – Aspectos Geoambientais do Município de Cruz das Almas.



Fonte: Produção da Pesquisa, 2024.

02.4 – A Formação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

O modelo econômico colonial, profundamente enraizado nos territórios do recôncavo baiano, operava a partir de princípios mercantilistas, com a produção e exportação de matéria-prima concentrada nas colônias e a importação de produtos manufaturados da metrópole. A produção, concentrada na monocultura do açúcar, dependia do estabelecimento de vastas plantações, manejadas por um sistema controlado e que se valia, principalmente, da força de trabalho de africanos escravizados trazidos para o Brasil por meio do comércio transatlântico.

Conforme descreve Maria Antonieta de Campos Tourinho (1982), o bloqueio da importação de pessoas escravizadas a partir de 1850 e a epidemia de cólera em 1855 diminuíram a oferta interna da força de trabalho, fazendo emergir tensões sociais e econômicas que, somadas a má gestão e a falta de adaptação dos produtores às flutuações do mercado externo, estabeleceram um cenário de grande instabilidade na indústria açucareira baiana na segunda metade do século XIX (TOURINHO, 1982, p. 21-22).

A iniciativa de enfrentamento a este cenário ocorreu por meio de experiências modernizadoras que foram disseminadas por setores mais progressistas do império na agroindústria do açúcar. Essas iniciativas de modernização culminaram na criação dos Imperiais Institutos de Agronomia que, além do implantado na Bahia em 1859, contou também com o Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, o Instituto de Agricultura de Pernambuco e o Instituto Fluminense de Agricultura (*ibid.*, p. 64). Retomando as primeiras atas de reuniões do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, a autora expressa os objetivos almejados com a iniciativa,

Partindo do pressuposto de que “a educação profissional é a primeira das condições de existência regular da agricultura e a falta dela é sem dúvida alguma, uma das causas da nossa decadente lavoura” o Imperial Instituto Baiano de Agricultura empenha-se em promover “dentro dos limites de suas acanhadas forças e recursos a criação da Escola Agrícola”. Essa escola é saudada como “destinada a derramar as luzes do ensino prático tão necessário à regeneração de nossa lavoura” e considerada como “o fim principal desta e de cuja criação tão brilhantes resultados espera não só a nossa lavoura como também todas as classes sociais, visto ser a agricultura a fonte principal da riqueza pública” (I.I.B.A – Ata de 05/06/1868 *apud* TOURINHO, 1982, p. 127).

A Escola Agrícola da Bahia foi inaugurada em 1877, em terras arrendadas do Engenho de São Bento das Lages, que pertencia a ordem religiosa beneditina, localizada entre Santo Amaro e São Francisco do Conde, à época, os principais produtores de cana-de-açúcar do Recôncavo

(REZENDE, 2004, p. 46). A escola foi projetada para servir como um campo de treinamento para uma nova elite técnica, com a formação de engenheiros agrônomos, através do curso superior, além de operários agrícolas, por meio do curso elementar, com a promessa de contribuição ao desenvolvimento do setor agrícola e resolução dos problemas econômicos enfrentados pela agroindústria açucareira.

Contudo, ao longo de seus 45 anos de operações, o Instituto enfrentou vários desafios, incluindo restrições financeiras e a resistência dos interesses conservadores que se opunham às propostas de modernização pretendidas, o que impediu sua capacidade de treinar efetivamente uma força de trabalho qualificada e transformar a paisagem agrícola da região. Para Tourinho (1982), os interesses econômicos desses grupos conservadores estavam intimamente ligados às práticas agrícolas existentes, que dependiam de um sistema de trabalho que eles pudessem controlar. Com as novas formações, discussões trabalhistas ganharam repercussão, fortalecendo discursos abolicionistas. Qualquer mudança em direção à modernização, que aumentasse a concorrência ou alterasse a dinâmica de trabalho já estabelecida, enfrentaria oposição, mesmo diante da franca decadência dos mecanismos do sistema em curso (TOURINHO, 1982, p. 209).

O declínio da Escola Agrícola da Bahia foi influenciado por pressões econômicas, mudanças administrativas e nas prioridades educacionais. Como relata a autora, ao longo do tempo a Escola diversificou suas áreas de estudo e tipos de treinamento, a especialização do ensino foi dando lugar a iniciativas educacionais mais gerais, ofuscando a importância dos estudos agrícolas e a influência de seus apoiadores (*ibid.*, p. 164). Joelito Rezende (2004), nos oferece um panorama deste momento, quando descreve que,

sem dinheiro para continuar sua nobre missão, pois as verbas dos governos da Província e do Império foram cortadas, a Escola funcionou regularmente até 1890, sofrendo a partir de então, acentuado recesso até 1894, abrindo suas portas apenas nos finais de ano. Em 1904 os bens da Escola passaram ao domínio do Estado, funcionando como Instituto Agrícola até o ano de 1910 (REZENDE, 2004, p. 64)

A posterior entrega da instituição ao governo Federal ocorre em 1911, através do Decreto n.º 8.584, que a regulamenta como Escola Média Teórico-Prática de Agricultura e a mantém em funcionamento até 1917. Joelito Rezende (2004), segue sua narrativa acerca do período, informando que em 1919 o estado reivindica novamente o funcionamento da instituição e reestabelece a Escola Agrícola da Bahia por meio da Lei n.º 1.333 do mesmo ano (*ibid.*, p. 65).

O espírito da Escola encontra morada nova. Sua transferência para a Hospedaria dos Imigrantes, próximo ao Forte Monte Serrat, em frente ao mar, em Salvador, foi autorizada pelo Decreto n.º 7.218/1931, aí permanecendo até 1942. (...) Ficou evidente que o local escolhido, ainda que aprazível, nada tinha a ver com uma escola destinada ao desenvolvimento rural e, portanto, carente de áreas para criação, plantio e experimentos de pesquisa (REZENDE, 2004, p. 71).

A transferência da Escola para Salvador teve como objetivo revitalizar suas operações e integrá-la às instituições educacionais urbanas. No entanto, esse movimento não produziu os resultados esperados. A escola enfrentou desafios para atrair alunos e manter seu currículo, levando a um declínio gradual nas matrículas e no engajamento da comunidade agrícola.

Coube assim a Landulfo Alves (1893-1954), natural de Santo Antônio de Jesus e ex-aluno da escola de São Bento das Lajes, promover uma nova interiorização do ensino agrícola no estado. Em 1938, ocupava o cargo de diretor do Departamento de Indústria Animal do Ministério da Agricultura, quando foi nomeado interventor federal na Bahia por Getúlio Vargas (*ibid.*, p. 74). Com o apoio de Lauro de Almeida Passos, ex-prefeito de Cruz das Almas e, na ocasião, presidente da Caixa Econômica Federal, de onde saíram os recursos financeiros necessários à empreitada, a Secretária da Agricultura, sob a coordenação de Joaquim Medeiros, “comprou fazendas no município de Cruz das Almas e nela construiu prédios para administração, salas de aula e laboratórios, casas residenciais para professores e estudantes, campos para lavoura, pocilgas e pastos” (*ibid.*, p. 75).

A transferência da escola para Cruz das Almas foi definida pelo Decreto n.º 10.831/1938, mas as instalações só começaram a operar em 1942, sob a denominação de Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia e, em seguida, Escola Agrônômica da Bahia (EAB). Acerca deste processo, gostaríamos de transcrever um trecho do Decreto-Lei n.º 11.482/1939, considerando sua relevância na descrição do território que, posteriormente, será identificado como o objeto de estudo desta dissertação.

O Interventor Federal interino do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e observado o disposto na letra *a* do artigo 17 do Decreto-Lei Federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve declarar de utilidade pública, para os fins previstos no Decreto-Lei n.º 10.821, de 1º de julho de 1938 (Criação da Escola de Agronomia), a gleba de terra com quatro mil e quinhentos (4500) tarefas de terra aproximadamente, ou seja, mil novecentos e sessenta (1960) hectares, aproximados, de superfície sita no município de Cruz das Almas e Muritiba, compreendendo as fazendas seguintes: Córrego Machado, Taboleiro da Vitória, Cruz Alta, Jaqueira, Campo Limpo, São João, Camelo, Pasto Grande, Boa Vista, José Eloy, Mangueira, Taboleiro da Estrada de Ferro e outras menores, dentro da divisa abaixo discriminadas:

(...) segue pela mesma divisa [a de José Eloy de Almeida] e a de João Alves da Costa, até encontrar o Rio Capivari e a fazenda Mangueira acompanhando essa divisa até a linha férrea São Félix-Contendas, nas proximidades do quilômetro 17; rumando pela linha férrea e subindo pelo Rio Capivari segue até encontrar, nas proximidades do quilômetro 19, a divisa dos terrenos pertencentes a D. Sabina Francisca do Nascimento e Francisco Eloy, seguindo deste ponto, para a divisa dos confinantes ultimamente citados até encontrar uma estrada carroçável, vai até uma estrada de rodagem que conduz de Cruz das Almas a estação da ferrovia; (...) (BRASIL, 1939).

A partir da Escola de Agronomia de Cruz das Almas tem-se o desenho de uma estrutura de apoio às ações agropecuárias no estado, algumas iniciativas de fortalecimento de infraestrutura das regiões produtoras são levadas a cabo por meio de fazendas experimentais e laboratórios de pesquisa, resultando num amplo processo de inovação tecnológica. Como descreve Paulo Gabriel Soledade Nacif, Engenheiro Agrônomo e primeiro Reitor da UFRB,

Esse sistema tornou-se âncora para o discurso autonomista dos governos estaduais e a Escola de Agronomia de Cruz das Almas ganha status de símbolo dos governadores, sendo usada como um contraponto ao sucesso da iniciativa federal representada pela UFBA, idealizada pela genialidade de Edgard Santos. Apesar de integrarem os mesmos ideais de modernização conservadora, as relações entre a Escola de Agronomia e a UFBA nunca foram orgânicas ou complementares. Havia uma distância diplomática, interesses pouco convergentes e um discreto desprezo recíproco (NACIF, 2018, p. 5).

O autor destaca que na década de 1960, como um reflexo do cenário sociopolítico brasileiro, a elite soteropolitana apostava num desenvolvimento contemporâneo mais associado a Salvador e mantinha relações ambíguas com o interior do estado. “A necessidade de apoio dos poderes locais levava a íntimas relações com o coronelismo associado aos latifúndios, que possuíam grandes áreas improdutivas e, muitas vezes, mantinham regimes de trabalho análogos a escravidão (*id. ibid.*).

Um aspecto significativo desse projeto de modernização envolveu iniciativas educacionais destinadas o estabelecimento de instituições que fossem capazes de formar indivíduos aplicados em técnicas modernas, mas também que garantissem a manutenção de valores tradicionais. Como discorre Nacif (2018), após 1964, várias instituições públicas de ensino de ciências agrárias do Brasil “passam por um processo de federalização e, em sua maioria, tornaram-se autarquias diretamente ligadas ao Ministério da Educação e Cultura. A exceção mais conhecida foi a Escola de Agronomia de Cruz das Almas, incorporada à UFBA” (*ibid.*, p. 6).

Assim, novamente federalizada, a Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia funcionou sob essa denominação de 1967 a 2002, quando se iniciam as tratativas de criação da

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. De acordo com o Projeto de Lei n.º 242/2002, a fundação da UFRB teve como objetivo criar uma universidade que não só oferecesse ensino superior, mas também contribuísse para o desenvolvimento regional. A visão incluía promover a pesquisa, a inovação e o engajamento da comunidade, garantindo que a universidade servisse como catalisadora de mudanças positivas na região do Recôncavo (BRASIL, 2002).

A trajetória de criação da UFRB foi marcada por vários desafios institucionais, incluindo a resistência à mudança e a necessidade de alinhar as metas da nova universidade com as expectativas da população local. Audiências Públicas em diversos municípios do Recôncavo foram realizadas a partir de 2003, com vistas à discussão dos processos de implantação das unidades de ensino. Nacif destaca ainda que um passo significativo no estabelecimento da UFRB envolveu a aquisição de 1.897 hectares de terra em Cruz das Almas. Essa área foi formada por meio da compra de várias propriedades de pequeno e médio porte, que foram oficialmente registradas pelo Governo Federal em 2012 (NACIF, 2018, p. 2).

Desse modo, em 03 de julho de 2006 a nova universidade dá início às atividades e de acordo com seu portfólio institucional (UFRB, 2023), amplia-se por sete cidades no interior da Bahia, realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento. Em Amargosa está o Centro de Formação de Professores (CFP); nas cidades de Cachoeira/São Félix, o Quarteirão Leite Alves, abriga o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), enquanto no Pavilhão Dois de Julho funcionam laboratórios e cursos de Pós-Graduação; em Cruz das Almas, além da Reitoria, estão implantados o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); já a cidade de Feira de Santana abriga o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS); em Santo Amaro, por sua vez, está instalado o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT); e por fim, em Santo Antônio de Jesus, está localizado o Centro de Ciências da Saúde (CCS).

De modo a concluir esta seção e para ilustrar o tortuoso percurso que leva do Imperial Instituto Baiano de Agricultura à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, optamos por reproduzir um quadro histórico geral, disponível no catálogo do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia – MAESB, instituição criada em 2004 e instalada no campus de Cruz das Almas, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão.

Através do Decreto Imperial no 2.500-A, D. Pedro II criou o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, inaugurado em sessão solene presidida pelo imperador, no Paço Imperial da Capital Baiana



1859

Inauguração da Escola Agrícola da Bahia, no Engenho de São Bento das Lages, na cidade de São Francisco do Conde - BA.



1862

Reorganização do que restou da escola, agora sob a responsabilidade do Estado da Bahia e com o nome de Instituto Agrícola da Bahia. Nesse período o Instituto priorizou a pesquisa experimental em agricultura.



1904

O Governo Federal extingue a escola.



1911



O Instituto cria comissão encarregada de propor o projeto de criação da Escola Agrícola da Bahia.



Extinção do Instituto e da escola e reversão dos seus bens ao Estado da Bahia.

1905



A administração do Instituto Agrícola da Bahia passa para o Governo Federal, que o transforma na Escola Média Teórico-Prática de Agricultura, ainda localizada em São Francisco do Conde.

1917



A Lei Estadual no 1.333 restabelece a instituição com o nome Escola Agrícola da Bahia.



O Decreto no 10.821 recria a a instituição como Escola Agrônômica da Bahia e determina a sua interiorização.



A Escola é transferida para a sua nova sede.



Criação do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia e a doação da sede marcam o início do processo de organização do patrimônio remanescente da antiga Escola Agrícola da Bahia.



1919

1931

1938

1940

1943

1967

2004

2005



O Decreto Estadual no 7.218 transfere a Escola para Salvador. A Escola Agrícola da Bahia desenvolve suas atividades provisoriamente nos pavilhões da Hospedaria dos Imigrantes, no bairro de Monte Serrat.



Cerimônia de colocação da Pedra fundamental marca a construção da nova Escola Agrônômica da Bahia na cidade de Cruz das Almas-BA.



A Escola Agrônômica da Bahia é novamente federalizada, através de decreto presidencial que a incorpora ao patrimônio da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o nome de Escola de Agronomia.



Criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA.

02.5 – O Território Patrimonial de Cruz das Almas

Conforme descrito nos procedimentos teórico-metodológicos que orientam esta pesquisa, o patrimônio arqueológico, enquanto indicador de memória, está inserido em um território específico. A compreensão das referências patrimoniais desse território é essencial para a promoção das etapas de salvaguarda e comunicação, visto que o objeto patrimonial serve como suporte para um amplo espectro de informações.

Para Moraes Wichers (2011), o diagnóstico da realidade arqueológica e do território patrimonial configuram os primeiros movimentos de ativação da cadeia operatória da Musealização da Arqueologia. Esse diagnóstico está associado à “compreensão do perfil sociocultural do território abordado, bem como dos bens materiais (móveis e imóveis) e imateriais, referências culturais e indicadores da memória” (MORAES WICHERS, 2011, p. 38).

Assim, apresentamos um panorama do território patrimonial de Cruz das Almas, considerando os indicadores consolidados nas políticas de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), especificamente os bens culturais de natureza material, reunidos na Portaria IPHAN n.º 375/2018, e os bens culturais de natureza imaterial, cujo processo de identificação e registro está regimentado através do Decreto n.º 3.551/2000.

02.5.1 Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso

A Paróquia Nossa Senhora do Bom Sucesso foi criada por alvará do Príncipe Regente Dom João VI, em 22 de janeiro de 1815, sob o título inicial de Freguesia de Cruz das Almas, desmembrada da Freguesia do Outeiro Redondo (Município de São Felix). Seu primeiro vigário foi o Padre Teodósio Correia Mendes Ferreira, que, como vigário encomendado, assinou em 1815 em Livro do Outeiro Redondo que cita Cruz das Almas. Posteriormente, o Padre José A. Cerqueira de Mato Grosso foi o primeiro a assinar o Livro de Escrituração de Cruz das Almas, separado do Livro do Outeiro Redondo. A paróquia integrou a Arquidiocese de São Salvador da Bahia, da qual se desligou no ano de 2018 em virtude da ereção da Diocese de Cruz das Almas (MEMORIAL DE CRUZ DAS ALMAS, 2023).

A Catedral de Nossa Senhora do Bom Sucesso apresenta uma fachada sóbria (imagem 01), de influência arquitetônica maneirista, com as esquadrias arrematadas em arco pleno, distribuídas em três portas no nível de acesso e cinco janelas superiores, sendo três destas posicionadas logo acima das portas, no centro da composição, e as demais divididas simetricamente nas laterais da edificação. Na porta principal, a guarnição é retangular com uma decoração lateral de leques em frisos em baixo relevo, ao centro um símbolo em alto relevo não identificado e sobre este, duas volutas se erguem sustentando um círculo, onde lê-se: 17 – 11 – 1877 (imagem 03). O frontispício se ergue em formato triangular, com volutas e arranjos fitomorfos. No arremate superior central encontram-se um globo sobre o qual está fixado um cruzeiro contemporâneo, crivado de lâmpadas incandescentes. Já nas laterais, encontram-se pináculos triangulares e dois arcos no estilo canopial, com volutas na base dos arcos (imagem 02). Seu interior não dispõe de decoração. Da nave principal erguem-se quatro colunas com acabamento em arco pleno e da capela-mor mais três, com mesmo acabamento. Ao centro, a imagem de Nossa Senhora do Bom Sucesso, ladeada por uma imagem de Jesus Cristo, possivelmente a iconografia de Salvador do Mundo (imagem 04).

A Paróquia conta também com Memorial Monsenhor Neiva, localizado na lateral esquerda da catedral, na Praça Senador Temístocles. Erigido em 2023 para preservar a memória de José de Souza Neiva, pároco direto por 44 anos e emérito por mais 10. O espaço conta com uma escultura, representando o busto do Monsenhor Neiva, além de um acervo físico e virtual contendo fotos, vídeos, documentos e objetos pessoais do líder religioso (imagens 05 e 06).

02.5.2 Fazenda Campo Limpo

A Fazenda Campo Limpo é o único bem tombado de Cruz das Almas inscrito no Livro de Tombo dos Bens Imóveis do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). De acordo com o Sistema de Informações do Patrimônio Cultural (SIPAC), a casa grande em estilo colonial (imagem 07) foi erguida em 1865 pela Família Passos, de origem Portuguesa, vinda das terras de Loulé e Querença. A fazenda era constituída pelas terras dos engenhos de Areia e da Presa, propriedades de grande porte, que chegaram a possuir cerca de 200 escravizados trabalhando no cultivo de cana-de açúcar. Posteriormente, com a desativação dos engenhos, dedicou-se ao plantio de café em larga escala, seguido da pecuária e da laranja (IPAC, 2002).

02.5.3 Estação Ferroviária de Pombal ou Engenheiro Eurico Macedo

A Estação Ferroviária de Pombal (imagens 10 a 12), localizada a 6 km do centro do município de Cruz das Almas, foi inaugurada pela Estrada de Ferro Central da Bahia em sua linha principal, em 1881. Posteriormente, o nome da estação foi alterado para Cruz das Almas e, mais tarde, para Eurico Macedo, em homenagem ao engenheiro responsável pela reconstrução do prédio nos anos 1940.

A estação figura na Carta do Recôncavo da Bahia (imagem 09), elaborada em 1899 pelo engenheiro civil, político e historiador afro-brasileiro, Theodoro Fernandes Sampaio. O mapa apresenta cidades, vilas, engenhos, fazendas, rios, estradas de ferro em tráfego e em construção e inclui uma tabela com a população dos municípios que formam a região do Recôncavo.

Das poucas informações que se encontram disponíveis, a página virtual *Estações Ferroviárias do Brasil* informa que a partir de 1970, a estação de Cruz das Almas não aparece mais na lista de estações do *Guia Levi*, publicação brasileira editada entre 1897 e 1984, que continha os horários de trens de passageiros das principais linhas férreas do país, sendo substituída pela estação Eurico Macedo. Embora a falta de documentação nos impeça uma confirmação, o edifício apresenta uma arquitetura característica dos anos 1930, com uma área central para bilheteria e embarque/desembarque de passageiros, ladeada por dois grandes armazéns. Além disso, a construção de uma nova estação mais próxima à cidade, também chamada Cruz das Almas, na linha de Santo Antônio de Jesus (inaugurada no final dos anos 1950 e desativada em 1964), sugere que a estação mais distante teve seu nome alterado.

Acerca do trecho ferroviário Cruz das Almas-Santo Antônio de Jesus, a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XX, relata que “está em fase adiantada a construção de um ramal ferroviário que ligará, na cidade de Santo Antônio de Jesus, da Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro à Estrada de Ferro Nazaré” (IBGE, 1958, p. 206). Segundo consta na Enciclopédia, naquele ano, “os trilhos da E. F. de Nazaré já ultrapassaram este município e passam próximo à cidade de Sapeaçu” (*ibid.*, p. 344). Contudo, de acordo com o *site* acima citado, esse trecho jamais teria sido completado, ou se completo, foi desativado antes que os trens fizessem a ligação de Cruz das Almas com Santo Antônio de Jesus, visto que em 1965 a E. F. Nazaré já estava em fase de desativação.

O trecho municipal de Cruz das Almas integrava o sistema ferroviário da Linha Sul, que conectava a estação de Mapele, em Simões Filho, a Monte Azul, em Minas Gerais. A Linha Sul foi formada pela união de várias linhas ferroviárias, quase todas originadas no século XIX, como a Estrada de Ferro Central da Bahia, a Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, a Estrada de Ferro de Santo Amaro e a Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia. Entre 1935 e 1939, essas linhas foram unidas e prolongadas sob o nome de Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB), de modo que em 1951 a linha passou a ligar Salvador e Mapele à localidade mineira de Monte Azul, e a partir daí com os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil. (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2022)

Trens de passageiros circularam em vários trechos dessas linhas até sua desativação completa em 1979. Depois passaram a operar somente entre Iaçú e Monte Azul e, até o início dos anos 1980, entre Mapele e Candeias. Atualmente, a linha é utilizada exclusivamente para transporte de cargas, atravessando o estreito do rio Paraguassu na Ponte Rodoferroviária Dom Pedro II, entre as cidades de Cachoeira e São Félix (*ibid.*)

02.5.4 Casa da Cultura Galeno d’Avelírio

Localizada na rua quinze de novembro, n. 56, no prédio da antiga cadeia municipal, edificação de 1922, a Casa de Cultura Galeano d’Avelírio foi aberta ao público no dia 27 de julho de 1987 (imagens 13 e 14). Conforme as informações disponíveis no local, a iniciativa de criação do espaço marca o período de redemocratização em Cruz das Almas, quando um grupo de intelectuais e artistas solicita a concessão do prédio à Prefeitura Municipal, para instalação de um centro cultural (imagens 15 a 18).

A espaço conta com um salão de exposições, um pequeno auditório com 40 lugares e dois camarins com banheiros, uma sala multiuso, uma sala administrativa, que também acomoda o acervo bibliográfico da instituição, e uma área descoberta com palco para pequenas apresentações. Do edifício da antiga cadeia, estão preservados o piso em pedra e o gradil em ferro fundido. A Casa de Cultura Galeano d’Avelírio está aberta gratuitamente a visitação pública, funcionando de segunda a sexta-feira, de 08h as 12h e de 13h as 17h.

02.5.5 Manifestações Culturais

De acordo com as informações disponíveis no Acervo Digital do Memorial de Cruz das Almas, o município apresenta diversos grupos de manifestações da cultura popular, como: sambas de roda, quadrilhas e festejos juninos, grupos de capoeira, escolas de samba, blocos de carnaval, marujada, zabumbada, ternos de reis, presépio cantado e lavagens. Dado o direcionamento da pesquisa, optamos aqui por citar essas manifestações, sem destacar os grupos que as realizam.

02.5.6 Comunidades Remanescentes de Quilombo

O termo comunidade remanescente de quilombo é um conceito político-jurídico que abrange uma realidade extremamente complexa e diversa, implicando na valorização da memória e no reconhecimento da dívida histórica e presente que o Estado brasileiro tem com a população negra (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2024). Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Para a Fundação Cultural Palmares (FCP), autarquia federal de promoção e preservação dos valores culturais da influência negra na sociedade brasileira, essas comunidades descendem da resistência à brutalidade do regime escravocrata, adaptando-se em regiões frequentemente hostis. Na manutenção de suas tradições culturais, esses grupos aprenderam a sustentar-se dos recursos naturais disponíveis, ao mesmo tempo em que assumiram a responsabilidade pela sua preservação. Elas interagem tanto com outros povos e comunidades tradicionais quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e também desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2024).

Segundo informações do Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural da Bahia, do Instituto de Geociências da UFBA, o município de Cruz das Almas conta com dois territórios remanescentes de quilombo: a **Comunidade Baixa da Linha**, certificada em 2010 pela FCP, com território em fase de demarcação pelo Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do processo n.º 54160.000301/2011-91; e a **Comunidade Vila Guaxinim**, certificada pela FCP em 2013, igualmente com processo de demarcação de território no INCRA, n.º 54160.004146/2014-24 (GEOGRAFAR, 2022).

Essas comunidades estão localizadas na fronteira norte do município, entre a borda e o declive de um platô que se inclina ao curso do riacho Capivari (imagens 19 a 30), em terras que, historicamente, têm sua propriedade requerida pelas instituições de ensino que ocuparam administrativamente esse território, gerando um conflito fundiário entre as partes.

A partir do cruzamento de informações das pesquisas realizadas por Nilton Antônio Souza Santos (2013) e Camilo Guimarães de Souza (2023), é possível considerar que a comunidade da Baixa da Linha tem sua origem associada ao processo de expansão da linha férrea em períodos relativos à atividade da estação de Pombal (SANTOS, 2013, p. 43). Durante o processo de expansão da malha ferroviária, os afloramentos rochosos no curso do riacho Capivari foram aproveitados como pedreiras para extração dos balastros, blocos de pedra utilizados no assentamento dos dormentes de madeira que recebem os trilhos. Os trabalhadores dessas pedreiras, não há registro se livres ou escravizados dissidentes, foram se instalando em áreas próximas ao curso do rio e, igualmente, da ferrovia, construindo habitações simples de pau a pique e formando as primeiras relações entre as famílias da comunidade (SOUZA, 2023, p. 28).

As pesquisas realizadas por Larissa Silveira Santiago (2018), apontam que as narrativas de origem dos moradores da comunidade Vila Guaxinim estão associadas a desapropriação das antigas fazendas da região, realizadas a partir de 1938 pelo então interventor federal, Landulfo Alves. Com o processo de instalação da Escola Agrícola, trabalhadores dessas fazendas, pessoas negras que atravessaram o pós-abolição, passaram a atuar como tarefeiros, desempenhando funções temporárias nas lavouras e pastos, ou mesmo trabalhos mais pesados não executados por funcionários contratados da escola (SANTIAGO, 2018, p. 24).

O nome da comunidade está associado a trajetória de instalação no local do Sr. Luiz Santana, conhecido pela alcunha de Luiz Guaxinim, dada sua estatura. Como nos informa Santiago (2018), “a área em que o senhor Guaxinim morava foi aos poucos sendo povoada pelas famílias dos seus filhos, formando uma pequena vila, denominação que posteriormente estendeu-se para toda a comunidade” (*ibid.*).

Como se observa espacialmente (mapa 04), essas comunidades não apresentam fronteiras espaciais claramente definidas, contudo, suas narrativas de origem no tempo e sua distribuição geográfica, posicionando-se a Baixa da Linha no declive da encosta e a Vila Guaxinim na borda no platô, fazem com que apresentem diferenças significativas, físicas e culturais, no processo de uso e ocupação do território. Infelizmente não foi possível precisar quantas pessoas habitam atualmente o território, mas o trabalho mais recente envolvendo as comunidades (Souza, 2023), estima que haja cerca de 250 famílias residindo no território.

Com a criação da UFRB em 2006 e a certificação das comunidades enquanto remanescentes de quilombo entre 2010 e 2013, respectivamente, as tensões acerca da propriedade das terras se intensificaram. Em 2022, o reitor à época, Fábio Josué Souza dos Santos, firmou um acordo de cooperação técnica entre a universidade e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), para elaboração de um diagnóstico integrado da atual situação fundiária do campus de Cruz das Almas da UFRB.

Dentre os objetivos do diagnóstico constam: (1) Realizar levantamento planialtimétrico, através de aerofotogrametria da área do Campus Cruz das Almas – UFRB e espacialização da escritura de doação; (2) Realizar identificação de áreas e levantamentos socioeconômicos; (3) Elaborar georreferenciamento dos imóveis próprios e ocupados irregularmente na área do Campus Cruz das Almas; (4) Elaborar Relatório com diagnóstico integrado, resultante de levantamento físico e socioeconômico da área objeto, contendo recomendações para sanar as questões fundiárias conflituosas no âmbito do campus universitário (CONDER, 2022).

O Diagnóstico Integrado da Situação Fundiária do Campus de Cruz das Almas da UFRB foi concluído e entregue à atual reitora, Georgina Gonçalves dos Santos, no dia 29 de agosto de 2023. Procuramos a equipe da UFRB responsável por auxiliar no levantamento dos dados deste relatório, bem como o gabinete da reitora e, por fim, a ouvidoria da universidade, mas o acesso ao documento foi negado em todos os meios. As justificativas apresentadas citam o documento como um arquivo administrativo interno, não disponível para publicação e utilizado como instrumento de trabalho da Procuradoria Jurídica da UFRB na definição de uma política de regularização fundiária e de convivência com os moradores da região.



Imagem 01: Catedral de N. Sr.ª do Bom Sucesso.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 02: detalhe - Catedral N. Sr.ª do Bom Sucesso.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 03: detalhe - Catedral N. Sr.ª do Bom Sucesso.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 04: interior - Catedral N. Sr.ª do Bom Sucesso.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 05: Memorial Monsenhor José de Souza Neiva.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 06: Memorial Monsenhor José de Souza Neiva.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 07: Casa Grande da Fazenda Campo Limpo

Foto: Lita Passos

Data: 2015



Imagem 08: sede da Embrapa Mandioca e Fruticultura

Foto: Memorial de Cruz das Almas

Data: 2023



Imagem 09: recorte da Carta do Recôncavo da Bahia

Fonte: Theodoro Fernandes Sampaio

Data: 1899



Imagem 10: Estação Ferroviária de Pombal.

Foto: Edisandro Barbosa Bingre

Data: 2013



Imagem 11: Estação Ferroviária de Pombal.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 12: Estação Ferroviária de Pombal.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 13: vista da Casa de Cultura Galeno D'avelírio

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 14: vista da Casa de Cultura Galeno D'avelírio

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 15: pátio externo da Casa de Cultura.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 16: galeria de exposições da Casa de Cultura.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 17: pátio interno da Casa de Cultura.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 18: auditório da Casa de Cultura.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 19: vista da comunidade Vila Guaxinim.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 20: vista da comunidade Vila Guaxinim.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 21: vista da comunidade Vila Guaxinim.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 22: sede da Associação Com. da Vila Guaxinim.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 23: vista da comunidade Baixa da Linha.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 24: vista da comunidade Baixa da Linha.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 25: sede da Associação Com. Baixa da Linha.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 26: espaço quilombola da Com. Baixa da Linha.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 27: creche comunitária da Baixa da Linha.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 28: antiga casa de pau a pique na Baixa da Linha.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 29: vista da linha férrea próxima à comunidade.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024



Imagem 30: riacho Capivari na com. Baixa da Linha.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2024

02.6 – Narrativas e relações entre sujeitos e artefatos

Perguntas orientadoras da entrevista semiestruturada:

- 1ª) Qual seu nome completo, sua idade e onde vive atualmente?
- 2ª) Compartilhe o que você sabe sobre a origem das comunidades Baixa da Linha e Vila Guaxinim.
- 3ª) Como você percebe a relação dessas comunidades com a cidade de Cruz das Almas? e com a UFRB?
- 4ª) O que você sabe sobre os potes de cerâmica encontrados na região?
- 5ª) Qual o significado/interpretação você dá a esse material?
- 6ª) Desde quando se têm notícias sobre esses achados?
- 7ª) Você sabe onde os objetos encontrados foram guardados?
- 8ª) Qual a relevância dessas peças para as comunidades Baixa da Linha e Vila Guaxinim?
- 9ª) Quem são ou deveriam ser os responsáveis pela preservação desses objetos?
- 10ª) Qual potencial (presente ou futuro) você observa nessas peças? O que poderia ser feito com elas?

Essas perguntas não foram concebidas num modelo de questionário, tratam-se de pré-textos, questões ativadoras de temáticas, direcionadas a propósitos específicos, quais sejam:

- Elaborar uma biografia dos entrevistados;
- Ampliar nossa compreensão acerca dos processos de formação das comunidades e sua relação com a cidade de Cruz das Almas e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;
- Identificar a percepção das pessoas sobre o patrimônio arqueológico do sítio, incluindo a temporalidade das coletas e os espaços de guarda que permitiram a formação de coleções;
- Compreender quais agentes são indicados à responsabilidade de preservação do patrimônio arqueológico, abrangendo seu potencial de uso e ressignificação.

As entrevistas ocorreram na residência dos nomes selecionados, a exceção de Marcos Silva, realizada na Biblioteca Municipal Carmelito Barbosa Alves, em Cruz das Almas. Contamos com o auxílio de um gravador de áudio, que nos permitiu retornar às informações compartilhadas, contudo, não transcrevemos os depoimentos, pois o objetivo do diálogo foi o mapeamento temático das narrativas, auxiliando na produção de um perfil de cada entrevistado.

02.6.1 – Marcos Rosa Silva

O cruz-almense Marcos Rosa Silva, 51 anos, é alto e sorridente. Sempre com um aspecto simpático e interessado, não foi diferente desta vez, em que nos encontramos na Biblioteca Municipal Carmelito Barbosa Alves, local um pouco afastado do centro da cidade, silencioso e com um bem cuidado jardim interno. Habitado ao espaço, pois estivemos aí pesquisando as publicações de memorialistas sobre os processos de formação política e social do município, direcionamo-nos à sala de pesquisa, onde o apresento o gravador e o roteiro de perguntas.

Marcos compartilha memórias de infância, quando brincava ali no limite norte do município, às margens do Capivari. Além dos banhos de rio, recorda também de um algumas casas, simples como a sua gente, que margeavam o caminho do trem. Não havia nesse momento uma compreensão sobre quilombo, ele ressalta, mas a vulnerabilidade social era percebida, especialmente na experiência fenotípica da população. Com o tempo, já mais crescido, passa a acompanhar uma tia em campanhas de doações feitas à comunidade e realiza visitas frequentes com propósitos religiosos e de caridade.

Talvez por se movimentar em diferentes espaços, sentimos que foi complexo para Marcos discutir a relação entre as comunidades, a cidade e a universidade. Ele menciona os desafios políticos enfrentados por um território à margem dos serviços públicos, em que a assistência municipal sempre chega acompanhada de outras intensões, mas reconhece também essa dificuldade quando um território está em circunstâncias de conflito fundiário. Por outro lado, ele reconhece como positiva a assistência que chega às comunidades por meio de outras instituições, incluindo empresas locais, que atendem algumas necessidades dos moradores. Já na relação com a UFRB, Marcos destaca a atuação do LADA, como um agente da universidade que está em diálogo com as pessoas, atendendo a chamados para resgate de material arqueológico, orientando e promovendo ações de conscientização patrimonial.

O contato de Marcos com o patrimônio arqueológico do sítio Reitoria se deu a partir do seu ingresso no curso de Museologia, em 2013. Através das pesquisas realizadas na universidade ele passa a vincular os vestígios arqueológicos aos grupos indígenas que ocuparam a região no passado. A partir de então, sua relação com a comunidade da Baixa da Linha se intensifica e sempre que tinha notícias de novos achados, acionava a equipe do LADA. Esteve presente desde a incursão realizada por Fabiana Comerlato em 2015, cedendo um veículo para transporte

do material até o laboratório. Ele tem conhecimento de que o acervo do sítio Reitoria está armazenado no LADA e recomenda que as urnas permaneçam aí até que haja um projeto de trabalhos permanentes nas comunidades, para que elas possam ser diretamente beneficiadas com os usos culturais desse patrimônio.

Recorrendo a uma indicação usual, Marcos menciona o IPHAN como agente responsável na preservação do patrimônio arqueológico do sítio Reitoria, destacando que qualquer ação deve ser realizada em parceria com a universidade e buscar sempre o desenvolvimento das comunidades. Há certa altura da conversa, recorda sobre a produção de panelas de barro que algumas pessoas da comunidade da Linha faziam para vender no mercado municipal e acredita que possam existir outros sítios arqueológicos na região, que precisam ser pesquisados.

Quanto aos potenciais de uso do patrimônio arqueológico do sítio Reitoria, Marcos sempre enfatizou a elaboração de propostas que viabilizem o sítio como local de visitação turística, além da criação de uma estrutura para expor na própria comunidade os objetos encontrados. Alinhado aos diálogos promovidos no LADA, identifica a possibilidade de uso do sítio como um local de pesquisas e escavações frequentes, auxiliando na formação dos estudantes da UFRB. Por fim, sugeriu investigar e possivelmente reviver a produção tradicional de panelas de barro na comunidade, como uma forma de retorno a saberes que alguns agentes das comunidades já possuem, mas que precisam de um estímulo externo para reconhecer esse potencial também como uma fonte de recursos e geração de renda.

02.6.2 – José Augusto Araújo Pereira

Em todas as oportunidades em que conversamos, a disponibilidade de José Augusto Araújo Pereira, 48 anos, morador da Comunidade da Baixa da Linha, sempre foi um traço marcante. Conhecido pela alcunha de “Zé do Pastel”, trabalha com a produção de massas em uma panificadora da cidade, onde é conhecido por fazer bolos muito saborosos. Provavelmente, por ter no ofício a produção de alimentos que são de consumo compartilhado, sua generosidade em nos receber para uma conversa na varanda de sua casa, está refletida também no trabalho que desenvolve como Presidente da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha, cargo que já ocupou em outras ocasiões. Também nesse momento, como em outras circunstâncias em

que estivemos em diálogo, está acompanhado de seus dois filhos pequenos, observadores curiosos do gravador, do caderno de anotações e das palavras do pai.

Natural da cidade de Mangabeiras, José Augusto se mudou com a família para a comunidade da Linha quando tinha entre quatro e cinco anos de idade, para morar com o Avô e auxiliar no trabalho rural. Ele descreve uma realidade de muita escassez e resistência, quando por vezes o único alimento do dia eram as frutas da estação e os peixes pescados no Capivari. Sua narrativa de origem da comunidade está vinculada ao que ouviu dos mais velhos, barracos de tábuas construídos por trabalhadores das pedreiras que moravam próximos a linha do trem, na época essas habitações ocupavam ambas as margens da estrada de ferro. Havia também algumas casas de agricultores, que cultivavam pequenas porções de terra, mas recorda que algumas dessas roças foram tomadas ou trocadas por empregos, com a chegada da Escola Agrícola.

José Augusto menciona que as relações com a cidade e, principalmente, com a Universidade sempre foram tensas, mas que melhoraram um pouco nos últimos anos, com o reconhecimento do território enquanto remanescente de quilombo. Em sua percepção, quem vive no centro de Cruz das Almas estabelece uma imagem de marginalidade em relação às comunidades; já a Universidade, muitas vezes os aponta como invasores, mas ressalta que esses conflitos são alimentados por algumas figuras específicas da instituição, como professores e administradores que assumiram, em determinados momentos, a “missão” de retomar os limites da propriedade. Contudo, José Augusto destaca também certa ambiguidade nessas presenças, já que outras pessoas exerceram papel ativo nos processos que levaram à certificação das comunidades.

José Augusto menciona que a descoberta dos potes de cerâmica veio junto com a certificação quilombola, pois com a autorização para construir, muitos moradores que viviam em casas de taipa passaram a investir em estruturas de alvenaria, cujas fundações e aberturas de fossas foram responsáveis pela evidência dos vestígios em subsolo. A curiosidade sobre esses vestígios esteve durante muito tempo associada a relatos de possíveis tesouros ou bens valiosos enterrados em seu interior. A compreensão dos potes como contextos indígenas veio da relação com os pesquisadores do LADA, incorporada na comunidade através do termo urna ou urna funerária. Para ele, as urnas têm uma relevância singular na história das comunidades, pois indica o histórico de habitação do local, primeiro indígena e depois quilombola.

De acordo com a fala de José Augusto, o contato com as narrativas arqueológicas fez com que a própria relação entre os moradores e os objetos fosse alterada, a assanha do ouro que quebrava as urnas foi dando lugar a vontade de guardá-las. Segundo ele, inicialmente, quando as urnas eram encontradas, as pessoas as guardavam em casa, depois na sede da Associação, mas hoje elas são levadas para a Universidade. Como representante político da comunidade da Linha, José Augusto sabe bem das dificuldades de manutenção dos espaços comunitários, por isso mesmo permite que as peças sejam cuidadas pela Universidade, mas espera que um dia elas retornem à comunidade, que é indicada por ele como quem deveria assumir a responsabilidade de preservação dos artefatos.

Para esse morador atuante da Baixa da Linha, a história de ocupação da comunidade é o elemento que mais a destaca, considerando a presença indígena e quilombola, igualmente marcadas por um forte vínculo com a terra enquanto meio de subsistência. Como potencial de uso dos achados arqueológicos, José Augusto sugere a exposição dos artefatos em uma vitrine com proteção, instalada na sede da Associação e que possa contribuir para contar a história da comunidade. Esse movimento também seria uma oportunidade de desenvolvimento econômico, expresso em seu desejo pessoal de abrir uma lanchonete no local, que atenda tanto os moradores quanto os visitantes interessados em conhecer a comunidade.

02.6.3 – Maria da Conceição Pereira

A presença ativa de Maria da Conceição Pereira, 54 anos, cuja vida foi sempre experimentada na comunidade da Linha, é percebida por aqueles que circulam à frente do terreiro de sua casa, situada em uma bifurcação de onde se inclinam duas estradas de terra, acesso para quem chega e para quem saia da Baixa da Linha. Foi à sombra dos pés de fruta de seu terreiro, onde ela acompanha o dia-a-dia da comunidade e direciona com firmeza as atividades domésticas compartilhadas por filhos e netos, que sentamos para conversar.

Na proposta inicial da pesquisa, havíamos selecionado os nomes do Sr. Israel e do pastor Antônio, cujas aberturas de cisternas em 2014, revelaram o que consideramos as primeiras coleções formadas com materiais recolhidos do sítio Reitoria. Contudo, como o Sr. Israel não estava disponível no dia agendado para a entrevista e o pastor Antônio não reside na comunidade, o nome de D. Maria surgiu imperativo como uma possibilidade de abordagem para o diálogo. Já havíamos nos encontrado furtivamente, em visitas anteriores a comunidade,

mas a imagem dela segurando uma cerâmica arqueológica, com satisfação e confiança, após auxiliar nas escavações dos artefatos recolhidos na primeira coleta de 2019 (imagem 134), reverberou na certeza de que, certamente, ela tinha muita história pra contar.

A memória de Maria da Conceição está vinculada há diferentes transformações do território. Ela recorda que em sua infância não haviam tantos moradores como hoje, a mata formava a vegetação do local, principalmente próximo ao rio, que era o centro das atividades coletivas. Era nas margens do Capivari, à época com uma vazão muito maior, que as pessoas se reuniam para pescar, lavar roupas, brincar e fazer samba, D. Maria lamenta que as crianças de hoje não tenham a mesma liberdade e relata que vinha do rio a água que os moradores consumiam e preparavam seus alimentos, recordando seu gosto fresco por ser armazenada em talhas de barro.

Neste ambiente, Maria descreve que a vida seguiu com muita dificuldade, pois não haviam muitas oportunidades para que era da Linha, ou as pessoas saiam dali em busca de uma vida melhor, ou ficavam pra quebrar pedras, trabalhar nas fazendas e carregar a produção de fumo para o armazém da ferrovia. Para ela, as condições de vida precária e a falta de infraestrutura básica como acesso à energia elétrica e água encanada, por exemplo, são realidades que se alteraram recentemente, que somado ao reconhecimento como remanescente de quilombo, transformaram significativamente a comunidade.

Sobre a descoberta dos potes de cerâmica, D. Maria diz que volta e meia eles aparecem por ali, desde a época de seus pais. Ela não sabe muito bem o que eles são ao significam, mas diz que já ouviu falar que são muito antigos, da época dos índios. D. Maria fala da produção de uma cerâmica utilitária, feita na própria comunidade, principalmente por D. Albertina, já falecida, eram talhas, pratos e panelas de barro, reconhecendo que esses objetos eram diferentes dos potes encontrados debaixo da terra. Certa vez, depois que um trator passou na estrada, suas filhas que voltavam caminhando da escola avistaram um pote revirado na terra, ela e outros moradores foram verificar do que se tratava, mas a notícia se espalhou e um senhor da cidade veio e levou o pote embora, dizendo que ali tinha ouro. A partir de então, sempre que aparecia alguma coisa, as pessoas corriam para desenterrar em busca do necessário metal precioso.

A narrativa de D. Maria revela que foi depois de um tempo que o pessoal da universidade começou a aparecer sempre que novos potes eram descobertos, lembrando com entusiasmo que já participou da retirada de alguns. Ela não sabe exatamente onde esses potes são guardados,

mas sabe que estão com um professor que está sempre por ali [que acreditamos se tratar do Prof. Luydy], que leva eles para serem cuidados, contudo, acredita que seria importante deixar esses potes na comunidade, ao indicar que sua preservação é uma tarefa também dos moradores.

Com a consciência ampla de quem experimenta a realidade do local em que vive, Maria da Conceição sugere a criação de um espaço na comunidade para exhibir os potes antigos, mas expressa o desejo de que essa ação possa vir acompanhada de melhorias contínuas para a comunidade, especialmente para os jovens, que carecem de espaços de lazer, profissionalização e incentivos de permanência. Na sua experiência, a ajuda chega pela metade, citando o projeto da horta comunitária, que tem o sistema de irrigação, mas não tem bomba para subir a água.

02.6.4 – Silvana Pedreira Dias Silva

Ampliar nossa compreensão sobre as comunidades remanescentes de quilombo do território, sempre esteve nos horizontes de desenvolvimento da pesquisa. Como o diálogo com os moradores da Linha foi facilitado por outros agentes, faltava-nos uma aproximação com algum representante da Vila Guaxinim, cujo contato se deu, por intermédio de “Zé do Pastel”, com Silvana Pedreira Dias Silva, 47 anos, estudante do curso técnico de agroecologia do CCAAB e atual presidenta da Associação de Moradores daquela comunidade.

Nossa conversa aconteceu entre os livros da Biblioteca Comunitária Ivone Barros, instalada na Unidade Satélite da Vila Guaxinim (imagem 24), local de encontros e reuniões dos moradores, onde também são atendidos alguns serviços primários de saúde, que contemplam as duas comunidades. Natural de Piritiba, Chapada Diamantina, no semiárido baiano, Silvana traz em sua fala gestos firmes e uma postura determinada, marcando presença como uma representante da comunidade que escolheu viver. Dos trinta e quatro anos que mora em Cruz das Almas, os últimos 27 foram experimentados na Vila Guaxinim, ao lado do companheiro, que já vivia no local, e dos dois filhos, nascido ali.

Sobre a origem das comunidades, ela se sente mais à vontade para falar de onde mora, indicando que suas narrativas estão associadas às memórias compartilhadas por moradores mais velhos, que contam sobre o deslocamento de famílias de outras localidades rurais, como São Félix e Muritiba, atraídas a região pelo trabalho na antiga Escola Agrícola. Entre professores e alguns

funcionários que tinham moradia garantida na instituição, muitos dos que trabalhavam na fazenda experimental, principalmente no trato com os bovinos e caprinos, na limpeza dos estábulos e plantações, se instalaram como podiam, como no caso do Sr. Guaxinim. Ao longo do tempo, filhos e netos foram ficando raízes na comunidade e agrando seus companheiros ao território, como relata Silvana, numa história com mais de oitenta anos de ocupação.

Sua percepção sobre a comunidade está vinculada ao que nomina de limite rural-urbano, mas destaca que para a cidade de Cruz das Almas, a Vila Guaxinim é vista como uma comunidade periférica. Já na relação com a Universidade, para além dos conflitos fundiários, Silvana observa que este é um diálogo em construção, muitas vezes colocado em pauta pelos próprios moradores, que ao acessar os cursos da UFRB passaram a confrontar a imagem atribuída a eles de intrusos e/ou invasores. Segundo ela, esses conflitos são provocados por um grupo localizado na universidade, que não reconhece a história de ocupação do território, e ressalta que muitas parcerias de pesquisa e atividades colaborativas já foram realizadas com professores e funcionários em benefício da comunidade.

Sobre os potes de cerâmica encontrados na região, Silva diz que não tem muitas informações, pois não viu o material que foi encontrado, mas cita a “pedra do índio” como um local indígena, pois segundo ela, em sua terra natal, além de pinturas rupestres, esses são elementos facilmente reconhecíveis. Já em relação as peças encontradas na comunidade, Silvana diz que alguns moradores apontam o local como um sítio arqueológico, com a presença de materiais indígenas e do período colonial, e que essas descobertas se tornaram frequentes com o trabalho de aragem mecanizada da terra para plantio e, principalmente, após o reconhecimento quilombola, que proporcionou a ampliação de casas na comunidade. Ela sabe que os artefatos encontrados foram recolhidos pela Universidade, mas não tem informações sobre a sua localização, nem quem são os responsáveis por essa coleta, indicando que a iniciativa de preservação dos achados deveria partir do poder público municipal em parceria com as comunidades, através da educação.

Como potencial de uso para os vestígios arqueológicos, Silvana sugere a implementação de programas educativos, com o objetivo de compartilhar entre as crianças e jovens a história do território e dos artefatos, que em sua percepção, deveriam estar nas comunidades, pois são um instrumento político e de mobilização social. Ressalta que, mesmo havendo interesse de pessoas externas em conhecer o local, espaços de visita são uma realidade ainda distante, pois as

comunidades carecem de outras estruturas. Para Silvana, o reconhecimento dos artefatos é um fator relevante para o fortalecimento do território como um local marcado por diferentes ocupações e resistências, sendo necessário primeiro um fortalecimento interno com projetos voltados ao benefício dos moradores.

02.6.5– Luiz Haroldo Peixoto da Silva

Havia certa expectativa no encontro com Luiz Haroldo Peixoto da Silva, 63 anos, atualmente funcionário aposentado da UFRB. Conhecido como Luizinho, ele esteve presente na primeira visita de reconhecimento arqueológico do sítio, realizada em 2006 por Carlos Etchevarne e, posteriormente, em tantas outras incursões acompanhando a equipe do LADA. Na conversa com esse senhor de barbas brancas e voz tranquila, mesmo nos momentos em que expressa sua indignação com algumas posturas, as expectativas foram superadas, revelando um ativista pelos diretos da terra, da dignidade humana e do bem viver.

Luiz Haroldo nos conta que nasceu dentro das terras que hoje formam a Universidade, pouco mais de uma década após a chegada de seu pai, em 1948, que veio do sertão para trabalhar como motorista na antiga Escola Agrícola e ali estabeleceu família. Luizinho mora no bairro dos funcionários, um conjunto de casas criadas com a Escola para receber o corpo técnico que trabalhava na manutenção das atividades agropecuárias da instituição. Além deste, descreve também o bairro dos professores e dos tarefeiros, um pouco mais afastado do acesso principal. Vivendo o território em diferentes temporalidades, Luiz Haroldo comenta sobre a resistência estudantil e das Ligas Camponesas frente a repressão da Ditadura Militar em Cruz das Almas, lembrando a ocupação pelo exército em 1979, com militares armados bloqueando o acesso aos prédios e com o registro de um campo de aviação para salto de paraquedistas dentro do campus.

Para o aluno egresso do curso técnico de Gestão de Cooperativas, com o trabalho: *Associativismo, Participação e Desenvolvimento Local: o caso da comunidade da Linha*, as comunidades remanescentes de quilombo são sua comunidade, ele nos diz, já que as relações de amizade formadas desde a infância são mantidas até hoje. Acerca da origem dessa população, ele associa a comunidade da Linha ao trabalho nas pedreiras para construção da linha férrea e em seguida, aos carregadores que transportavam insumos e bagagens da estação para o centro da cidade. Comenta também que o território é rico em nascentes e poços de água, o que durante

muito tempo manteve a atividade dos aguadeiros, responsáveis por abastecer as casas dos professores e funcionários da antiga Escola Agrícola.

Acerca da Vila Guaxinim, Luiz Haroldo reforça a formação da comunidade através de um núcleo familiar, advindo das relações de trabalho estabelecidas com a Fazenda Experimental. Comenta também sobre a situação de precariedade vivida nesses territórios, onde as casas de taipa proporcionaram altos índices da doença de Chagas entre os moradores. Para ele, o reconhecimento como remanescente de quilombo possibilitou uma virada para as comunidades, que se amparavam muitas vezes no assistencialismo político. A titulação permitiu que doze famílias voltassem a cultivar após vinte cinco anos dedicada a outras atividades, numa área de plantio reservada, com pouco mais de seis hectares.

Luizinho reconhece que há áreas de conflito fundiário com a Universidade, mas que isso precisa ser resolvido numa condição de paridade, não através de um discurso alimentado pela ideia da expulsão de invasores. Uma situação que chama sua atenção é o fato de que as terras na margem norte do Capivari, cerca de 140 tarefas, que também são de propriedade da Universidade, estão aos poucos sendo ocupadas pela empresa *Danco Comércio e Indústria de Fumos*, mas essa situação não é reivindicada da mesma forma. Em sua percepção, a UFRB foi criando muros que não a permitem ver o que está ao seu redor, como por exemplo os altos índices de desemprego entre os moradores das comunidades, principalmente os mais jovens, algo que poderia ser modificado com a adoção de uma postura mais inclusiva, que priorizasse essas pessoas na oportunidade de acesso a cargos terceirizados, por exemplo.

Com relação aos achados arqueológicos ele compartilha que já viu muita coisa sendo retirada e destruída, por falta de compreensão. Recorda que quando era jovem, por volta dos anos 1980, próximo a residência de uma senhora, dona Almerinda, viu uma urna de grandes dimensões sendo escavada, do tamanho de uma talha d'água, que segundo ele. Após ser levada pra as dependências da Escola Agrícola, a urna foi roubada e nunca mais se teve notícias de seu paradeiro. Luizinho vê uma relação direta entre a ampliação das descobertas arqueológicas e as atividades de plantio desenvolvidas após a certificação quilombola, pois como os terrenos em declive são rochosos, a população subiu para plantar suas roças.

Através de conversas com o Professor Luydy, Luiz Haroldo compreende que a área já foi uma habitação indígena de grandes dimensões e vincula esse material a produção de grupos

indígenas do passado. Em suas palavras, as pessoas das comunidades são sensíveis para assumir a preservação dos artefatos, mas precisam ser orientadas e envolvidas como corresponsáveis, numa atividade integrada com a Universidade.

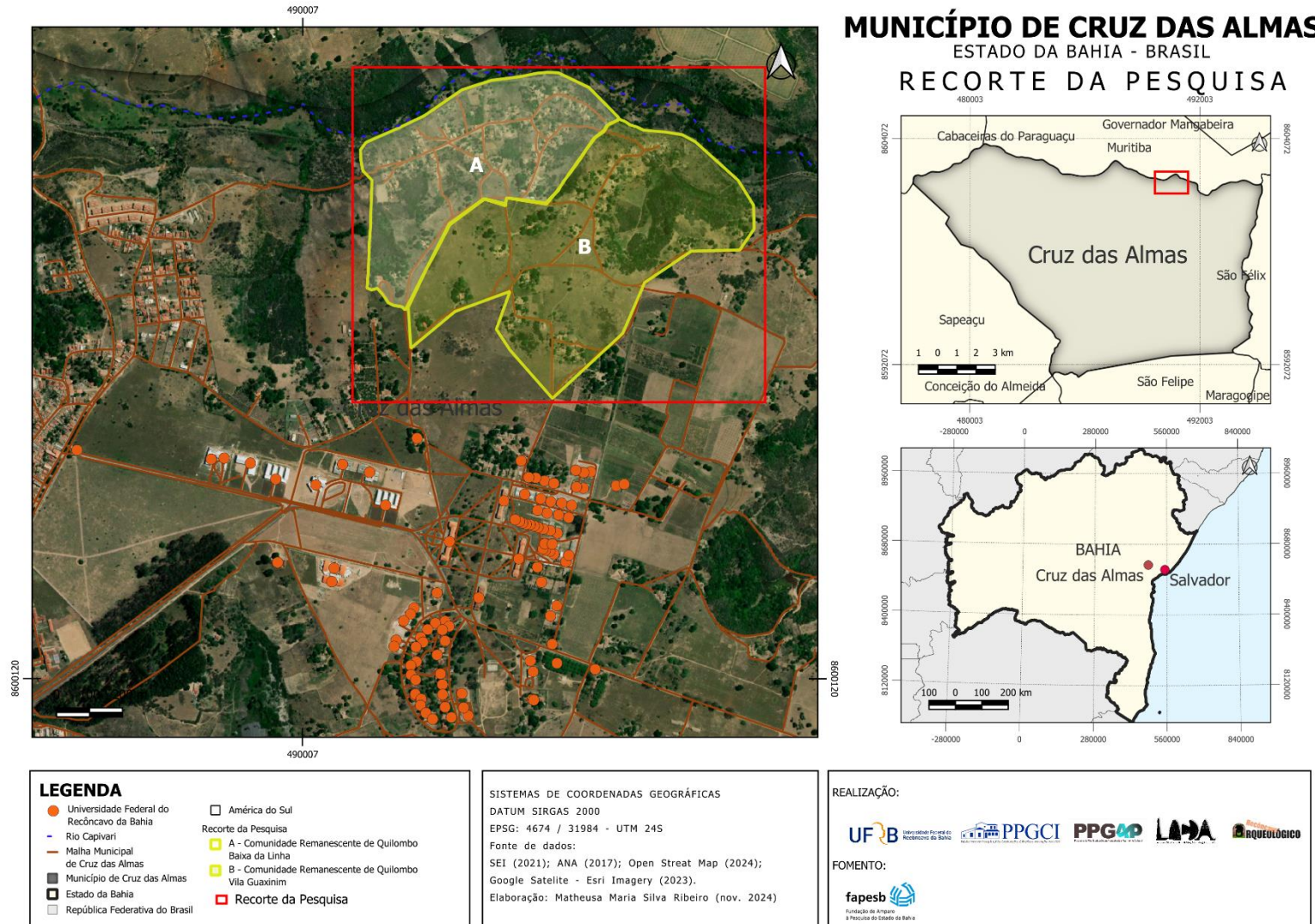
Sua recomendação sobre os potenciais de uso do material arqueológico direciona-se à divulgação das descobertas em eventos da própria UFRB, além de encontros locais para que os moradores sejam incentivados a reconhecer seu valor e contar suas histórias. Considera que esse material é importante para ratificar a presença das pessoas no território, divulgando e ampliando a compreensão histórica do local e a inserção desses moradores na história, modificando a percepção sobre o território como um local habitado por pessoas perigosas e marginalizadas.

02.7 – O sítio Arqueológico Reitoria

O sítio Reitoria (mapa 04) encontra-se no município de Cruz das Almas, no topo de um planalto suave que se desenvolve ao longo do vale do rio Capivari, um dos afluentes do rio Paraguaçu. Localizado em área da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, próximo ao edifício sede da reitoria dessa instituição, o local também é espaço de habitação das comunidades remanescentes de quilombo Baixa da Linha e Vila Guaxinim. Os registros arqueológicos encontrados constituem vestígios da presença humana pretérita, associados a grupos indígenas do passado (IPHAN, 2010), formados principalmente por artefatos cerâmicos e líticos, com as quais os atuais moradores do território interagem há várias décadas.

Das intervenções em subsuperfície realizadas por estes grupos, foram promovidas coletas assistemáticas de vestígios. O primeiro reconhecimento arqueológico do local ocorreu em 2006 e sua inscrição no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) se faz em 2010. Desde então, esse território tem sido alvo de atividades de pesquisa e divulgação científica em Arqueologia e Patrimônio, promovidas por docentes e alunos do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, especificamente, aqueles vinculados ao Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA). Tanto as coletas de material arqueológico, quanto as atividades de pesquisa realizadas no sítio Reitoria, serão descritas adiante neste trabalho.

Mapa 04 – Localização da área de pesquisa.



Fonte: Produção da Pesquisa, 2024.

s vestígios encontrados no sítio reitoria são formados, em sua maioria, por recipientes cerâmicos e urnas funerárias classificadas na Arqueologia brasileira como pertencentes a Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu, além de uma oficina lítica no curso do riacho Capivari, nominada por moradores das comunidades como “Pedra do Índio”, formada por sulcos de polimento para instrumentos de pedra e também por uma depressão similar a um pilão.

A Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu foi assim denominada pelo Arqueólogo espanhol Valentin Calderón que, radicado no Brasil desde a década de 1940, atuou, principalmente no estado da Bahia, como membro do PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (ALCÂNTARA, 2020, p.01). Este programa, de orientação teórica histórico-cultural, tinha como método de trabalho a seriação de tipos de artefatos tomados como indicadores de uma sucessão cronológica, considerando por “tipo” aquilo que era recorrente na maioria dos sítios. Os artefatos selecionados pelo PRONAPA como tipos foram os fragmentos cerâmicos (FERNANDES, 2012, n.p.).

Entre 1967 e 1968, Calderón identifica vinte e quatro sítios arqueológicos entre o Recôncavo e o Litoral Norte do estado da Bahia, dos quais se destacam os sítios Beliscão, Guipe e Piratacase. Como nos informa seus resultados preliminares de pesquisa, “foi possível reunir 27 coleções estratigráficas e de superfície, com um total de 8.067 cacos, assim como oito urnas funerárias completas e outros vasos, [que] permitiram estabelecer as características da fase Aratu” (CALDERÓN, 1969, p. 163).

Os recipientes cerâmicos de grande formato já eram reconhecidos por Calderón, mas o trabalho de salvamento realizado no sítio Guipe, situado no Centro Industrial de Aratu, próximo à baía de mesmo nome, distante cerca de 16 km a noroeste de Salvador, permitiu a associação da camada estratigráfica aos fragmentos cerâmicos.

Embora tenhamos que lamentar a destruição pelas máquinas deste sítio de interesse excepcional pelo tamanho e profundidade do refugio a abundância de material, a tal fato devemos a oportunidade única de ter podido associar um aspecto cultural que, mesmo bastante difundido, nunca se encontrou ligado a outras evidências arqueológicas. Nos referimos às grandes igaçabas periformes para enterratórios primários presentes neste Estado. (...) Os enterratórios apresentam-se sempre em grupos de duas, três ou mais urnas, em lugares elevados, associados ou não a sítios-habitacões. (...) Todas as urnas estão providas de um opérculo constituído por uma tigela invertida de tamanho apropriado para tapar a abertura da boca (CALDERÓN, 1969, p. 163).

Com a expansão de reconhecimento arqueológico do território, a partir de uma operação de salvamento realizada no oeste do estado, entre 1968 e 1969, nas localidades de Barreiras, Catolândia e São Desidério, Calderón informa que, “na maioria dos sítios localizados foi constatada a presença de vestígios arqueológicos atribuíveis à fase Aratu, que sugeriu a tradição homônima” (CALDERÓN, 1971, p. 163). Posteriormente, com as identificações da fase Itanhém, realizadas no sul do estado da Bahia, e as comunicações estabelecidas com outros pesquisadores, no Sudeste e Centro-oeste do país, a abrangência da classificação cerâmica é reconhecida também em “algumas regiões de Alagoas, Sergipe, Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo” (CALDERÓN, 1974, 146).

As fases e tradições eram definidas por meio de uma análise quantitativa que reuniam o maior número possível de tipos, permitindo assim sua seriação e classificação, através do método proposto por James Ford. De acordo com Adriana Dias (2007), apesar de sua importância central na caracterização dos quadros culturais identificados a partir do PRONAPA, a única definição formal dos conceitos de fase e tradição são encontradas na obra *Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica*, de autoria do Arqueólogo Igor Chmyz, publicada em 1966, revista e ampliada em 1976. Assim temos por fase “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios” (CHMYZ, 1976, p. 131), e por tradição o “grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal” (CHMYZ, 1976, p. 145).

Desse modo, os elementos cerâmicos que permitiram a formulação da Tradição Aratu por Valentin Calderón foram as urnas funerárias. De acordo com Carlos Etchevarne, o enterramento dos indivíduos integrantes dos grupos produtores desta cerâmica parece seguir um padrão muito estável ao longo do tempo. Os sepultamentos eram realizados em urnas cerâmicas de morfologia periforme ou coniforme, fechadas, na maioria das vezes, por um opérculo coniforme, apresentando um tratamento de superfície alisado e com bordas simples ou mesmo, como em alguns casos, com incisões em torno da abertura das urnas ou uma faixa corrugada circundando sua abertura (ETCHEVARNE, 2012, p. 55).

Uma revisão da Tradição Aratu realizada por Luydy Fernandes (2012), levanta de modo assistemático, 81 sítios Aratu na Bahia, dos quais 51 destes foram localizados por Calderón e os 30 restantes por demais pesquisadores, com datações inscritas no intervalo entre 800 e 600

anos antes do presente. Fernandes identifica também outras características recorrentes nestes assentamentos, além da morfologia e tecnologia cerâmica. A maioria dos sítios relacionados à Tradição Aratu na Bahia encontram-se em relevos suaves, topos de colina, elevações ou mesmo pequenas planícies. Há uma preferência por zonas de solo fértil com intensa irrigação, seja por um regime constante de chuvas ou pela proximidade de cursos d'água. Os assentamentos são, geralmente, de grandes dimensões, formados por manchas de ocupação em formato de elipse, alinhadas ou anelares, com uma estratigrafia que pode atingir entre 40 cm e 90 cm de espessura (FERNANDES, 2012, n.p.).

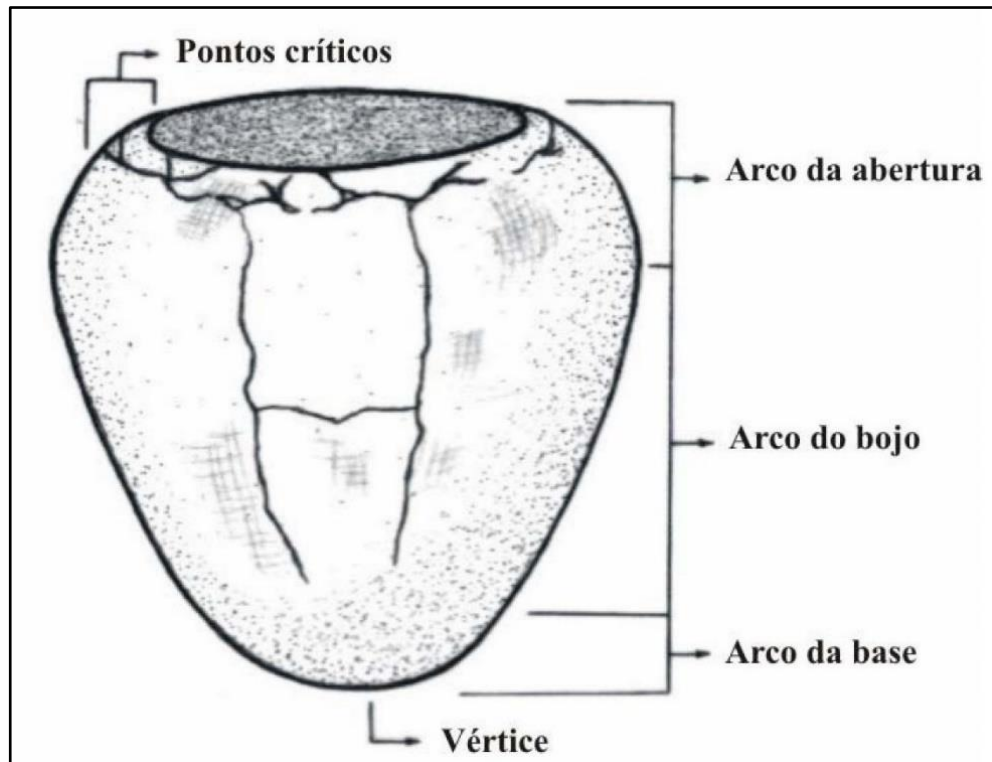
Destacamos também a minuciosa análise dos sepultamentos do sítio Aratu da vila de Piragiba, localizado na zona rural do município de Muquém do São Francisco, oeste da Bahia (FERNANDES, 2003). Uma parte significativa da pesquisa se concentra nos processos tafonômicos envolvidos nas práticas funerárias, particularmente no uso das cerâmicas como urnas, examinando seus mecanismos de fragmentação, a decomposição corporal e a distribuição espacial dos fragmentos, fatores essenciais na compreensão dos rituais de sepultamento Aratu. Acerca da dinâmica de fragmentação das urnas, o autor descreve a composição de três arcos formadores do recipiente cerâmico, a saber:

O primeiro deles, inicia-se no trecho em que as paredes aumentam a sua curvatura, mudando de direção para se unirem, fechando o fundo do bojo. (...) este arco, (...) suporta as maiores forças e as distribui com maior eficiência. Havendo uma força que atue no sentido exterior/interior deste arco e, por extensão, na urna, (...) somente com grande esforço conseguirá o fraturar e o romper. Assim sendo, tanto a maior espessura das paredes como a forma dos arcos que compõem essa parte das urnas contribuem para torná-la resistente às fraturas.

O segundo arco aludido, aquele que une o Arco da Base ao Arco da Abertura (...) pode ser tomado, prioritariamente, como o formador das paredes do recipiente. Tem o traçado de um arco extremamente aberto, tendendo a um segmento de reta. Começa e termina, respectivamente, nos trechos de mudança de direção para o Arco da Base, (...). Nele, a espessura da cerâmica declina paulatinamente, na medida em que se aproxima do extremo superior da igaçaba. Este fator, aliado ao seu traçado, tornam-no pouco resistente às pressões externas, sendo facilmente fissurado e fraturado.

O último, designado Arco da Abertura, seria um arco circular. (...) Concomitantemente, a espessura da sua cerâmica, que mostra os menores valores nas zonas da borda, faz decrescer subitamente a resistência já comprometida deste arco, tornando este o segmento mais frágil do recipiente. Ficando voltado para cima, na posição em que o vasilhame é normalmente depositado, esta região da peça está sujeita a maiores esforços mecânicos, quebrando-se com mais facilidade (FERNANDES, 2003, p. 209-2011).

Figura 03: Desenho da dinâmica de fratura de uma urna funerária da fase Itanhém, da Tradição Arqueológica Aratu, depositada no museu de Porto Seguro.



Fonte: Fernandes, 2003, p. 210.

Quanto as formas de sepultamento, a pesquisa identifica ao menos três configurações: em urna, em decúbito dorsal e em posição fletida, evidenciando a relevância do posicionamento dos corpos e do formato das urnas na diversidade de práticas funerárias da Tradição Aratu. Para Fernandes (2003), o posicionamento dos corpos durante o processo de enterramento reflete aspectos rituais específicos, como por exemplo nos sepultamentos fletidos, em que o corpo é deitado de costas com as pernas flexionadas, em um arranjo que enfatiza um cuidado na deposição dos restos mortais dentro do contexto funerário (FERNANDES, 2003, p. 175).

Posteriormente, em circunstâncias pós-deposicionais, a presença de fragmentos cerâmicos sobre os membros do corpo flexionados, sugere a prática de cobrir ou proteger o mesmo, indicando outra ação ritualística no processo de enterramento. Esses fragmentos, constituídos pela desassociação do opérculo ou demais recipientes que cumpriam a função de cobertura, enfatizam as práticas funerárias associadas a Tradição Aratu (FERNANDES, 2003, p. 177).

Assim sendo, artefatos cerâmicos semelhantes às características morfológicas apresentadas foram recolhidos em diversas atividades interventivas de subsuperfície na área compreendida como o sítio arqueológico Reitoria, possibilitando sua associação à Tradição Aratu. Informamos, no entanto, que consideramos neste trabalho a noção de sítio arqueológico enquanto um recorte metodológico, uma unidade de pesquisa onde há vestígios da passagem de grupos humanos que habitam ou habitaram determinado território (CAMPOS, 2018).

Ressaltamos essa condição, pois não há, todavia, uma área delimitada identificada como sítio Reitoria. Compreendemos, para fins deste trabalho, o sítio arqueológico Reitoria como um recorte de pesquisa baseado da dispersão do material identificado ao longo do tempo, como nos orienta Domingo (*et al.*, 2015), “en muchos casos los límites del yacimiento tendrán que ser definidos teniendo en cuenta el área de dispersión de materiales que es visible en la actualidad, incluso aunque sospeches que las dimensiones del yacimiento podrían ser mayores una vez excavado¹¹ (DOMINGO *et al.*, 2015, p. 296). Portanto, a delimitação proposta como área de pesquisa é apresentada na seguinte cartografia:

¹¹ Em muitos casos, os limites do sítio terão que ser definidos tomando em conta a área de dispersão dos materiais que são visíveis na atualidade, mesmo que haja suspeitas de que as dimensões do local possam ser maiores depois de escavado.

Capítulo 03 – As coleções arqueológicas do sítio Reitoria

*É que eu descobri que a palavra não sabe o que diz.
A palavra delira. A palavra diz qualquer coisa.
(Toda Palavra – Viviane Mosé)*

O material arqueológico do sítio Reitoria, desde suas primeiras identificações, foi recolhido de modo sistemático, formando um conjunto disperso em dois locais: a sede da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha e o Laboratório de Documentação e Arqueologia. A partir dessa dispersão, consideramos o acervo do sítio Reitoria constituído por duas coleções, seccionadas de acordo com seus respectivos locais de guarda.

O ordenamento por coleções é uma estratégia aplicada ao contexto da pesquisa e tem por finalidade identificar cada conjunto material, seu histórico de formação, os sujeitos envolvidos nesse processo e a orientação de salvaguarda destinada às coleções, considerando a associação entre elas um aspecto relevante na elaboração das diretrizes de musealização desse patrimônio. Fundamentados no levantamento desses dados, apresentamos neste capítulo um quadro descritivo que reúne de modo geral as informações do acervo arqueológico do sítio Reitoria.

03.1 – Fontes e Métodos

O levantamento das informações necessárias à elaboração de um quadro geral do acervo arqueológico do sítio Reitoria se fez de modo dinâmico e com o auxílio de diferentes suportes documentais. Inicialmente, recorreremos aos dados produzidos pelos pesquisadores que atuaram no território, com destaque para os diários de campo, fotografias, relatórios, projetos, textos de divulgação e diálogos diretos com o professor Luydy Fernandes, coordenador do LADA, que indicou os principais aspectos de trabalho com o sítio ao longo do tempo. Foram analisados quatro diários de visitas a campo, o primeiro com data de 11 de março de 2014; o segundo de 03 de maio de 2016; e os três subsequentes realizadas, respectivamente em 14 de agosto, 04 de setembro e 18 de setembro de 2019.

Por meio da produção deste pesquisador, identificamos que o primeiro arqueólogo a visitar o local foi Carlos Alberto Etchevarne, professor titular de Arqueologia do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Bahia e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da

Bahia. Com o intuito de verificar o contexto de sua visita ao sítio, solicitamos ao professor Etchevarne uma entrevista, realizada no dia 22 de novembro de 2022. O encontro ocorreu em ambiente virtual, seguindo um roteiro básico de questões: quando ocorreu a incursão; com quais objetivos; quais informações registradas; e se houve a identificação, coleta e guarda de material arqueológico. Dadas as circunstâncias iniciais de organização da pesquisa, não realizamos a gravação da entrevista, mas as informações coletadas foram registradas em documento digital, posteriormente encaminhado ao professor Etchevarne para revisão e avaliação (Apêndice 01).

Na entrevista, Etchevarne informa que os registros acerca dessa primeira visita foram inscritos em caderno de campo e que as disponibilizaria assim que localizasse o mesmo. Alguns meses depois, no dia 30 de agosto de 2023, ele encaminhou, através do professor Luydy Fernandes, fotografias das cinco páginas em que descreve sua passagem pelo local e as circunstâncias da visita. Essas informações foram posteriormente incorporadas ao texto da pesquisa.

Na sequência foram consultados os arquivos institucionais do Laboratório de Documentação e Arqueologia, onde foi possível analisar o Livro de Siglas dos Sítios Arqueológicos e o Livro de Ocorrências e Coleções de Referência, o arrolamento do material arqueológico do sítio Reitoria, bem como sua inscrição no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos¹² (CNSA), registro vinculado ao Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA) do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), Unidade Especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Sobre o material arqueológico do sítio Reitoria foram produzidos dois trabalhos monográficos, o primeiro, intitulado: “*Preservação e conservação de urnas Aratu do sítio Reitoria de Cruz das Almas, Bahia*”, de autoria de Solange Maria Pereira Targino, concluído em 2015, sob orientação da professora Fabiana Comerlato; o segundo, intitulado “*Educação patrimonial na Escola Municipal Joaquim Medeiros: sítio Reitoria, Cruz das Almas, Bahia*”, de autoria de Jaqueline de Jesus da Silva, concluído em 2018, sob orientação do professor Carlos Alberto Santos Costa. Ambos são trabalhos de conclusão de curso e foram apresentados para obtenção do título de Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

¹² Cadastro obrigatório aos sítios evidenciados em território nacional e que integra a base de dados do Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC), do Ministério da Cultural do Brasil.

A pesquisa realizada por Targino (2015), relata duas incursões no mesmo ano ao sítio Reitoria, promovidas pela professora Fabiana Comerlato, com objetivos de divulgação científica e socialização do conhecimento arqueológico. As visitas foram realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisas Recôncavo Arqueológico, fundado em 2010 sob a liderança de Comerlato e, desde então, inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Assim, com o intuito de verificar os objetivos e resultados dessas incursões, realizamos uma entrevista com a professora Fabiana Comerlato, seguindo o mesmo roteiro de questões aplicadas ao professor Etchevarne. O encontro, promovido em ambiente virtual no dia 26 de janeiro de 2023, foi registrado em suporte audiovisual. Através desse registro produzimos um documento digital em que são transcritos trechos relevantes aos propósitos da pesquisa.

Para compreendermos a dinâmica das atividades do Laboratório de Documentação e Arqueologia e do Grupo de Pesquisas Recôncavo Arqueológico, dispomos do trabalho de conclusão de curso de Naira Santana do Nascimento Santos, intitulado “*Documentação Museológica: gestão e extroversão de acervo arqueológico*”, apresentado em 2016 sob a orientação do professor Luydy Fernandes, para obtenção do título de Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O trabalho monográfico apresenta o histórico de formação do LADA, as atividades do Grupo de Pesquisa, as dinâmicas do processamento de material arqueológico e sua utilização do laboratório como espaço didático na formação dos alunos do curso de Museologia da UFRB.

Com base nos apontamentos feitos por Santos (2016), verificamos nos arquivos institucionais do LADA, documentos normativos como regimento interno, normas para estagiários e bolsistas, planta baixa organizacional, declaração de endosso institucional e uma minuta para atualização das condições gerais de endosso para projetos de arqueologia empresarial. Consultamos também uma coleção de fotografias analógicas que apresentam atividades relevantes ao histórico da instituição, como sua inauguração, incursões de campo e apresentação de trabalhos em congressos e eventos acadêmicos.

Outra ação pertinente ao desenvolvimento da pesquisa foi a frequência semanal ao espaço do laboratório, empreendida em três semestres, entre 2022 e 2023. Com o acompanhamento das atividades de processamento, análise e documentação, o material arqueológico do sítio Reitoria foi frequentemente revisitado para associação entre as peças e a documentação de procedência das mesmas. Com entradas assistemáticas ao ambiente do laboratório, o material oriundo do sítio Reitoria não havia sido sistematizado a contento, o que nos proporcionou realizar diversas práticas de organização informacional, higienização, acondicionamento e, quando necessárias, ações básicas de conservação-restauração, como remontagem e fixação, por exemplo. Todas as atividades foram coordenadas pelo professor Luydy Fernandes, contando com a participação do mestrando-pesquisador e auxílio dos bolsistas, estagiários e voluntários do LADA.

Outra figura articuladora de ações realizadas em prol do sítio Reitoria é o aluno do curso de Museologia da UFRB, Marcos Rosa Silva, morador de Cruz das Almas e que se movimenta tanto entre os habitantes do local, quanto entre os grupos políticos e comerciais do município, promovendo discussões acerca de seu potencial museológico e turístico. Dentre estas ações, está o convite à produção de um texto, de autoria do professor Luydy Fernandes, com colaboração nossa, para criação de sessão dedicada à arqueologia no Acervo Digital do Memorial de Cruz das Almas¹³, um projeto de parceria entre a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e o Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM), com patrocínio da Cofel, uma loja de departamentos da cidade.

O memorial, hospedado em ambiente virtual, apresenta diferentes informações acerca dos processos de formação histórica, geográfica e cultural do município, dispondo também de dados estatísticos sobre indústria, comércio, saúde, educação, dentre outros. O lançamento do memorial ocorreu no dia 10 de março de 2023, no auditório da CDL de Cruz das Almas, ocasião em que estivemos presentes. Destacamos, contudo, a ausência de membros das comunidades da Baixa da Linha e Vila Guaxinim durante o evento.

Outra ação de difusão promovida em atendimento à solicitação de Marcos Rosa Silva, foi uma comunicação na tribuna livre da 22ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Cruz das Almas, ocorrida no dia 29 de maio de 2023. Dissertamos brevemente sobre as pesquisas arqueológicas no sítio Reitoria e, com o auxílio de fotografias do sítio e dos artefatos cerâmicos,

¹³ Disponível em: <https://memorialdecruzasalmas.com.br/memorial/portfolio/arqueologia/>

chamamos a atenção para os procedimentos necessários à sua preservação. Nessa reunião, estavam presentes alguns moradores das comunidades remanescentes de quilombo. No intervalo da sessão, o Presidente da Câmara, Thiago Chagas da Silva Santos, nos recebeu em seu gabinete e demonstrou interesse em colaborar com as atividades em curso no sítio Reitoria.

Por ocasião dessa fala, realizamos no mesmo dia (28/05/2023), uma visita ao sítio, sob a orientação do professor Luydy Fernandes, cujo o principal objetivo foi aproximar o mestrando-pesquisador dos atuais habitantes do território, com vistas a realização de encontros futuros que cumpririam dos demais propósitos da pesquisa. Na ocasião, fomos recebidos pelo presidente da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha, Sr. José Augusto Araújo Pereira, conhecido pela alcunha de “Zé do Pastel”, que nos conduziu à identificação do material arqueológico sob guarda da comunidade.

Nessa incursão, efetuamos o registro fotográfico a descrição básica da coleção, então sob guarda da comunidade, formada por fragmentos cerâmicos e remanescentes ósseos humanos, bem como do local e das condições de armazenamento do conjunto. Na companhia do Sr. José Augusto, realizamos também uma passagem pelo local conhecido como “Pedra do Índio”, uma formação rochosa localizada no leito do riacho Capivari, outrora identificado pelo professor Luydy Fernandes como uma oficina lítica, onde são observados na rocha sulcos de 01cm à 03cm de largura, provavelmente utilizados para o polimento de instrumentos de pedra, além de uma depressão formada por picoteamento, reconhecida como um pilão.

Compondo os materiais e métodos utilizados no mapeamento das coleções do sítio Reitoria, realizamos ainda o monitoramento arqueológico de sondagem pedológica, executadas no território do sítio no âmbito das pesquisas de análises de solo promovidas por Oldair Vinhas, pedólogo e professor do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), da UFRB. Sondagens nesse formato já eram realizadas em outros espaços do campus, como atividade de formação dos alunos do Prof. Oldair, contudo, através da parceria de pesquisa com o LADA e a composição de uma equipe interdisciplinar, a abertura de novos poços de sondagem foram propostas para o perímetro conhecido do sítio arqueológico.

Como será descrito adiante, por se tratar de uma área com intensa atividade agrícola, os vestígios evidenciados nas sondagens, principalmente de natureza lítica e cerâmica, estavam

bastante fragmentados. Contudo, um dos principais alcances obtidos com a abertura das sondagens foi a integração entre diferentes pesquisadores, como geólogos, biólogos, pedólogos e arqueólogos. Ademais, as incursões práticas em campo proporcionaram uma excelente oportunidade aos bolsistas e voluntários do LADA de aproximação com os procedimentos de coleta e identificação do material arqueológico *in situ*.

03.2 – A formação das coleções arqueológicas do sítio Reitoria

O território que hoje identificamos como sítio arqueológico é um local que conta com sucessivas ocupações, uma das mais recuadas, possivelmente, seja a da população produtora da cerâmica Aratu, que apresenta na Bahia datações entre o final dos anos 800 AD até meados do século XIV (FERNANDES, 2012). Atualmente, observamos ocupações que se iniciaram entre o século XIX e XX, como a chegada dos primeiros habitantes do que seriam as comunidades da Baixa da Linha e Vila Guaxinim e a instalação da Escola de Agronomia, atual UFRB.

As primeiras informações sobre a presença de artefatos arqueológicos no local foram registradas pelo arqueólogo Carlos Alberto Etchevarne, em relato de sua visita a Escola de Agronomia da UFBA, realizada no dia 02/02/2006. Segundo constam em suas anotações, em viagem que seguia para Salvador, passou por Cruz das Almas para verificar o local onde foram encontradas urnas funerárias, informação que recebeu há “anos atrás” da professora Claudia Bloise Vaz de Sampaio. Na ocasião de sua visita, a professora não se encontrava, mas o secretário do diretor da Escola, o então professor Paulo Gabriel Soledade Nacif, estando a par da situação localizou um funcionário, de nome Luiz Haroldo Peixoto, que havia acompanhado a descoberta dos vestígios (ETECHEVARNE, 2006).

Luiz Haroldo aponta a Etchevarne dois locais com momentos diferentes de “retirada”. O primeiro, mais antigo, estaria próximo a um coqueiro “ainda existente”, neste local, como sinaliza o funcionário, no início dos anos 1980 foi descoberto um recipiente cerâmico de grandes dimensões. O segundo ponto indicado estaria próximo a uma bananeira, onde foram encontrados, mais recentemente, fragmentos de cerâmica. Esses vestígios foram levados para a Escola de Agronomia, mas Luiz Haroldo informa que uma “pessoa da cidade” os roubou, gerando uma denúncia na Polícia Federal, da qual a professora Claudia Bloise possuiria um dossiê com fotos (ETECHEVARNE, 2006).

Em julho de 2006, a Escola de Agronomia da UFBA em Cruz das Almas passa a integrar a recém-criada Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sediando o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC). A administração à época, na pessoa do vice-reitor professor Silvio Luiz de Oliveira Soglia, ciente da situação envolvendo os materiais arqueológicos em terreno próximo ao edifício sede da Reitoria, considerou prudente uma análise especializada, acionando novamente o arqueólogo Carlos Etchevarne para uma visita.

Segundo o arqueólogo, sua ida ao local ocorreu entre outubro e novembro do mesmo ano, acompanhado da também da arqueóloga Maria da Conceição Lopes, da Universidade de Coimbra. Percorrendo o terreno, descrito como um relevo de colina, cujo declive alcançava um curso d'água, verificaram a existência de um casarão habitado por um grupo familiar e, em área próxima à residência, um terreno de uso agrícola, provavelmente do grupo observado, dada sua pequena dimensão e proximidade com a casa. Decidiram iniciar suas observações neste local, mas a presença dos arqueólogos foi acolhida com pouca simpatia por parte dos habitantes do casarão, o que impediu o avanço das observações no espaço. Etchevarne destaca a formação da colina como muito interessante, em parte da área percorrida foi possível reconhecer fragmentos cerâmicos em evidência no solo, cujas observações lhe permitiram vinculá-los à Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu (ETCHEVARNE, 2022).

Um relatório sobre a visita foi produzido e entregue ao solicitante, Prof. Silvio Soglia, que diante das informações manifestou interesse na realização de um convênio entre as universidades para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas sistemáticas no território. Etchevarne relata que não realizou coleta de artefatos durante a incursão, que não se recorda de ter realizado a inscrição do local no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, mas que através de carta, notificou o escritório regional da autarquia sobre a existência de sítio arqueológico naquela localidade.

Após a realização da visita, o professor informou que não recebeu um retorno quanto as medidas adotadas ou mesmo informações acerca do convênio sugerido pela administração da universidade. Reconhece o sítio como um assentamento de grupos humanos do passado, que ocupa uma vasta porção do terreno e com grande potencial para pesquisas arqueológicas.

De fato, até aquele momento não havia cadastro do sítio junto ao IPHAN, situação que se altera somente em 2010, quando da conclusão do *Projeto de Mapeamento de Sítios Arqueológicos dos Municípios de Cachoeira e São Félix*, coordenado pelo professor Luydy Fernandes. Entre 2008 e 2009 o projeto realizou a identificação de diversos sítios arqueológicos, não somente nos municípios citados, mas também em outras cidades do recôncavo baiano, apontando novas descobertas e incluindo locais já conhecidos, como o sítio em Cruz das Almas. Posteriormente, o cadastro dos novos sítios foi realizado pela equipe de estagiários e voluntários do Grupo de Pesquisas Recôncavo Arqueológico, sob a coordenação da Prof.^a Fabiana Comerlato. Destacamos aqui a metodologia utilizada, cuja elaboração e aplicação de uma Cartilha Didática nas escolas e comunidades, obteve dos moradores das cidades percorridas, suas percepções sobre o que consideravam enquanto sítios arqueológicos (FERNANDES, 2010).

A partir desse movimento o sítio recebe o nome de Reitoria e passa a integrar o CNSA sob o código BA00840 (Apêndice 02), descrito como uma aldeia indígena de grandes dimensões, com fragmentos cerâmicos e líticos lascados, localizado no topo do planalto do vale do riacho Capivari, com datação estimada anterior a 1.500 AD. O cadastro localiza o sítio na coordenada: 24L - Lon. 490.620 mE / Lat. 8.601.580 mS; sinaliza sua presença em área pública, sua filiação à Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu e indica sua relevância para a região (IPHAN, 2010).

Em 2014 ocorrem duas intervenções de subsuperfície na comunidade da Baixa da Linha, tratando-se de aberturas com cerca de 02 x 02m por 01m de profundidade, para instalação de cisternas ou reservatórios de água. Essas intervenções evidenciaram ao menos três recipientes cerâmicos, cuja notícia dos achados chegou aos alunos do curso de Museologia da UFRB residentes em Cruz das Almas, que acionaram os profissionais do LADA para uma visita ao local. Assim, no dia 11 de março de 2014, o professor Luydy Fernandes, acompanhado do estagiário George Silva do Nascimento, realizou uma incursão ao sítio que produziu o segundo diário de campo analisado por esta pesquisa.

Segundo constam as anotações de Fernandes (2014), as aberturas foram feitas em terrenos vizinhos, georreferenciados na coordenada: 24L - Lon. 490.694 mE / Lat. 8.601.614 mS - altitude 219m. A primeira abertura (imagens 31 e 32) apresentava uma camada de sedimento escuro com cerca de 50cm de profundidade desde a superfície (imagem 33 e 34). Foi retirado do local um recipiente cerâmico, cujo negativo de deposição ainda estava visível no solo

(imagens 35 e 36). Ao lado dos terrenos havia uma edificação religiosa protestante, cuja liderança, o pastor Antônio, recebeu a visita do professor Luydy Fernandes para identificação dos artefatos arqueológicos (FERNANDES, 2014).

O artefato foi escavado externa e internamente e colocado na sede da Associação Comunitária (imagens 43 a 45), ações realizadas antes da chegada da equipe de arqueologia. Com boa integridade, o recipiente apresentava indícios de ser uma urna funerária, mas não foram localizados remanescente ósseos associados. Após a escavação, uma rede de arame foi trançada em volta do artefato, provavelmente para facilitar seu transporte, observada quando a equipe chegou ao local. Em seu interior havia muito sedimento aderido e ao fundo uma sacola plástica com fragmentos cerâmicos menores. Na primeira abertura, em que foi retirado o recipiente, haviam outros fragmentos dispersos, recolhidos pela equipe e direcionados ao LADA. Os moradores não permitiram que o mesmo ocorresse com a urna funerária.

Na segunda abertura (imagens 37 a 39), no terreno de propriedade do Sr. Israel, a camada de sedimento escuro era menor que da anterior, com cerca de 30 cm (imagem 40). Do local foram retirados ao menos dois recipientes, encontrados envoltos por lona e sacola plástica em um carrinho de mão, alocados no pátio da referida igreja protestante (imagens 46 a 48). Com fragmentos grandes, ao menos um dos recipientes poderia ser uma urna funerária. De modo semelhante, no entorno da abertura foram identificados e recolhidos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície (imagens 41 e 42), posteriormente ensacados e direcionados ao LADA. Os fragmentos maiores que se encontravam no carrinho de mão não foram autorizados para recolhimento, ficando sob a guarda do pastor Antônio.



Imagem 31: vista da primeira abertura identificada.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 32: perfil do solo da primeira abertura.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 33: detalhe do perfil do solo com cerca de 50cm.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 34: detalhe de fragmento cerâmico no sedimento.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 35: vista do perfil com negativo do recipiente.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 36: detalhe do perfil com negativo do recipiente.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 37: vista geral da segunda abertura identificada.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 38: vista lateral da segunda abertura identificada.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 39: perfil do solo da segunda abertura.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 40: detalhe do perfil do solo com cerca de 30cm.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 41: fragmentos cerâmicos em superfície.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 42: fragmentos cerâmicos em superfície.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 43: recipiente encontrado na sede da associação.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 44: vista superior do recipiente cerâmico.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 45: detalhe do saco plástico com frag. cerâmicos.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 46: fragmentos cerâmicos da segunda abertura.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 47: detalhe dos fragmentos cerâmicos.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 48: vista de um fragmento de borda da cerâmica.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014

Após a identificação das aberturas e seus respectivos artefatos, o professor Luydy descreve que, acompanhado de Luiz Haroldo Peixoto, funcionário da Fazenda Experimental do CCAAB/UFRB, e de um aluno do curso de Museologia, de nome Carlos José da Silva, à época funcionário da Biblioteca Central da UFRB, seguiram para o reconhecimento de um ponto no leito do riacho Capivari, denominado “Pedra do Índio”, cujo acesso só foi possível por seus guias conhecerem as pessoas, intermediando a circulação (FERNANDES, 2014).

A “Pedra do Índio” se trata de um embasamento rochoso de formação gnaisse, que aflora as margens do riacho Capivari, apresentando uma oficina lítica em que foram encontrados um pilão e várias canaletas para o afiamento dos gumes de lâminas polidas (imagens de 49 a 53). Georreferenciado na coordenada: 24L - Lon. 490.117 mE / Lat. 8.601.789 mS - altitude 165m, o local, no momento da visita, estava seco e com boa visualização, mas segundo informações dos moradores e dos guias, no período das chuvas o nível do riacho cobre todos os vestígios. Foi informado que ali já funcionou uma pedreira, o que justificaria a presença de perfurações por brocas pneumáticas (imagem 54) para inserção de explosivos (FERNANDES, 2014).

Assim, o conjunto de artefatos evidenciados em 2014 configura a formação das primeiras coleções do sítio Reitoria, a dos fragmentos recolhidos em campo e direcionados ao LADA e a dos recipientes que ficaram sob guarda da comunidade. Com a entrada do material em laboratório, foram aplicadas as etapas protocolares de processamento dos artefatos cerâmicos: identificação e triagem do material; higienização úmida dos fragmentos e retirada da sujidade aderida com escovas de cerdas macias; secagem ao sol; marcação provisória de cada fragmento; numeração do mapa de encaixe para possíveis remontagens; fixação dos fragmentos remontados com adesivo de poliacetato de vinila (PAV); marcação definitiva com tinta nanquim sobre base de esmalte sintético, executada em formato bipartido, com a sigla do sítio (RT) e a sequência numérica dos fragmentos registrados (exemplo: RT.01).

No processamento dos artefatos recolhidos foi identificada uma lasca de material lítico (imagens 61 e 62), que segundo Fernandes (2014) são abundantes na região do sítio. Os fragmentos foram acondicionados e armazenados em caixa-arquivo de polipropileno, com as respectivas indicações de coleta: “cisterna 01” e “cisterna 02”. A pesquisa revisitou esses fragmentos para análise de observação e registro fotográfico, bem como para composição do quadro geral de sistematização dos dados das coleções do sítio Reitoria.



Imagem 49: sulcos para polimento de lâminas.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014

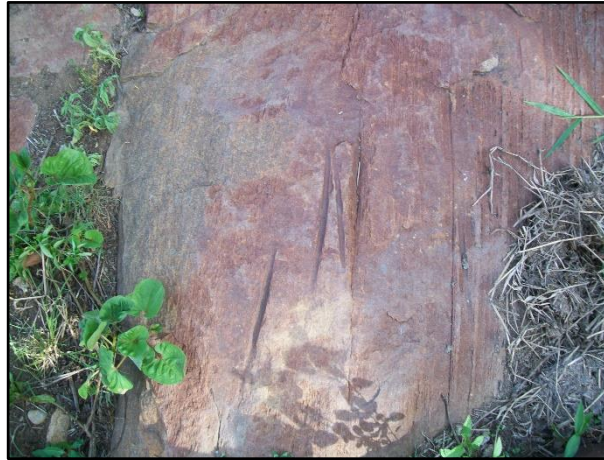


Imagem 50: sulcos para polimento de lâminas.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 51: detalhe de sulcos para polimento de lâminas.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014

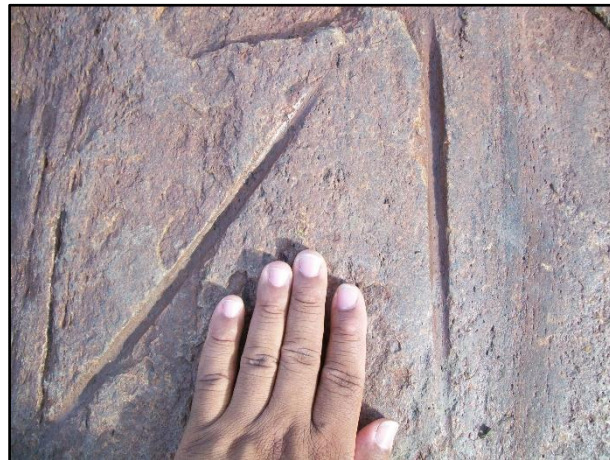


Imagem 52: detalhe de sulcos para polimento de lâminas.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 53: concavidade produzida na rocha (pilão).

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 54: perfuração pneumática para explosivos.

Foto: George Silva do Nascimento

Data: 2014



Imagem 55: fragmentos coletados da cisterna 01.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 56: fragmentos coletados da cisterna 01.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 57: fragmentos coletados da cisterna 01.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 58: fragmentos coletados da cisterna 01.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 59: fragmentos coletados da cisterna 01.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 60: fragmento de borda coletado da cisterna 01.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 61: lasca (face dorsal) – coleta da cisterna 01.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 62: lasca (face ventral) – coleta da cisterna 01.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 63: fragmentos coletados da cisterna 02.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 64: fragmentos coletados da cisterna 02.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 65: fragmento de borda coletado da cisterna 02.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 66: fragmento de borda coletado da cisterna 02.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023

Desse modo, a coleta realizada em 2014 gerou para coleção sítio Reitoria do LADA um total de 49 fragmentos cerâmicos e 01 lasca, recolhidos na abertura da cisterna 01, registrados sob a marcação RT.01 à RT.50, (imagens 55 a 60); 16 fragmentos cerâmicos, recolhidos na abertura da cisterna 02, registrados sob a marcação RT.51 à RT.66 (imagens 63 a 63). Destacamos que, a identificação do conjunto de fragmentos de acordo com a abertura das cisternas constava nas respectivas etiquetas dos sacos de armazenamento quando realizamos a revisão dos artefatos.

Tabela 01 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2014

LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA - UFRB								
COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA SÍTIO REITORIA								
COLETA	ENTRADA	RESPONSÁVEL COLETA CAMPO	RESPONSÁVEL COLETA LADA	GEOLocalização	MATERIAL	LOCALIZAÇÃO LADA	NÚMERO DE REGISTRO	DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA
2014	2014	Antônio e Israel	Luydy Fernandes	24L / 490.694mE / 8.601.614 mS	Cerâmico e Lítico	Caixa 01	RT.01 – RT.50	Diário de Campo (FERNANDES, 2014)
					Cerâmico	Caixa 01	RT.51 – RT.66	Diário de Campo (FERNANDES, 2014)

Fonte: Paulo Otávio Laia, 2023.

Com a formação das coleções, o Grupo de Pesquisas Recôncavo Arqueológico, coordenado pela professora Fabiana Comerlato, organizou no ano seguinte visitas ao sítio Reitoria com intuito de promover atividades que aproximassem as comunidades da Baixa da Linha e Vila Guaxinim da produção de conhecimento arqueológico sobre a região. Foram realizadas duas incursões ao local em 2015, com objetivos semelhantes, mas resultados diferentes. Não foram localizados nos arquivos do LADA documentos primários produzidos nessas visitas e diante do afastamento da professora Comerlato em 2023 para realização de estágio pós-doutoral, de igual modo, não foi possível localizá-los em seu arquivo pessoal.

As atividades realizadas naquele ano junto as comunidades que habitam o território do sítio estão descritas na monografia de Solange Targino (2015). Diante da necessidade de retificar algumas informações extraídas desse trabalho, realizamos no dia 26/01/2023, em modo virtual, uma entrevista com a professora Fabiana Comerlato, que autorizou a gravação do encontro. Por meio desse registro, executamos a transcrição de trechos relevantes aos propósitos da pesquisa.

No dia 12 de março de 2015 uma equipe do Grupo de Pesquisas Recôncavo arqueológico seguiu para Cruz das Almas, com destino às comunidades da Baixa da Linha e Vila Guaxinim.

Chegando ao local, foram guiados por Carlos José da Silva, aluno do curso de Museologia e à época, funcionário da Biblioteca Central da UFRB, o mesmo aluno que já havia acompanhado o professor Luydy na primeira incursão ao sítio e, novamente, intermediário entre os grupos. Segundo nos descreve Targino, a visita teve por finalidade

“conhecer o sítio Reitoria, as origens e o contexto em que foram descobertas as urnas Aratu; saber a localização do material arqueológico que até então não tínhamos conhecimento exato de seu paradeiro; verificar as condições em que se encontravam armazenadas as urnas e quem eram os responsáveis por esta salvaguarda na comunidade” (TARGINO, 2015, p. 69).

Em certo momento do texto, em que descreve o curso das atividades, Solange relata o diálogo com um senhor da comunidade Baixa da Linha, de nome Simão Nascimento. De acordo com o relato no morador, por volta dos anos 2000 foram encontrados alguns potes de cerâmica durante o arado de uns dos terrenos de plantio da comunidade, alguns estavam quebrados, mas um deles era grande, estava inteiro e foi levado para a igreja. Segundo o Sr. Simão, algum tempo depois “um rapaz chamado ‘Val’ levou as urnas para o Centro Cultural de Cruz das Almas”, e não se teve mais notícias desse material (TARGINO, 2015, p. 67).

Apesar da autora não apresentar uma metodologia de coleta do relato, ou mesmo as perguntas feitas ao depoente, as informações descritas apontam algumas considerações relevantes, como a relação de reconhecimento desses artefatos por parte dos moradores; uma certa continuidade no recolhimento desses objetos, que como descreve o Prof. Etechvarne em sua primeira visita ao sítio, são encontrados ao menos desde a década de 1980; e a ação de outros sujeitos, externos as comunidades, na movimentação desses artefatos, um relato que se repete mais uma vez. Buscamos identificar, sem sucesso, a figura descrita como “Val”, e em visita realizada a Casa de Cultura Galeno D’Avelírio, não há registros da presença ou da entrada desse material.

Seguindo as atividades dessa primeira visita, o grupo se direcionou a sede da Associação Comunitária, para tentar localizar os recipientes cerâmicos evidenciados em 2014. No local, constava apenas a peça identificada anteriormente por Fernandes (2014), encontrada em condições irregulares de acondicionamento, coberta por cadeiras e vigas de ferro que a pressionavam (TARGINO, 2015, p. 69, COMERLATO, 2023). Foram realizados alguns registros fotográficos, mas por acessarmos a cópia física do trabalho de Solange, disponível nos arquivos do LADA, decidimos não reproduzir aqui estas imagens, devida a baixa resolução em que se encontram na versão impressa.

A professora Fabiana Comerlato conversou com o então presidente da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha, Sr. José Augusto Araújo Pereira, com intuito de “sensibilizá-lo da importância do patrimônio abrigado por esta comunidade e da necessidade de serem realizados os devidos cuidados de conservação da urna Aratu” (TARGINO, 2015, p. 71). Ao que o mesmo se mostrou receptivo às atividades da pesquisa, Fabiana sugeriu a doação do recipiente cerâmico ao laboratório, onde seriam realizadas as ações adequadas de preservação. O representante da comunidade concordou, mas a urna não foi recolhida no momento por falta de material e transporte adequados para fazê-lo, ficando para uma próxima visita do grupo.

Assim, o retorno do grupo ao sítio ocorreu no dia 01 de abril daquele ano. A professora Comerlato planejou a ação em diálogo com o presidente da Associação Comunitária e a urna Aratu que se encontrava no local foi doada ao Laboratório de Documentação e Arqueologia. Na ocasião, as partes firmaram um termo de formalização da doação (Anexo 01). A equipe do LADA procedeu a embalagem do artefato para que o mesmo pudesse ser transportado de Cruz das Almas para a cidade de Cachoeira, em um veículo cedido pelo aluno Marcos Silva Rosa (COMERLATO, 2023).

Outra ação realizada nesta visita foi uma prospecção de caminhamento por algumas ruas da comunidade, em que os membros do grupo abordavam os moradores em suas casas objetivando coletar informações sobre outros artefatos cerâmicos. Algumas pessoas relataram que os “potes de barro” aparecem de vez em quando e já há algum tempo, mas que são destruídos por acreditarem que haveria algo de valioso em seu interior (COMERLATO, 2023).

Foi por meio dessa prospecção que os alunos chegaram à casa do Sr. Israel, que havia localizado um ano antes fragmentos cerâmicos em seu terreno, com a abertura de áreas para instalação de cisternas. Israel informou ao grupo que sabia da existência de potes cerâmicos na região e que tinha guardado alguns em sua casa (TARGINO, 2015, p. 73). Os alunos prontamente acionaram a Prof.^a Fabiana que, em diálogo com o Sr. Israel, informou acerca da relevância do material como objeto de estudo para história da região e da comunidade (COMERLATO, 2023), ao que o mesmo, diante do movimento gerado entre os alunos e após o diálogo com Comerlato, recolheu os fragmentos e os entregou à equipe LADA, que procedeu sua embalagem e acondicionamento para transporte.

O texto de Solange descreve de forma mais detalhada os procedimentos de conservação aplicados em laboratório aos artefatos recolhidos na segunda visita do grupo, sendo este o objetivo principal de seu trabalho. Não retomaremos aqui as etapas de execução de tais procedimentos, mas algumas informações são interessantes para se destacar em seu texto. Com a entrada do material no LADA foram contabilizados 07 fragmentos associados ao recipiente cerâmico localizado na sede da Associação Comunitária, tratando-se, muito possivelmente, do material envolto em uma sacola plástica depositada em seu interior. Com relação ao material entregue pelo Sr. Israel, Solange contabiliza um total de 15 fragmentos (Targino, 2015, p. 74). Assim, ao analisarmos as fotografias feitas por Fernandes e Nascimento (2014), considerando a quantidade de fragmentos depositados no carrinho de mão, que ficaram sob a guarda do pastor Antônio e do Sr. Israel, observamos que muito desse material se perdeu.

Revisitar essa parte da coleção nos proporcionou avançar em alguns procedimentos voltados à gestão de acervos arqueológicos, mais especificamente, quanto a sua documentação, até então pausados por diferentes motivos. Targino (2015) realizou as ações de conservação preventiva, higienizando o recipiente recolhido na Associação Comunitária, registrado sob a marcação RT.67 (imagens 67 e 68), mas não executou a remontagem dos seus fragmentos (imagem 69). À vista disso, realizamos algumas tentativas de encaixe e, para nossa surpresa, todos remontaram. Procedemos com a fixação desses fragmentos (imagens 70 a 74) e, posteriormente, com o preenchimento de uma fratura longitudinal da peça (imagens 75 a 78).

Aqui cabe uma breve digressão acerca desse preenchimento, que será descrito com maiores detalhes nos parágrafos abaixo. Trata-se de uma ação experimental, voltada à estabilização de fragmentos remontados, observando as especificidades formais da Cerâmica Arqueológica Aratu, que devido a fatores pós-deposicionais, como contração/expansão do solo, apresentam fraturas longitudinais que afastam as paredes do recipiente (FERNANDES, 2004, p. 213). Essa ação continuada de contração e expansão do sedimento produz novas quebras na cerâmica, além de evidenciar fraturas antigas, ao longo do tempo em que a cerâmica estiver depositada no solo, impedindo uma justa remontagem dos arcos de composição dos recipientes.

A aplicação de uma massa na lacuna das fraturas, permite maior estabilização dos fragmentos remontados. A massa utilizada nesse caso é formada por sedimentos devidamente tratados, misturados ao adesivo de poliacetato de vinila (PAV), obtendo-se uma composição espessa e

de secagem rápida. Certamente, outras práticas já consolidadas pela ciência da Conservação-
Restauração, apresentam resultados melhor avaliados, contudo, não dispondo de materiais para
produção de outros consolidantes e, partindo sempre do princípio da reversibilidade (BRANDI,
2004, p. 61), tomamos essa ação no sentido experimental, maiores conclusões sobre sua
aplicação poderão ser tomadas do futuro.



Imagem 67: RT.67 antes da intervenção.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 68: RT.67 antes da intervenção.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 69: fragmentos associados à RT.67.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 70: fixação dos fragmentos da peça RT.67.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 71: higienização da peça RT.67.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 72: fixação dos fragmentos na peça RT.67.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 73: fixação dos fragmentos na peça RT.67.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 74: fragmentos estáveis após fixação.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 75: aplicação interna da massa de estabilização.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 76: aplicação externa da massa de estabilização.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 77: RT.67 com a massa de estabilização.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 78: detalhe da peça RT.67 após estabilização.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023

Quanto aos fragmentos recolhidos sob guarda do Sr. Israel, 05 deles foram remontados por Solange, constituindo cerca de 1/3 de uma peça completa, formada pela base e a parte inferior do bojo, registrada sob a marcação RT.68. Os demais estavam dispostos em dois sacos, com quatro e nove fragmentos, respectivamente (imagens 79 e 80). Interessante notar que essa disposição em sacos distintos, realizada na triagem de entrada do material no laboratório, pode indicar fragmentos associados a recipientes diferentes. Analisando esses fragmentos, observamos que eles se distinguem quanto a coloração, espessura e curvatura das paredes, e um dos que se encontra no saco com quatro fragmentos, é nitidamente uma base, podendo tratar-se de um opérculo ou outro recipiente que cumpria essa função.

O texto de Targino nos informa sobre 11 fragmentos restantes e suas possibilidades de consolidação futura (Targino, 2015, p. 74), contudo, com uma análise mais apurada do material identificamos 13 fragmentos. Um destes se encaixava na peça RT.68, na qual realizamos sua fixação (imagens 81 a 83). Outros quatro fragmentos, dois em cada saco, também apresentaram encaixes entre si, igualmente, realizamos esse procedimento de fixação (imagens 84 a 86).

Nenhum destes havia recebido registro de identificação, desse modo, executamos a marcação dos fragmentos restantes, tanto dos remontados, quanto daqueles que permaneceram avulsos. Diante disso, a coleta realizada em 2015 gerou para coleção sítio Reitoria do LADA um total de 02 recipientes remontados, registrados sob a marcação RT.67 e RT.68, além de 09 fragmentos associados a peça RT.68 (imagens 89 e 90), registrados sob a marcação RT.69 a RT.77 (imagens 87 e 88).

Tabela 02 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2015

LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA - UFRB								
COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA SÍTIO REITORIA								
COLETA	ENTRADA	RESPONSÁVEL COLETA CAMPO	RESPONSÁVEL COLETA LADA	GEOLocalização	MATERIAL	LOCALIZAÇÃO LADA	NÚMERO DE REGISTRO	DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA
2015	2015	Antônio e Israel	Fabiana Comerlato	sem referência	Cerâmico	LADA	RT.67	Monografia (TARGINO, 2015)
						LADA	RT.68	
						Caixa 01	RT.69 – RT.77	

Fonte: Paulo Otávio Laia, 2023.



Imagem 79: fragmentos associados à RT.68 – saco 01.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 80: fragmentos associados à RT.68 – saco 02.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 81: fixação de fragmentos na peça RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 82: fixação de fragmentos na peça RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 83: fixação de fragmentos na peça RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 84: remontagem de frag. associados à RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 85: remontagem de frag. associados à RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 86: fixação de fragmentos associados à RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 87: fragmentos associados à RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 88: fragmentos associados à RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 89: vista da peça RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 90: vista da peça RT.68.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023

No dia 03 de maio de 2016, informado por Luiz Haroldo, também conhecido como “Luizinho”, funcionário da Fazenda Experimental do CCAAB/UFRB, sobre a descoberta de novos vestígios cerâmicos na região, Luydy Fernandes retorna ao sítio Reitoria, dessa vez acompanhado pela conservadora-restauradora Ritta Mota, então técnica vinculada ao curso de graduação em Museologia da UFRB. A notícia da descoberta havia chegado alguns dias antes e o próprio Luizinho havia recolhido uma pequena parte dos despojos, “apenas um punhadinho de fragmentos ósseos muito pequenos e dessecados, todos recém-partidos pela sanha que destruiu o sepultamento (FERNANDES, 2016, p. 01).

As circunstâncias da descoberta novamente se fizeram por meio da expansão da construção de moradias naquela área, sendo o recipiente cerâmico evidenciado após a abertura de cavas para os alicerces de uma residência. Georreferenciado sob a coordenada 24L - Lon. 490.636 mE / Lat. 8.601.662 mS - altitude 204m, o local em que foram localizados os vestígios é uma área em declive na encosta do riacho Capivari. De acordo com as primeiras análises feitas por Fernandes, diferente das demais, até então completamente enterradas, esta surgiu em superfície, o que “seguramente favoreceu o processo erosivo que retirou os sedimentos acima dela, expondo-a e talvez até mesmo arrancado suas partes superiores” (*ibid.*, p. 01).

Os fragmentos cerâmicos que se encontravam dispersos no solo foram recolhidos e, de acordo com o relato do diário de campo, muitos apresentavam sinais da lâmina de enxada usada na abertura das pequenas e contíguas trincheiras para os alicerces da construção, com cerca de 25 cm de profundidade (*ibid.*, p. 02). Esses perfis também foram percorridos, mas não foram identificados outros contextos funerários, de combustão ou mesmo estratigráfico.

Ritta Mota coletou algumas amostras de sedimento para análises posteriores e fez os registros fotográficos da visita. Uma amostra do sedimento coletado foi enviada para o Laboratório de Solos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa - Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas, cujos resultados serão apresentados mais adiante. Entramos em contato com ela para solicitar acesso as fotografias produzidas, mas infelizmente, por problemas técnicos, ela não possuía mais os arquivos. Mota solicitou redistribuição em 2018 para Universidade Federal da Bahia e encontra-se lotada no Memorial da Medicina Brasileira, localizado no prédio da Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador.

Após receber a notícia de descoberta do novo contexto, Fernandes solicitou uma reunião com a Vice-Reitora à época Georgina Gonçalves dos Santos, atual Reitora da UFRB, na tentativa de articular uma pequena equipe, composta por alguns funcionários e alunos, com o intuito de realizar prospecções mais apuradas no local, que contasse com o apoio logístico e material da própria Universidade, mas infelizmente a proposta nunca foi levada adiante (*ibid.*, p. 02).

Durante essa incursão, Luydy descreve ainda que conversou com os rapazes que trabalhavam na abertura das cavas e com mais alguns moradores que estavam no local sobre o que se tratavam aqueles vestígios, de que não havia ouro ou algo do tipo relacionado a eles e que a descoberta de urnas funerárias no território não apresentava uma ameaça sobre a posse de seus terrenos. Sugeriu ainda a exibição do filme *Piragiba: escavando uma história*, que exhibe os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas desde 1992 na vila de Piragiba, município de Muquém do São Francisco, região oeste da Bahia. Luizinho se prontificou a contactar o presidente da associação comunitária para solicitar o espaço de exibição do filme. A equipe então recolheu o material e o encaminhou para o LADA, em Cachoeira.

Sabemos que são muitos os desafios de gestão e processamento de acervos arqueológicos, alguns deles estão relacionados a situações particulares de cada instituição, sendo o LADA um destes exemplos. No período em que estivemos presente no Laboratório foi possível observar algumas situações interessantes, como as constantes solicitações de atendimento especializado em áreas com ocorrência arqueológica, o caso do sítio Reitoria certamente não é isolado. São diferentes tipos de ocorrências, de materiais cerâmicos, indígenas ou históricos, à sítios rupestres, passando por sítios de engenho e seu complexo de formação, além de ações interventivas em imóveis de área tombada.

As incursões que os pesquisadores atendem muitas vezes podem gerar acervos, que na maior parte dos casos são armazenados no LADA, sem contar as coleções geradas com as atividades de pesquisa desenvolvidas por cada arqueólogo-pesquisador vinculado e as coleções oriundas dos endossos institucionais de projetos de impacto socioambiental. Assim, o LADA se torna a instituição responsável pela guarda do acervo de um relevante território, o recôncavo baiano, mas também de outras localidades. Esse quadro, somado aos desafios de gestão em uma universidade multicampi como a UFRB, fazem com que o espaço dependa de maiores atenções.

Outra particularidade interessante diz respeito a formação da equipe que atua no Laboratório. Uma das grandes dificuldades dos alunos de graduação do curso de Museologia é cumprir a carga horária de estágio na cidade de Cachoeira, sendo o LADA um dos poucos espaços que oferece e precisa desse corpo de trabalho. Contudo, justamente por ser uma ação obrigatória, muitos alunos são capacitados no processamento de acervos arqueológicos, cumprem seu tempo de estágio, mas não continuam colaborando com as ações de médio prazo do laboratório.

Certamente, há bons exemplos, com contribuições continuadas que culminaram na produção de iniciações científicas e trabalhos de conclusão de curso, contudo, acreditamos que a manutenção do interesse no campo é necessária, frente os desafios de gestão dos acervos arqueológicos. Consideramos que a arqueologia não precisa ser um tema de interesse de todo corpo discente, mas a dinâmica de uma formação sazonal de equipe, pode ser observada como um fator que altera o fluxo de continuidade das ações empreendidas.

Abrimos a discussão acerca dessas particularidades para salientar que o tempo dedicado ao processamento de acervos pode contar com inúmeras intercorrências e foi o que provavelmente ocorreu com material coletado do sítio Reitoria em 2016. Quando definimos o objeto da pesquisa em 2022, esse foi o primeiro conjunto de fragmentos que tivemos acesso, ainda sem tratamento, armazenado em caixas plásticas nas bancadas de trabalho do Laboratório.

No segundo semestre do ano de 2022, contando com a orientação do Prof. Luydy e o auxílio de três estagiários, Carla Santos, Fabiano Santos e Elizabeth Castro, iniciamos os procedimentos de higienização, identificação, registro temporário e organização dos fragmentos cerâmicos (imagens 91 a 96). Foram contabilizados 277 fragmentos, um número expressivo e que nos indicava, a princípio, não se tratar de um único recipiente. Avançamos com as tentativas de remontagem, organizando um mapa de montagem, mas não realizamos nenhuma fixação.

No ano seguinte, em 2023, a partir da amostra de sedimento do sítio, coletado por Ritta Mota, localizamos o resultado da análise solicitada por ela. De igual modo, analisamos os fragmentos ósseos recolhidos por “Luizinho” antes da chegada da equipe do LADA no local. Armazenados em outro espaço do Laboratório, esses fragmentos também não haviam sido processados, ocasião em que realizamos sua identificação e embalagem para armazenamento. O conjunto conta com 30 fragmentos ósseos, registrados sob a marcação RT.78 a RT.107, com dimensões entre 02cm e 06cm de comprimento, bastante ressecados e fracionados.

Os fragmentos ósseos mapeados foram identificados e armazenados, algumas análises podem ser realizadas a partir desse material e sua caracterização e localização encontram-se acessíveis para pesquisa, porém, optamos por não expor aqui seus registros fotográficos, em acordo as atuais discussões que compreendem restos humanos de contextos arqueológicos como registros da ancestralidade de povos indígenas do passado (CORRÊA, 2013), o que Mara Vasconcelos tem considerado enquanto acervos sensíveis, na medida em que seus “significados podem ser contestados” e “sua exibição pode ser considerada ofensiva” (VASCONCELOS, 2013, p. 27).

O processamento empreendido sobre o conjunto de fragmentos cerâmicos coletados em 2016 ocorreu nos semestres letivos de 2023, levado a cabo por outra equipe de estagiários, voluntários e pesquisadores do LADA, contando com: Beatriz dos Santos Barroso, Gabriel Costa Fernandes, Graziela dos Santos Silva e Railda Pinto de Brito Barreto. As primeiras tentativas de remontagem (imagens 97 a 99), evidenciaram se tratar de um recipiente de grandes dimensões, possivelmente utilizado também como urna funerária.

À medida que as paredes do bojo foram levantadas, uma estruturação se fazia necessária, para garantir estabilidade estrutural à peça (imagens 100 e 101). Essa estabilidade foi encontrada na aplicação de uma massa composta por sedimentos devidamente tratados e adesivo de poliacetato de vinila (PAV), obtendo-se uma composição espessa e de secagem relativamente rápida (imagem 102). O sedimento utilizado na composição foi o recolhido por Ritta Mota no sítio Reitoria em 2016. Parte da amostra foi enviada para o Laboratório de Solos da Embrapa, em Cruz das Almas, cujo resultado foi localizado nos arquivos do LADA (Anexo 02), outra parte permaneceu no Laboratório, sem destino previsto. Nos valemos deste material restante para as experiências que resultaram na massa de estabilização física dos fragmentos cerâmicos.

Mesmo desconhecendo os interesses que motivaram a coleta do sedimento por Ritta Mota, a amostra analisada contribuiu com a produção de conhecimento sobre o sítio Reitoria. Solicitamos ao pedólogo e professor de análises de solo do CCAAB/UFRB, Oldair Vinhas, para fornecer uma interpretação sobre o resultado. Segundo as análises, a amostra apresentou alta concentração de fósforo (P) para os índices de solo da região que, por ser argiloso, sofre bastante lixiviação, ou seja, perde nutrientes através de escoamento da água. Vinhas observou também altos índices de cálcio (Ca) presentes na amostra e destacou o baixo teor de zinco (Zn) e magnésio (Mg), que segundo o qual, não estão fora do padrão para o local.

Análises de paleosedimentos são práticas recorrente na Arqueologia (AMENOMORI, 1999; PESSOA JÚNIOR, SANTANA, 2017; MOURA *et al*, 2021). Nas palavras de Sandra Nami, esse tipo de análise fornece, geralmente, “informações a respeito da localização e delimitação de antigos assentamentos humanos, como áreas de habitação, cemitérios, áreas de plantação fertilizada, etc.” (AMENOMORI, 1999, p. 62). Assim, altas concentrações de fósforo estão associados a presença humana, na medida em que devolvemos ao solo o fosfato biológico, seja na forma de restos de comida e excrementos, seja como vestígios de plantas e animais, ou mesmo através dos sepultamentos (*ibid.*). Como a coleta e análise de sedimentos ocorreu em apenas um ponto do sítio Reitoria, um horizonte para pesquisas futuras é ampliar a coleta para demais áreas e verificar se os altos índices de fósforo se repetem em outros locais.

O processo de remontagem dos fragmentos (imagens 103 a 108) foi uma oportunidade interessante para ampliar nossa compreensão sobre a materialidade arqueológica dos vasilhames cerâmicos da Tradição Aratu, a curvatura das paredes, o tipo de pasta, as marcas de queima, todos esses indicativos forneceram caminhos possíveis para estruturar a peça, registrada como RT.168 (imagens 109 a 111). Alguns fragmentos não apresentaram apoio para encaixe, desse modo, optamos por documentá-los como fragmentos associados (RT.169 a RT.179) e não preencher totalmente as lacunas da peça. Outro conjunto de fragmentos (RT.108 a RT.167) apresentou características distintas e pode se tratar de uma peça vinculada ao contexto, como um opérculo ou um recipiente que cumprisse essa função, por exemplo. Todos os fragmentos foram registrados e fotografados e apresentamos aqui uma parte deles (imagens 112 a 120).

Destacamos que o minucioso trabalho de remontagem da peça RT.168 proporcionou também outras atividades de divulgação científica promovidas através do LADA. No dia 29 de maio de 2023, realizamos uma comunicação na tribuna livre da 22ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Cruz das Almas, promovendo uma sensibilização quanto a destruição dos bens arqueológicos encontrados na região. No mesmo ano, o trabalho *Recomposição de uma Urna Aratu do sítio arqueológico Reitoria: procedimentos experimentais e conscientização patrimonial*, assinado por Railda Barreto e demais pesquisadores, foi apresentado na Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia – 9º RECONCITEC – no campus da UFRB de Cruz das Almas. Retornando no ano seguinte, em 2024, para décima edição da reunião, por meio da “Tenda da Arqueologia”, em que a própria peça (RT.168), foi exposta ao público durante os dias do encontro.

A coleta realizada em 2016 gerou para coleção sítio Reitoria do LADA um conjunto de 30 fragmentos ósseos, registrados sob a marcação RT.78 a RT.107; 60 fragmentos cerâmicos associados ao contexto de escavação, registrados sob a marcação RT.108 a RT 167; um recipiente remontado, registrado como RT.168, além de 11 fragmentos possivelmente associados a peça RT.168, registrados sob a marcação RT.169 a RT.179.

Tabela 03 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2016

LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA - UFRB								
COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA SÍTIO REITORIA								
COLETA	ENTRADA	RESPONSÁVEL COLETA CAMPO	RESPONSÁVEL COLETA LADA	GEOLOCALIZAÇÃO	MATERIAL	LOCALIZAÇÃO LADA	NÚMERO DE REGISTRO	DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA
2016	2016	Luiz Peixoto Luydy Fernandes Ritta Mota	Luydy Fernandes	24L 490.636 mE / 8.601.662 mS	Ósseo	Caixa 03	RT.78 – RT.107	Diário de Campo (FERNANDES, 2016)
					Cerâmico	Caixa 02	RT.108 – RT.167	
					Cerâmico	LADA	RT.168	
					Cerâmico	Caixa 02	RT.169 – RT.179	

Fonte: Paulo Otávio Laia, 2023.



Imagem 91: secagem dos fragmentos após higienização.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2022



Imagem 92: secagem dos fragmentos após higienização.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 93: marcação provisória dos fragmentos.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2022



Imagem 94: verificação e tentativas de remontagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2022



Imagem 95: marcação provisória dos encaixes.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2022



Imagem 96: mapeamento dos encaixes.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2022



Imagem 97: remontagem dos fragmentos.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 98: processo de fixação dos fragmentos.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 99: conjunto de fragmentos fixados.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 100: fixação estrutural da peça.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 101: fixação estrutural da peça.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 102: aplicação de massa para estabilização.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 103: processo de fixação dos fragmentos.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 104: vista do recipiente parcialmente montado.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 105: vista do recipiente parcialmente montado.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 106: aplicação de massa para estabilização.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 107: aplicação de massa para estabilização.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 108: resultado final do processo de remontagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 109: vista da peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 110: vista da peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 111: vista da peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 112: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 113: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 114: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 115: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 116: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 117: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 118: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 119: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 120: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023

A trajetória de formação da coleção arqueológica do sítio Reitoria segue em 2018, quando novos vestígios são evidenciados. Dessa vez, algum morador da comunidade da Baixa da Linha comunica Marcos Silva sobre a descoberta e este contacta o professor Luydy, que naquele ano realizava seu estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais. Da comunicação feita por Marcos, localizamos com Luydy a fotografia de um conjunto de fragmentos ósseos e cerâmicos (imagem 121) recém retirados do solo, que foram recolhidos e encaminhados para a sede da Associação Comunitária. Distante do sítio, Luydy informa a situação aos professores Carlos Costa e Fabiana Comerlato, que organizaram uma visita ao local.

A equipe do LADA, dois professores e cinco estagiárias, chegaram na Baixa da Linha no dia 05 de junho de 2018, acompanhados por pessoas da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer de Cruz das Almas, acionadas por Marcos, e foram recebidos por uma representante da Associação Comunitária e alguns moradores. Comerlato também relata algumas passagens dessa incursão na entrevista que nos concedeu, segundo qual, a equipe havia se preparado inicialmente para recolher os vestígios e realizar uma atividade educativa, mas a representante da comunidade à época, uma pessoa identificada como Márcia, não autorizou a retirada (COMERLATO, 2023).

Os vestígios ósseos e cerâmicos foram então distribuídos em mesas na sede da associação e a equipe executou a higienização seca dos mesmos, retirando o sedimento dos fragmentos com espátulas e escovas de cerdas macias. Fabiana nos informou ainda que, diante da negativa de retirada do material, não foi possível executar um acondicionamento muito adequado, os ossos foram separados por tamanho e ensacados e os fragmentos cerâmicos foram armazenados em caixas de papelão (COMERLATO, 2023).

O material foi registrado e um levantamento preliminar foi compartilhado com Márcia, vice-presidente da Associação Comunitária. A pesquisa não localizou esse arrolamento, seja no LADA, seja com Márcia, que contactamos através do atual presidente. Contudo, por meio de algumas fotos enviadas por estagiários ao professor Luydy e registros feitos por Brisa Pires, à época estagiária e atual egressa do PPGAP, foi possível compreender parte das atividades realizadas naquele ano (imagens 122 a 125). Diante da ausência de maiores informações, não conseguimos realizar um quadro indicativo desse conjunto material, como demonstrado até aqui para coletas anteriores, bem como a localização e contexto desta descoberta, que seguem não identificadas, algo que poderá ser melhor compreendido em pesquisas futuras.



Imagem 121: fragmentos associados à peça RT.168.

Foto: Acervo LADA

Data: 2018



Imagem 122: atividades de processamento do material.

Foto: Acervo de Brisa Pires

Data: 2018



Imagem 123: atividades de processamento do material.

Foto: Acervo LADA

Data: 2018



Imagem 124: acondicionamento do material processado.

Foto: Acervo LADA

Data: 2018



Imagem 125: equipe presente na incursão em 05/06/2018.

Foto: Acervo de Brisa Pires

Data: 2018

Identificação do grupo, da esquerda para direita:

Silvana Reis, Prof.^a Fabiana Comerlato; Prof. Carlos Costa (atrás); Ronaldo Anias - Sec. de Esporte, Cultura e Lazer de Cruz das Almas; D. Maria – moradora; Andréia – Prefeitura de Cruz das Almas (atrás); Maria da Conceição - Prof.^a da Creche Comunitária; Brisa Pires; Jaqueline Albano; Ingrid; Márcia - Vice-presidente da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha; Marcos Rosa Silva; Maísa Sampaio;

Quando retornou à UFRB em 2019, Luydy Fernandes agendou com Marcos Silva uma visita ao sítio, pois sabendo da presença de ossos humanos, gostaria de verificar se junto ao material recolhido seria possível extrair amostras para datação via carbono-14 (^{14}C). Marcos articulou com a imprensa o acompanhamento da visita e no dia 06 de junho de 2019 a reportagem sobre as descobertas de 2018 no sítio Reitoria foi transmitida ao vivo através da TV Educativa da Bahia (TVE-Bahia). O conteúdo audiovisual também foi disponibilizado na página da TVE-Bahia, na plataforma *Facebook* e ainda pode ser acessado¹⁴.

A coleta feita por Luydy na ocasião foi enviada para datação e os resultados preliminares chegaram recentemente, em 2024. Da amostra de colágeno (39.2%), ainda em calibração, resultados indicam cerca de 591-561 anos antes do presente. Apresentamos aqui esses dados com autorização de Fernandes, considerando que a última datação por ^{14}C de um sítio de Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu foi publicada por Etchevarne em 2012, tratando-se do sítio Água Vermelha, localizado na reserva indígena Caramuru-Paraguaçu, com cerca de 670 anos antes do presente (ETCHEVARNE, 2012, p. 56). Dada sua especialidade na análise da Tradição Aratu, esperamos que em breve, assim que as análises estiverem concluídas, que o Prof. Luydy, um dos integrantes da equipe de pesquisadores responsáveis pelas datações, publique uma nova revisão destes dados, como a realizada em Fernandes (2012).

O ano de 2019 seguiu com novas descobertas para o sítio Reitoria. Através do contato entre Marcos e a comunidade, Luydy retornou ao sítio em 14 de agosto para verificar um recipiente cerâmico evidenciado após a passagem de uma máquina de terraplanagem em uma das vias de acesso ao local, em frente à igreja neopentecostal dirigida por Antônio, aproximadamente 30 metros dos achados registrados em 2014. De acordo com o diário de campo, o recipiente cerâmico foi encontrado a menos de um metro do canto da rua, onde não havia passeio, “estava nítido o anel cerâmico do recipiente seccionado pela máquina que abriu a via. Do que se vê do corte na lateral, parece que houve uma retirada maior que 15 cm de sedimento na superfície” (FERNANDES, 2019a, p. 01).

Fernandes observou que as paredes cerâmicas eram finas demais para se tratarem de uma urna, ou mesmo de um opérculo. Com o solo duro e compactado, algumas pessoas se reuniram na empreitada de escavação do recipiente, sendo orientados a cavar um poço afastado cerca de 15

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=636730666794541>. Acesso em: 16 ago. 2023.

em da cerâmica. “Com mais ou menos 20cm de profundidade notei que o vaso já estava se fechando” (...) “a partir dessa profundidade o sedimento arenoso se tornou bastante solto e fácil de escavar” (*ibid.*), em pouco tempo o vaso estava totalmente exposto.

Segundo as anotações do diário de campo, com o auxílio de uma longa fita elástica, procedeu-se a amarração do recipiente, para evitar seu colapso, mesmo assim, “vários fragmentos da secção se desfizeram dado a sua fragilidade e estado de preservação” (*ibid.*). O recipiente foi encaminhado para a sede da Associação Comunitária e escavado internamente, Luydy orientou os presentes a decapar os sedimentos, evitando buracos, “contudo, as pessoas estavam ansiosas por ver o que havia ali dentro”, segundo ele, talvez desta forma a ideia do pote com ouro pudesse de desvanecer. As escavações seguiram e, “nos primeiros 10 cm apareceram apenas fragmentos cerâmicos. Na metade da altura a terra se tornou muito desagregada e não apareceu nada além de escassos fragmentos cerâmicos” (*ibid.*).

Os fragmentos encontrados foram ensacados e colocados dentro do recipiente escavado, este conjunto se somou aos demais que já se encontravam no local desde 2018, ampliando a coleção sob guarda da comunidade. Os registros fotográficos dessa incursão foram realizados por duas pessoas da imprensa local, um radialista e um fotógrafo, que acompanharam o processo a convite de Marcos Silva. Conseguimos o contato de ambos, que confirmaram possuir essas imagens, contudo, mesmo com constantes notificações, até o momento de entrega dessa pesquisa, não conseguimos acesso a essas fotografias.

Pouco mais de um mês após este ocorrido, outro recipiente foi identificado, desta vez, em área de cultivo dos moradores da Baixa da Linha. No dia 18 de setembro de 2019, uma equipe do LADA, formada por Luydy e Yury Costa, estagiário, se direcionaram ao local, juntamente com Marcos Silva e uma pessoa identificada como Cissa, à época Diretora de Turismo do município de Cruz das Almas. O vasilhame cerâmico foi evidenciado após um trator arar a terra para cultivo, em área pouco à frente da casa da vice-presidente da Associação Comunitária (imagens 126 a 131), georreferenciado nas coordenadas: 24L - Lon. 490.500 mE / Lat. 8.601.516 mS.

Conforme o diário de campo, inicialmente, Luydy acreditou não haver vestígios no local, dado o grau de perturbação do solo, contudo, “com as escavações apareceram vários fragmentos de cerâmica pelos 30 cm de profundidade (...) uma cerâmica de paredes finas, boa queima, que

não me pareceram ser de um recipiente grande (...) talvez, do mesmo tamanho do recuperado na rua, na visita anterior” (FERNANDES, 2019b, p. 01).

Após a escavação, observou-se que a base não estava fraturada, mantendo sua forma, porém a parte superior do recipiente havia se perdido. Haviam também alguns fragmentos de cerâmica, descritos como bastante escuros, dispersos no solo. O conjunto foi recolhido e encaminhado para a sede da associação (imagens 132 a 134), permanecendo lá por vontade dos membros da comunidade que realizaram e acompanharam a escavação.

Uma boa surpresa foi o registro do primeiro lítico polido do sítio Reitoria, “trata-se de um pequeno machado polido, de contorno sub-retangular, secção também retangular e fragmentado obliquamente no sentido transversal (imagens 135 a 137). Uma rocha local clara, com impurezas” (*ibid.*). Segundo as observações de Fernandes (2019b), dadas as dimensões da peça, cerca de 05 cm de comprimento, provavelmente não se trata de um objeto funcional, talvez uma miniatura ou feito por ou para crianças. A lâmina foi recolhida e encaminhada ao LADA.

Ressaltamos que a então permanência dos vestígios na comunidade demonstra uma dinâmica que se repetirá na trajetória de formação das coleções do sítio Reitoria, em que num primeiro momento o conjunto descoberto fica no local, mas com o tempo, é recolhido por pesquisadores e passa a integrar a coleção do LADA. Como descrito no início deste capítulo, a pesquisa considera o acervo do sítio formado por duas coleções, mas alguns fatores contribuíram, a médio prazo, para sua integração ao LADA. Quando evidenciados, principalmente com a participação de membros da comunidade, os fragmentos cerâmicos despertam grande interesse e curiosidade, mas com o tempo, este interesse se dissipa e ações básicas de preservação deixam de ser aplicadas ao conjunto material sob guarda da comunidade.

Outro fator que contribui com o movimento de deslocamento da coleção comunitária para o LADA é a necessidade de identificação, processamento e acondicionamento adequado do material, que foi armazenado muitas vezes de forma improvisada, em caixas de papelão. Além de reuniões e encontros, outras atividades também são realizadas na sede da associação, como cursos e oficinas, acarretando muitas vezes na movimentação interna dos objetos, o que, conseqüentemente, é um potencial de perda e desassociação.



Imagem 126: escavação externa do recipiente cerâmico.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 127: escavação externa do recipiente cerâmico.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 128: escavação externa do recipiente cerâmico.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 129: escavação interna do recipiente cerâmico.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 130: recipiente cerâmico escavado internamente.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 131: D. Maria após concluir a escavação

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 132: detalhe de uma fatura recente na parede

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 133: coleta do recipiente cerâmico.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 134: coleta do recipiente cerâmico.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 135: primeira lâmina polida encontrada no sítio.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 136: primeira lâmina polida encontrada no sítio.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019



Imagem 137: primeira lâmina polida encontrada no sítio.

Foto: Luydy Fernandes

Data: 2019

Desse modo, desde o início das atividades da pesquisa, havia grande interesse de nossa parte em compreender quais conjuntos estavam armazenados na sede da associação, suas formas de identificação e acondicionamento. Assim, no já citado reconhecimento de campo realizado em 29 de maio de 2023, com a presença do professor Luydy e guiados por José Augusto, presidente da Associação Comunitária, realizamos um primeiro contato com aquele conjunto. Na ocasião, identificamos o material em condições adversas, grandes fragmentos cerâmicos empilhados em caixas de papelão, com sacos plásticos contendo fragmentos menores por cima e outros sacos com fragmentos ósseos dispersos. Foram registrados 15 grandes fragmentos de cerâmica soltos, 10 sacos de fragmentos de cerâmica menores e 5 sacos com fragmentos ósseos, associados a coleta de 2018; um recipiente semi-inteiro com 3 fragmentos associados mais outro recipiente fragmentado, formado por uma base e 5 grandes fragmentos associados, identificados como pertencentes as coletas realizadas em 2019 (imagens 138 a 143).

Ao longo daquele ano, seguimos em diálogo com José Augusto, para conseguir uma autorização de transferência do material da Baixa da Linha para o LADA. Há um grande interesse de que essas peças permaneçam na comunidade, mas as condições de sua permanência poderiam causar maiores danos, impossibilitando o processo de identificação e análise dos fragmentos, principalmente dos remanescentes humanos. Desse modo, articulamos um Termo de Guarda Provisória (Anexo 03) garantindo os procedimentos de higienização e documentação do conjunto arqueológico e, comprometendo-se o LADA com a devolução das peças íntegras e estáveis para composição do espaço expositivo da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha, quando da criação deste, permanecendo no laboratório, para análises científicas, os fragmentos menores dispersos.

No dia 18 de agosto de 2023, por ocasião de uma outra visita ao território, recolhemos o material na sede da associação, em Cruz das Almas, e o encaminhamos ao Laboratório, em Cachoeira, contando com o relevante auxílio de transporte do professor Luydy. Realizamos a entrada do conjunto no laboratório e seu processamento iniciou-se no dia 22 de agosto daquele ano, executado por outra equipe de voluntárias, dessa vez formadas por novas ingressantes do curso de Museologia e outras do curso de História, que já participavam das atividades, sendo elas: Ana Cláudia Sena de Santana, Ana Luiza da Cruz Rodrigues, Gabrielle Soares Magalhães, Ivana Conceição da Silva Jennifer Coelho da Silva, Juciara Maria da Silva Santos.



Imagem 138: armazenamento da coleção comunitária.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 139: armazenamento da coleção comunitária.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 140: coleção comunitária do sítio Reitoria.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 141: coleção comunitária do sítio Reitoria.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 142: coleção comunitária do sítio Reitoria.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 143: coleção comunitária do sítio Reitoria.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023

Com um número significativo de voluntários e estagiários, iniciamos o processamento seccionando o conjunto por tipologia: cerâmico e ósseo. Quanto a este último, os avanços foram significativos, contando com amostras bem preservadas, que com o auxílio do professor Luydy, foram identificadas em suas especificidades: coluna vertebral (13 uni.); crânio (11 uni.); dentário (03 uni.); ossos curtos (01 uni.); ossos longos (27 uni.); pelve (04 uni.). Além destes, um saco plástico com fragmentos não identificados, com dimensão ≤ 03 cm.

Acerca do processamento do material cerâmico, foram aplicados os mesmos procedimentos de análise para formação de possíveis conjuntos (imagens 147 a 154). Algo que surpreendeu positivamente a equipe durante o processamento, foi a formação de ao menos um vasilhame semi-inteiro e mais dois ou três conjuntos que indicam se tratar de recipientes distintos (imagem 155 a 158). A marcação provisória contabilizou 225 fragmentos cerâmicos, todavia, ao tempo de conclusão desta pesquisa, o processamento ainda segue em aberto (imagem 144 a 155).

Algumas considerações preliminares são interessantes de se ressaltar sobre o material coletado em 2018. Há no conjunto, vários fragmentos com acabamento grafitado, destacando-se grandes partes que formam o recipiente semi-inteiro descrito acima. Produzimos algumas imagens com o auxílio de um microscópio digital com ampliação máxima de 1600x, onde observamos uma cobertura uniforme das paredes externas da peça, podendo se tratar de uma aplicação anterior ao processo de queima, como engobo, por exemplo (imagem 165 a 167).

Uma recente pesquisa realizada no sul da Bahia, no sítio Canaã (RIBEIRO *et al*, 2023), discute o uso do grafite enquanto uma escolha técnica em cerâmicas da Tradição Aratu encontradas nessa região. A pesquisa realiza uma análise comparada entre a composição química dos fragmentos cerâmicos e os depósitos geológicos de grafite na região sul e extremo sul da Bahia, em que foi possível atestar por meio da técnica de Espectrometria de Fluorescência de Raios X portátil, semelhanças elementares entre os minerais presentes nas cerâmicas com o material oriundo de jazidas próxima ao sítio (RIBEIRO *et al*, 2023, p. 164). Acreditamos que com o avanço do processamento das cerâmicas grafitadas do sítio Reitoria, futuras pesquisas possam empreender questionamentos semelhantes ao caso do sítio Canaã, ampliando nosso conhecimento sobre o sistema de produção da cerâmica Aratu no recôncavo baiano, ou mesmo a possibilidade de deslocamento de artefatos com características estéticas e funcionais distintas, como estes com acabamento grafitado.

Á vista disso, a coleta realizada em 2018, que não apresenta informação quanto a sua localização e contexto, realizada sem acompanhamento por membros da comunidade da Baixa da Linha, integrou à coleção sítio Reitoria do LADA um conjunto de 59 (uni.) fragmentos ósseos, registrados sob a marcação RT.180 a RT.238; além de 225 fragmentos cerâmicos ainda em processamento (imagens 156 a 164)

Tabela 04 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2018

LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA - UFRB								
COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA SÍTIO REITORIA								
COLETA	ENTRADA	RESPONSÁVEL COLETA CAMPO	RESPONSÁVEL COLETA LADA	GEOLOCALIZAÇÃO	MATERIAL	LOCALIZAÇÃO LADA	NÚMERO DE REGISTRO	DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA
2018	2023	Moradores da Comunidade Baixa da Linha	Luydy Fernandes	sem referência	Ósseo	Caixa 03	RT.180 - 238	sem referência
					Cerâmico	LADA	225 unidades em processamento	

Fonte: Paulo Otávio Laia, 2023.

As duas coletas realizadas em 2019, na qual os moradores da comunidade da Baixa da Linha procederam as escavações com o acompanhamento do LADA, evidenciaram recipientes semi-inteiros e um artefato lítico. Diante disso, o processamento do conjunto ocorreu em um intervalo de tempo menor, modo dinâmico e direcionado (imagens 168 a 170). Assim, a entrada desse conjunto integrou à coleção sítio Reitoria do LADA dois recipientes cerâmicos registrados sob a marcação RT.239 (imagens 171 a 173) e RT240 (imagens 174 e 176), respectivamente, além de uma miniatura de lâmina polida, registrada sob a marcação RT.241 (imagens 177 e 178).

Tabela 05 – Inventário da Coleção Sítio Reitoria – Coleta de 2019

LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA - UFRB								
COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA SÍTIO REITORIA								
COLETA	ENTRADA	RESPONSÁVEL COLETA CAMPO	RESPONSÁVEL COLETA LADA	GEOLOCALIZAÇÃO	MATERIAL	LOCALIZAÇÃO LADA	NÚMERO DE REGISTRO	DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA
2019	2023	Moradores da Comunidade Baixa da Linha	Luydy Fernandes	24L 490.571 mE / 8.601.870 mS	Cerâmico	LADA	RT.239	Diário de Campo (FERNANDES, 2019a)
				24L 490.500 mE / 8.601.516 mS	Cerâmico	LADA	RT.240	Diário de Campo (FERNANDES, 2019b)
					Lítico	Caixa 03	RT.241	Diário de Campo (FERNANDES, 2019b)

Fonte: Paulo Otávio Laia, 2023.



Imagem 144: higienização da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 145: higienização da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 146: higienização da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 147: secagem da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 148: secagem da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 149: secagem da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 150: marcação provisória da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 151: marcação provisória da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 152: marcação provisória da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 153: processamento da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 154: processamento da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 155: processamento da coleta de 2018.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 156: frag. da coleta de 2018 - em processamento.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 157: frag. da coleta de 2018 - em processamento.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 158: frag. da coleta de 2018 - em processamento.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 159: frag. da coleta de 2018 - em processamento.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 160: frag. da coleta de 2018 - em processamento.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 161: frag. da coleta de 2018 - em processamento.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 162: frag. da coleta de 2018 - em processamento.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 163: frag. da coleta de 2018 - em processamento.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 164: frag. da coleta de 2018 - em processamento.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 165: imagem microscópica de frag. grafitado.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 166: imagem microscópica de frag. grafitado.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 167: imagem microscópica de frag. grafitado.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 168: higienização da primeira coleta de 2019.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023

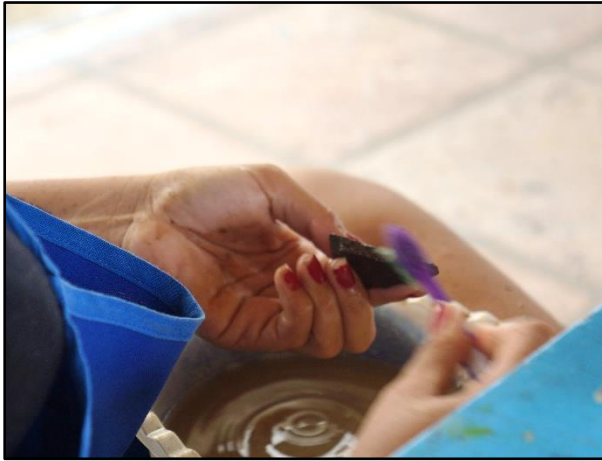


Imagem 169: higienização da primeira coleta de 2019.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 170: higienização da primeira coleta de 2019.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 171: vista da peça RT.239.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 172: vista da peça RT.239.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 173: vista da peça RT.239.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 174: vista da peça RT.240.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 175: vista da peça RT.240.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 176: vista da peça RT.240.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 177: vista da peça RT.241.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 178: vista da peça RT.241.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023

O ano de 2023 foi marcado por um intenso trabalho de processamento em laboratório das coleções do sítio Reitoria e, ainda assim, houveram possibilidades de realizar atividades de campo que integraram novos artefatos à coleção deste sítio ao LADA. No dia 09 de agosto de 2023, fomos procurados por Oldair Vinhas, pedólogo e professor da disciplina de análise de solos para diversos cursos do CCAAB/UFRB de Cruz das Almas. O contato foi mediado por Luiz Pacheco, arqueólogo que à época realizava estágio pós-doutoral no PPGAP e contava com a colaboração de Oldair em pesquisas realizadas em outros territórios.

O professor Vinhas nos procurou para externar suas preocupações quanto ao avanço das ocupações de terras da Universidade no campus de Cruz das Almas, principalmente por parte das comunidades remanescentes de quilombo circunvizinhas. Segundo seu relato, há por parte de alguns professores do campus o receio de que área se urbanize e médio e longo prazo, prejudicando atividades realizadas na fazenda experimental do CCAAB e a presença do sítio arqueológico na região poderia ser um fator que impediria legalmente esse avanço.

Informamos ao professor nossa ciência quanto aos conflitos fundiários entre a UFRB e as comunidades, mas que estávamos buscando outras alternativas para esse diálogo, que primassem sobretudo por uma boa relação com os moradores do território, justamente para garantir a preservação dos vestígios arqueológicos encontrados no sítio. Como o interesse de pesquisa do professor Vinhas é a análise de solos, os professores Luydy e Luiz propuseram que organizássemos uma visita interdisciplinar ao sítio, para avaliar as possibilidades de formação de uma frente de reconhecimento mais ampla sobre o território, situação que animou o professor Oldair a convidar outros colegas do CCAAB para a incursão.

Assim sendo, no dia 18 de agosto de 2023 estávamos reunidos em área do sítio Reitoria para um reconhecimento geral e apresentação da equipe formada a convite dos pesquisadores. Estavam presentes, além dos professores Luydy Fernandes (Arqueólogo), Luiz Pacheco (Arqueólogo) e Oldair Vinhas (Pedólogo), os professores Gustavo Schasct (Biogeógrafo) e Thomas Gloaguen (Geólogo), todos vinculados à UFRB (imagens 179 a 181).

Como parte das atividades pedagógicas oferecidas por Oldair em suas aulas, as sondagens pedológicas são realizadas em diferentes pontos da fazenda experimental, que consistem na abertura de cavidades no solo, com cerca de 150 cm x 150 cm x 200 cm de profundidade, onde

são observadas e analisadas camadas estratigráficas que revelam diferentes características do solo. Os pesquisadores optaram por realizar essa abertura na borda de um platô, na divisa entre as comunidades Vila Guaxinim e Baixa da Linha, em área de plantio das comunidades.

Com a autorização de José Augusto, presidente da Associação Comunitária, a área foi definida, próximo ao local de escavação do segundo recipiente evidenciado em 2019 e a abertura da sondagem pedológica com monitoramento arqueológico foi agendada para os dias 13 e 14 de outubro daquele ano, registradas por nós em Diário de Campo. As atividades reuniram, além dos professores já citados, alguns estagiários e voluntários do LADA (Gabriel, Graziela, Kamile, Larissa e Railda), um aluno do PPGAP (Vinicius Lisboa), uma bolsista do professor Gustavo (Stheffy) e dois funcionários da fazenda experimental (Ademar e Beto), que auxiliaram na abertura da sondagem.

As atividades do dia 13 de outubro se iniciaram com a escolha exata do local, georreferenciado sob as coordenadas: 24L - Lon. 490.529 mE / Lat. 8.601.557 mS. Foram realizadas no local a supressão vegetal e uma prospecção por caminhamento, que evidenciaram alguns artefatos líticos lascados. Para que houvesse uma área útil de trabalho à equipe, a cavidade da sondagem foi definida em uma quadrícula de 300 cm x 100 cm (imagens 182 a 190). Foram realizadas duas decapagens artificiais de 10 cm, todo sedimento retirado foi peneirado e os vestígios encontrados, fragmentos cerâmicos pequenos, com as arestas bastante arredondadas e de colocação avermelhada, tanto em solo quanto na peneira, foram etiquetados e ensacados.

No dia seguinte, avançamos mais 20 cm de profundidade, encontrando uma camada de solo bastante compactada, de difícil remoção e com diferenças de colocação em comparação as anteriores. Dadas as dificuldades, os professores decidiram alterar a sondagem para outro local, próximo ao limite da cerca de delimitação da área de plantio, num local entre duas mangueiras altas, georreferenciado sob as coordenadas: 24L - Lon. 490.585 mE / Lat. 8.601.535 mS. O solo estava bastante desagregado, com muita matéria orgânica e descartes contemporâneos, como plástico e vidro. Avançamos ali com três decapagens artificiais de 10 cm cada uma, evidenciando alguns fragmentos líticos lascados e cerâmicos (imagens 191 a 196).

Com o adiantado da hora, não conseguimos seguir com as decapagens e a conclusão das atividades foi agendada para o dia 29 de outubro de 2023. Seguimos para o local na data

marcada, porém os professores não puderam estar presentes e o acompanhamento da sondagem foi realizado somente por duas pessoas do LADA, o mestrando-pesquisador e a voluntária Railda, além dos funcionários da fazenda experimental, Ademir e Beto. Ao longo dos trabalhos, contamos também duas alunas do professor Oldair, que nos auxiliaram com o processamento do material na peneira, Maria Paula e Ainne Bonfim.

Neste dia, no início da quarta decapagem de 10 cm, o solo que era bastante escuro começa a ficar mosqueado, com coloração entre o marrom escuro e o alaranjado. Foram encontrados poucos fragmentos cerâmicos e alguns fragmentos de rocha, aparentemente não trabalhadas antropicamente. Avançamos até a sexta decapagem, onde o solo já se encontrava completamente alaranjado e, aparentemente estéril (imagens 197 a 202).

Ao final do dia recolhemos o material evidenciado e o direcionamos ao LADA. Os funcionários da fazenda retornariam em outro dia para seguir com as escavações até o limite de 200 cm de profundidade e, com nossos contatos em mãos, informariam caso encontrassem algo. Nenhuma ocorrência foi registrada, a abertura foi concluída as análises do solo foram realizadas, cujos resultados ainda seguem em processamento nos respectivos laboratórios do CCAAB.

O volume de material recolhido durante o monitoramento arqueológico da sondagem pedológica foi bastante significativo, tratando-se principalmente de fragmentos pequenos e dispersos (imagens 203 a 208). Desse modo, adotamos como critério identificar e contabilizar os fragmentos iguais ou menores a 03cm, mas não os marcar sobre a sigla do sítio. Os fragmentos maiores, que ainda seguem em processamento, serão identificados, analisados e registrados junto a coleção do sítio Reitoria no LADA.

Sobre o material não registrado, temos a seguinte organização: SONDAGEM 01: cerâmica indígena: 941 fragmentos; cerâmica não indígena: 165 fragmentos; cerâmica não identificada: 98 fragmentos; cerâmica vitrificada: 01 fragmento; material lítico: 03 lascas; amostra de rocha: 205 unidades. SONDAGEM 02: cerâmica indígena: 263 fragmentos; cerâmica não indígena: 29 fragmentos; cerâmica não identificada: 31 fragmentos; ferro fundido: 01 fragmento; amostra de rocha: 159 unidades; osso animal: 03 unidades.



Imagem 179: primeira visita do grupo ao st. Reitoria.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 180: vista norte da área escolhida p/ sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 181: vista sul da área escolhida p/ sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 182: primeira sondagem pedológica.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 183: passagem do sedimento na peneira.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 184: passagem do sedimento na peneira.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 185: identificação e registro dos fragmentos.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 186: passagem do sedimento na peneira.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 187: perfil da primeira sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 188: perfil do solo a 20 cm.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 189: perfil do solo a 30 cm

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 190: perfil do solo a 40 cm.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 191: abertura da segunda sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 192: abertura da segunda sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 193: passagem do sedimento na peneira.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 194: passagem do sedimento na peneira.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 195: passagem do sedimento na peneira.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 196: registro da equipe ao final do segundo dia.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 197: retomada dos trabalhos, segunda sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 198: perfil do solo na segunda sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 199: perfil do solo na segunda sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 200: perfil do solo na segunda sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 201: perfil do solo na segunda sondagem.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 202: perfil do solo a 60 cm.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 203: higienização da coleta de 2023.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 204: higienização da coleta de 2023.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 205: higienização da coleta de 2023.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 206: secagem da coleta de 2023.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 207: secagem da coleta de 2023.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023



Imagem 208: secagem da coleta de 2023.

Foto: Paulo Otávio Laia

Data: 2023

Com o extenso trabalho de pesquisa, mapeamento e análise das informações descritas até aqui, foi possível montar um panorama geral das referências de formação do acervo arqueológico do sítio Reitoria, reunidos no Laboratório de Documentação e Arqueologia da UFRB, até 2024.

Tabela 06 – Inventário Geral da Coleção Sítio Reitoria

LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA - UFRB								
COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA SÍTIO REITORIA								
COLETA	ENTRADA	RESPONSÁVEL COLETA CAMPO	RESPONSÁVEL COLETA LADA	GEOLOCALIZAÇÃO	MATERIAL	LOCALIZAÇÃO LADA	NÚMERO DE REGISTRO	DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA
2014	2014	Antônio e Israel	Luydy Fernandes	24L / 490.694mE / 8.601.614 mS	Cerâmico e Lítico	Caixa 01	RT.01 – RT.50	Diário de Campo (FERNANDES, 2014)
					Cerâmico	Caixa 01	RT.51 – RT.66	
2015	2015	Antônio e Israel	Fabiana Comerlato	sem referência	Cerâmico	LADA	RT.67	Monografia (TARGINO, 2015)
					Cerâmico	LADA	RT.68	
					Cerâmico	Caixa 01	RT.69 – RT.77	
2016	2016	Luiz Peixoto	Luydy Fernandes	24L 490.636 mE / 8.601.662 mS	Ósseo	Caixa 03	RT.78 – RT.107	Diário de Campo (FERNANDES, 2016)
					Cerâmico	Caixa 02	RT.108 – RT.167	
					Cerâmico	LADA	RT.168	
					Cerâmico	Caixa 02	RT.169 – RT.179	
2018	2023	Moradores da Comunidade Baixa da Linha	Luydy Fernandes	sem referência	Ósseo	Caixa 03	RT.180 - 238	sem referência
					Cerâmico	LADA	225 unidades em processamento	
2019	2023	Moradores da Comunidade Baixa da Linha	Luydy Fernandes	24L 490.571 mE / 8.601.870 mS	Cerâmico	LADA	RT.239	Diário de Campo (FERNANDES, 2019a)
2019	2023	Moradores da Comunidade Baixa da Linha	Luydy Fernandes	24L 490.500 mE / 8.601.516 mS	Cerâmico	LADA	RT.240	Diário de Campo (FERNANDES, 2019b)
					Lítico	Caixa 01	RT.241	Diário de Campo (FERNANDES, 2019b)
2023	2023	Monitoramento Arqueológico	Luydy Fernandes Paulo Otávio Laia	24L 490.529 mE / 8.601.557 mS	Cerâmico e Lítico	Caixa 04	em processamento	Diário de Campo (LAIA, 2023)
2023	2023	Monitoramento Arqueológico	Luydy Fernandes Paulo Otávio Laia	24L 490.585 mE / 8.601.535 mS	Cerâmico e Lítico	Caixa 04	em processamento	Diário de Campo (LAIA, 2023)

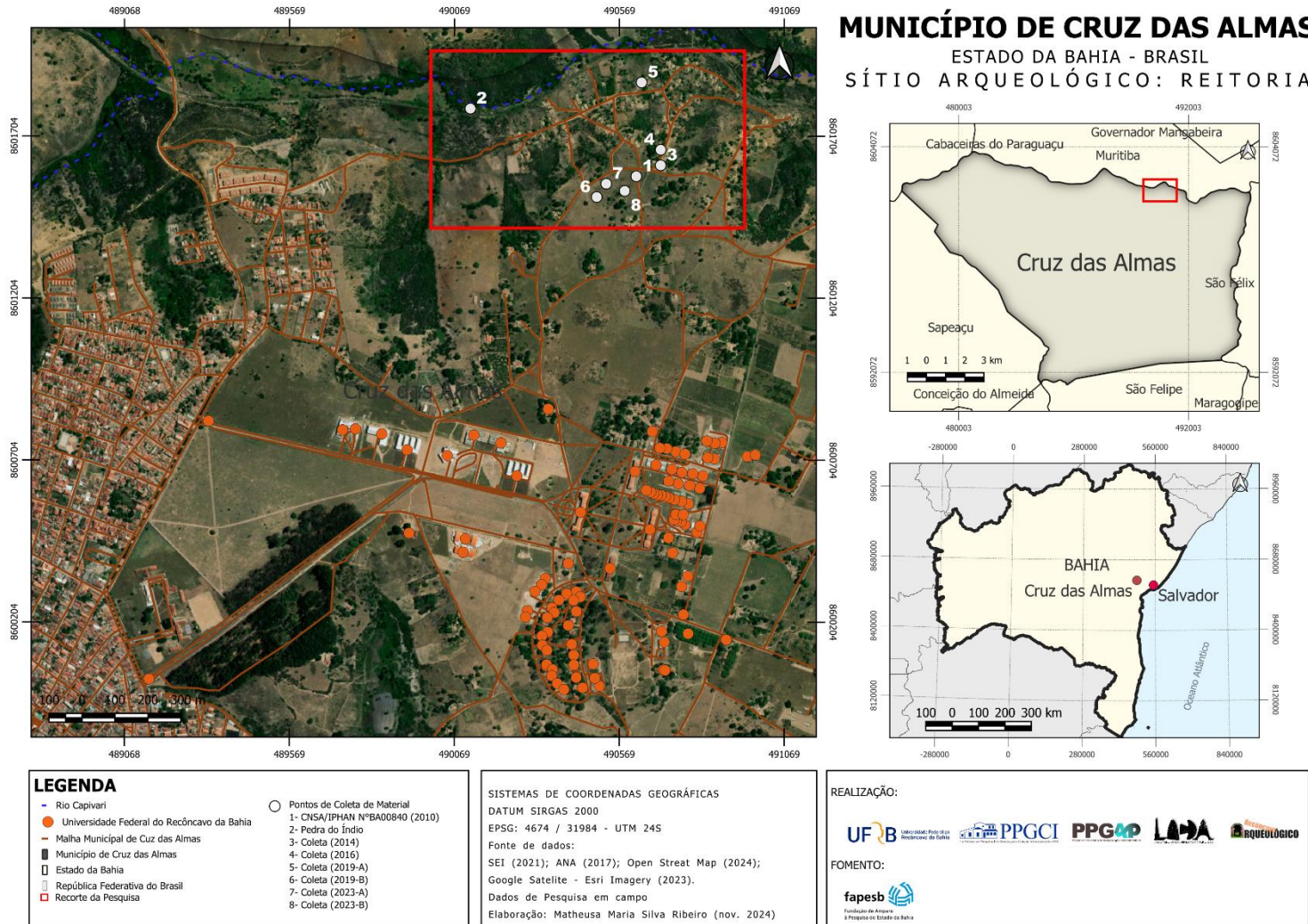
Fonte: Paulo Otávio Laia, 2024.

Certamente este quadro tem um grande potencial de expansão, à medida que as pesquisas sobre o sítio avancem ou mesmo com a descoberta de novas evidências, mediante as constantes intervenções realizadas no solo por seus atuais habitantes. Destacamos a diversidade de suportes documentais levantados e os desafios na gestão desse conjunto, formado por diários de campo, relatórios, artigos, trabalhos acadêmicos, fotografias, entrevistas, arrolamentos e documentos institucionais, encontrados em meio físico e digital.

Este inventário é um modelo para a organização de outras esferas de informação, visto que, além dos campos apresentados, foram sistematizadas também notas sobre o estado de conservação, identificação das partes e fragmentos dessa materialidade, como bojos e bordas cerâmicas e partes dos ossos humanos, observações quanto a remontagens e associações, além de informações mais precisas de localização da coleção na reserva técnica do laboratório.

Como explicitamos em outro momento da discussão, parte dos esforços de pesquisa empreendidos por este trabalho não consideraram neste momento uma delimitação precisa da área do sítio. Contudo, apresentamos aqui a localização espacial das ocorrências de vestígios arqueológicos no território (mapa 05). A observação conjunta desses pontos revela o potencial de uma futura delimitação melhor orientada aos trabalhos de intervenção arqueológica no sítio, na medida em que se destaca uma concentração de evidências na porção centro-sudeste da área definida por essa pesquisa.

Mapa 05 – Área compreendida como sítio Reitoria a partir da dispersão de material arqueológico.



Fonte: Produção da Pesquisa, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sítio Reitoria, localizado no município de Cruz das Almas, em área de propriedade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, compartilha sua ocupação com as comunidades remanescentes de quilombo Baixa da Linha e Vila Guaxinim, cujo habitantes interagem há várias décadas com os vestígios arqueológicos ali evidenciados. Estes vestígios são formados, em sua maioria, por recipientes cerâmicos e urnas funerárias classificadas na Arqueologia brasileira como da Tradição Cerâmica Arqueológica Aratu; além de uma oficina lítica no curso do riacho Capivari, nominada por moradores do local como “Pedra do Índio”, onde são encontrados sulcos de polimento para instrumentos de pedra.

Desde o primeiro reconhecimento arqueológico do sítio, ocorrido em 2006, passando por sua inscrição no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN), que se deu em 2010, até os dias atuais, o local tem sido alvo de atividades de pesquisa e divulgação científica em Arqueologia e Patrimônio, promovidas por docentes e alunos do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, especificamente, aqueles vinculados ao Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA). Da interação destes grupos com o sítio, foram realizadas coletas assistemáticas de vestígios no local. Através do levantamento e análise de diários de campo, fotografias, relatórios, projetos, textos de divulgação e diálogos diretos com pesquisadores, identificamos cinco coletas realizadas entre 2014 e 2019 e uma doação feita em 2015, totalizando mais de 240 objetos registrados até o momento.

Uma revisão das tipologias que qualificam as interações interdisciplinares foi realizada para que pudéssemos ativar o conceito de Musealização da Arqueologia, proposto como marco teórico-metodológico de concepção deste projeto de pesquisa. Essa fronteira se desenvolve a partir do contato entre os campos disciplinares da Arqueologia e da Museologia, com vistas a elaboração de experimentações que auxiliem na resolução de um problema complexo que alcança as duas áreas do conhecimento, qual seja a Gestão do Patrimônio Arqueológico.

Compreendemos a Musealização da Arqueologia como o exercício interdisciplinar qualificado entre os campos da Arqueologia e Museologia que objetiva o estabelecimento de mediações entre a sociedade contemporânea e os sítios e acervos arqueológicos, observados enquanto indicadores da memória, sobre os quais se aplica a cadeia operatória museológica de

procedimentos de salvaguarda e comunicação, considerando a historicidade de seus processos formativos, seus territórios de intervenção e sua interpretação como bem patrimonial.

O caráter experimental dos procedimentos da Musealização da Arqueologia pode ser observado na aplicação da cadeia operatória de salvaguarda e comunicação nos diferentes momentos em que o contexto arqueológico as solicita, ou seja, não há uma linearidade em sua execução. Assim, são as análises contextuais que irão indicar as necessidades dos sítios e coleções arqueológicas, ou em outras palavras, é a própria natureza do sítio e as perguntas feitas a partir dele que irão determinar os contatos interdisciplinares necessários.

Para o sítio Reitoria, nossos objetivos se concentram na compreensão da realidade arqueológica, constituída pelo levantamento de informações acerca de seus aspectos históricos e ambientais; das coleções geradas por intervenção arqueológica e por coletas de membros das comunidades de entorno; das narrativas arqueológicas produzidas através de investigações orientadas; das narrativas dos agentes locais, que ressignificam os vestígios evidenciados; e da observação do território patrimonial, que abrange as demais referências patrimoniais e indicadores de memória do contexto em análise.

Esse aspecto multifacetado proporcionou o levantamento e sistematização de diferentes informações, apresentadas em diversos suportes, ampliado a esfera das escolhas metodológicas utilizadas para lograr os objetivos pretendidos por este projeto. Neste sentido, concluímos que a Gestão do Patrimônio Arqueológico implica necessariamente na gestão do conhecimento produzido sobre ele, nos levando a refletir sobre as políticas de gestão da memória institucional e seu acervo de conhecimento.

O Laboratório de Documentação e Arqueologia, como uma Instituição de Guarda e Pesquisa de Acervos Arqueológicos organizada no escopo de uma Universidade Pública, dispõe de limites institucionais nas ações que desenvolve no contexto do sítio Reitoria, principalmente quando consideramos que o território em que está localizado o sítio encontra-se no centro de uma disputa fundiária entre a universidade e os moradores da região. Esse aspecto é relevante quando consideramos o histórico da relação entre esses agentes, cuja hostilidade na resolução de conflitos por parte da administração universitária reside fortemente na memória das comunidades remanescentes de quilombo Baixa da Linha e Vila Guaxinim.

Esses limites institucionais proporcionam aos pesquisadores do LADA o desafio de estabelecer uma nova ponte de relações, pautada por valores que vão de encontro a contatos anteriores promovidos pela UFRB neste território. Contudo, essas fronteiras também encontram resistências na política patrimonial arqueológica que localiza as IGPs à margem de uma responsabilidade de comunicação social com seus espaços de entorno.

Os depoimentos dos sujeitos diretamente envolvidos com o sítio revelam intenções de memória, expressos nas diferentes falas que trazem ideias de permanência dos vestígios arqueológicos do sítio junto as comunidades. Neste sentido, a associação entre os mecanismos técnico-científicos de proteção e o interesse de guarda do material por parte dos moradores locais geram profícuas reflexões acerca dos sentidos que levam a preservação do patrimônio arqueológico.

Portanto, quando resgatamos a pergunta de pesquisa levantada por este trabalho, qual seja: como a produção de conhecimento arqueológico pode colaborar de modo qualificado nos processos de Musealização da Arqueologia? podemos concluir, de acordo com as análises promovidas até aqui, que além de colaborar com a produção de conhecimento contextual sobre o sítio e suas coleções, a pesquisa arqueológica com essa orientação colabora também com o debate acerca dos desafios de uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico.

Esse desafio ganha outras nuances quando tratamos de IGPs, cujas ações concentram-se nas etapas de salvaguarda dos bens arqueológicos. Por esse prisma, o sítio Reitoria e seu acervo indicam ao LADA que, apesar de todas as coleções salvaguardadas em sua reserva técnica estarem passíveis de pesquisas contextuais que revelem novas informações para ativação de outras etapas da cadeia operatória de musealização, deverá haver por parte da instituição o reconhecimento daquelas sejam orientadas ao trabalho como indicadoras de memória.

Isto posto, acreditamos que mesmo diante dos limites encontrados na relação entre as comunidades e as instituições, o sítio Reitoria e suas coleções dispõem de um grande potencial de trabalho em outras esferas experimentais da Musealização da Arqueologia, que se articuladas de modo colaborativo e bem orientado, poderão inclusive alterar as dinâmicas dessa relação, para que ao fim os esforços sejam os mesmos, qual seja o de integrar de modo qualificado o sítio Reitoria ao território patrimonial de Cruz das Almas e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 01 – Musealização da Arqueologia: procedimentos teórico-metodológicos

Publicações em Formato Convencional

BRABOSA, Gilcimar Costa. **Patrimônio Arqueológico de Rondônia**: realidades institucionais. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2023, 229 p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 234-247, 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1999. 234 p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e Comunicação**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. 116 p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 25, p. 3-15, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museu do instituto de pré-história**: um museu a serviço da pesquisa científica. 1984. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudança. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.6, p. 293-313, 1996.

CABRAL SANTOS, Magaly de Oliviera. **Lição das coisas (ou canteiro de obras) através de uma metodologia baseada na educação patrimonial**. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Arqueologia Musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha**. 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 05 dez. 2024.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, Rio de Janeiro: IPHAN, p. 147-165, 2012.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. *In: Resoluções do CONAMA: resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2012, p. 644-652.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. *In: Resoluções do CONAMA: resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2012, p. 636-639.

COPÉ, Silvia Moehlecke; ROSA, Carolina Aveline Deitos. A arqueologia como uma prática interpretativa sobre o passado no presente: perspectivas teórico-metodológicas. *In: Pinto, C. R. J. & Guazzelli, C. A. B. (orgs). Ciências Humanas: pesquisa e método*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, cap. 07, p.97- 124.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.) **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução de SOARES, B. B. e CURY, M. X. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

DUARTE, Paulo. **Fontes Brasileiras de Pesquisa Pré-Histórica**. Instituto de Pré-História. São Paulo, 1970.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Iphan, 1997, 328 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. OLIVEIRA, N. V.; TAMANINI, Elizabete. Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras. **Práxis Archaeologica**, n. 3, p. 131-138, 2008.

GLASSIE, Henry. **Material Culture**. Indianapolis: Indiana University Press, 1999.

GOMES, Angela Maria De Castro. (coord.) **Direito e Cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, 320 p.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de Cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação [1990]. In: BRUNO, M. C. O. (org.) **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol. 1, parte 2, p. 203-210.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília-DF: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

KLEIN, Julie Thompson. Typologies of interdisciplinarity: the boundary work of definition. In: R. Frodeman (ed.) **The Oxford Handbook of Interdisciplinarity**, 21-34. 2nd edition. Oxford, Oxford University Press, 2017.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. **Da Materialização à Legitimação: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920-1945**. Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002, 296 p.

MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. New York: Routledge, 2004, 320 p.

RÚSSIO, Waldisa. A Interdisciplinaridade em Museologia [1981]. In: BRUNO, M. C. O. (org.) **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, vol. 1, parte 2, p. 123-126.

SALERNO, Virginia. Arqueología Pública: reflexiones sobre la construcción de un objeto de estudio. **Revista Chilena de Antropología**, n. 27, 1º sem., p. 7-37, 2013.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina; HIRATA, Elaine Farias Veloso; BRAVO, L. A.; CERÁVOLO, Suely Moraes. A Divulgação da Pesquisa Arqueológica junto à Comunidade: o papel do Museu Regional. **Dédalo**, São Paulo, MAE/USP, nº 26, 1988.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Re-constructing archaeology: theory and practice**. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1992, 312 p.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes**. Erechim: Habilis, 2007. 228 p.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Zbyslav. **Introduction à l'étude de la muséologie**. In: Destinée aux étudiants del'École Internationale d'Été de Muséologie – EIEM. Brno: Université Masaryk, 1995.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Zbyslav. Museology as a Science (a thesis), **Museologia**, 15, XI, 1980.

TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: um olhar necessário**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.

TILLEY, Christopher. Interpreting Material Culture. In: HODDER, Ian (ed). **The Meanings of Things – Material Culture and Symbolic Expression**. Cambridge: Harper Collins Academic. 1989, pp. 185-194.

Publicações em Formato Digital

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. Futuros Imaginados: o gesto patrimonial e o conceito de “diversidade cultural”. **Vivência: Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 55, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/IDjH>. Acesso em: 5 dez. 2024.

APOSTEL, Léo; BERGER, Guy; BRIGGS, Asa; MICHAUDE, Guy. **Interdisciplinarity: problems of teaching and research in universities**. Center for Educational Research and Innovation. Organization for Economic Co-operation and Development. 1972. Disponível em: <https://abre.ai/IDbZ>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BAIMA, Carlúcio de Brito. **A Educação Patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato**: reflexões e contribuições, 2016. 151 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://abre.ai/IDkZ>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRANDÃO, Laura Natasha Nery Mendonça. **Musealização da arqueologia**: caminhos, trilhas e rumos do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico. 2017. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/IDhX>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 08–18, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/IDgR>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: alguns subsídios e antecedentes. *Hawò*, Goiânia, v. 2, 2021. Disponível em: <https://abre.ai/IDgV>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 04–15, 2014. Disponível em: <https://abre.ai/IDgL>. Acesso em: 5 dez. 2024.

CARDOSO, Rosemary Aparecida. **Arqueologia musealizada e educação patrimonial: caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifences**. Recife, 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, 2013. Disponível em: <https://abre.ai/IDkW>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://abre.ai/IDhf>. Acesso em: 20 mai. 2023

COSTA, Carlos Alberto Santos. Por Políticas para a Gestão e Musealização do Patrimônio Arqueológico: uma escala de sentidos. **Revista Habitus** - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 17, n. 1, p. 101–124, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/IDjL>. Acesso em: 5 dez. 2024.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 11, n. 2[19], p. 215–253, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/IDly>. Acesso em: 6 dez. 2024.

DANDWATE, Parichay Patra; GAJUL, B. S. **Archaeology and Public Education. Bulletin of the Deccan College Research Institute**, vol. 64/65, p. 34-229, 2004. Disponível em: <https://abre.ai/IDk2>. Acesso em: 5 abr. 2023.

DÍAZ-ANDREU, Margarita.; COLTOFEAN-ARIZANCU, Laura. **Interdisciplinarity and Archaeology: Scientific Interactions in Nineteenth and Twentieth-Century Archaeology**. Oxford – UK: Oxbow Books, 2021. E-book. Disponível em: <https://abre.ai/IDcx>. Acesso em: 28 abr. 2022.

GREGOROVA Anna. La muséologie – science ou seulement travail pratique du musée? **MuWoP-DoTraM** – ICOM, n°1, 1980, p. 19-21. Disponível em: <https://abre.ai/ICBk>. Acesso em: 15. abr. 2023.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, 2011, p. 1-12. Disponível em: <https://abre.ai/IDlj>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MENSCH, P. V. O objeto de estudo da museologia. **Pretextos Museológicos 1**. Rio de Janeiro, UniRio, 1994. Disponível em: <https://abre.ai/IDjE>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. 2010. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico**: (des) caminhos da prática brasileira. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Disponível em: <https://abre.ai/IDhD>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 16–39, 2014. Disponível em: <https://abre.ai/IDjN>. Acesso em: 5 dez. 2024.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. **Patrimônio arqueológico paulista**: proposições e provocações museológicas. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://abre.ai/IDhN>. Acesso em: 05 dez. 2024.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008. Disponível em: <https://abre.ai/IDlj>. Acesso em 20 nov. 2022.

NUNES, Marília Duarte. A Utilização Cultural das Coleções Arqueológicas no Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba,

Secretaria de Educação e Cultura, Nova série, nº 3, 1966, p. 33-40. Disponível em: <https://abre.ai/IDf5>. Acesso em: 20 mai. 2023.

PARDI, Maria Lucia Franco. Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação. 2003. 289 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2003. Disponível em: <https://abre.ai/IDIC>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RIBEIRO, Diego Lemos. **A musealização da Arqueologia**: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://abre.ai/IDhQ>. Acesso em: 05 dez. 2024.

SALADINO Alejandra. COSTA, Carlos Alberto Santos. C. MENDONÇA, Elizabete de Castro. César o que é de César: o patrimônio arqueológico nas organizações formais do Brasil. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 7, n. 2, p. 106-118, 2015. Disponível em: <https://abre.ai/IDjY>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SALADINO, Alejandra. **Prospecções**: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://abre.ai/IDjZ>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da. **Musealização da arqueologia**: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://abre.ai/IDhm>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: O DECRETO-Lei Nº 25/37 E A Lei Nº 3.924/61. **Revista de Arqueologia**, v. 9, n. 1, p. 9–23, 1998. Disponível em: <https://abre.ai/IDjU>. Acesso em: 5 dez. 2024.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial**. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/IDhT>. Acesso em: 12 jun. 2022.

Documentos Jurídicos

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: <https://abre.ai/IDj5>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, col. 1, p. 24.520, 11 dez. 1937. Disponível em: <https://abre.ai/IDkf>. Acesso em 20 nov. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (...). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 01, p. 84. 23 mai. 2016. Disponível em: <https://abre.ai/IDkB>. Acesso em: Acesso em 20 nov. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 195, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 01, p. 83. 23 mai. 2016. Disponível em: <https://abre.ai/IDkG>. Acesso em 20 nov. 2024.

BRASIL. Lei federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, p. 6793, 27 jul. 1961. Disponível em: <https://abre.ai/IDkg>. Acesso em 20 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (...) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, p. 01, 27 jul. 1961. Disponível em: <https://abre.ai/IDko>. Acesso em 20 nov. 2024.

CAPÍTULO 02 – O sítio arqueológico Reitoria em contexto

Publicações em Formato Convencional

BAIMA, Carlúcio de Brito, **A Educação Patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato**: reflexões e contribuições, 2016. 151 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2016.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. 1995. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CALDERÓN, Valentin. A fase Aratu no Recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do terceiro ano: 1967-1968. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Publicações Avulsas, n.º 13, 1969, p. 161-172.

CALDERÓN, Valentin. Breve noticia sobre a arqueología de duas regiões do Estado da Bahia: resultados preliminares do quarto ano: 1968-1969. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Publicações Avulsas, n.º 15, 1971, p. 163-174.

CALDERÓN, Valentin. Contribuição para o conhecimento da arqueología do Recôncavo e do Sul da Bahia: resultados preliminares do quinto ano: 1969-1970. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Publicações Avulsas, n.º 26, 1974, p. 141-156.

CAMPOS, Luana Cristina da Silva Campos. Sítio Arqueológico. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2018.

CUNHA, Mário Augusto Pinto da. **História de Cruz das Almas**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959. 288 p.

DOMINGO, Inés; BURKE, Heather; SMITH, Claire. Técnicas básicas de excavación. *In*: DOMINGO, Inés; BURKE, Heather; SMITH, Claire. **Manual de Campo del Arqueólogo**. Barcelona: Editora Ariel, 2015, cap. 05, s/n.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Os sepultamentos do Sítio Aratu de Piragiba – Bahia**. Salvador, 2003. 2 v. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2003.

REZENDE, Joelito de Oliveira. **Recôncavo Baiano, berço da universidade federal segunda da Bahia: passado, presente e futuro**. Salvador: P&A, 2004. 194 p.

RODRIGUES, Maria da Glória Figueredo. **Dinâmica das paisagens naturais no município de Cruz das Almas – BA, com ênfase aos solos**. 2003. 111 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Escola de Agronomia, Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, 2003.

SANTIAGO, Larissa Silveira. **O processo de construção da identidade étnica na comunidade remanescente de quilombo Vila Guaxinim, em Cruz das Almas – BA**. 2018, 56 p. Monografia (Serviço Social). Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2018.

SOUZA, Camillo Guimarães de. **Práticas Alimentares Tradicionais nas Comunidades Quilombolas de Cruz das Almas – BA**. 2023, 110 p. Dissertação de Mestrado (Saúde da População Negra e Indígena). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2023.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 12ª Ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2020. 542p.

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett de. **Conservação de Coleções Indígenas: (re)pensando processos de intervenção a partir das práticas colaborativas em museus etnográficos**. Tese Doutorado Rio de Janeiro, 2020, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, Centro o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS).

Publicações em Formato Digital

ALCÂNTARA, Tainã Moura. O Espólio Intelectual de Valentin Calderón: possibilidades para o estudo da história da arqueologia na Bahia. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DE CINECIA E TECNOLOGIA*, 17., 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/HiQkC>. Acesso em: 15 jul. 2022.

AMENOMORI, Sandra Nami. Potencial analítico de sedimentos e solos aplicados à arqueologia. Mestrado usp arqueologia faculdade de filosofia, letras e Ciências Humanas. 1999. Disponível em: <https://abre.ai/ICAV>. Acesso em 20 nov. 2024

APOSTEL, L. et. al. **Interdisciplinarity: problems of teaching and research in universities**. 1972. Disponível em: <https://abre.ai/meUW>. Acesso em: 20 mai. 2023.

AZEVEDO, Aroldo de. Recôncavo da Bahia - Estudo de Geografia Regional. **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 1, 1950, p. 115-130. Disponível em: <https://abrir.link/kOsep>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 7, n. 1[7], p. 107-122, 2013. Disponível em: <https://abre.ai/ICA0>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://abre.ai/ICA3>. Acesso em: 18 set. 2022.

CABRAL, Mariana Petry. "E se todos fossem arqueólogos? Experiências na Terra Indígena Wajãpi." **Anuário Antropológico**, v. 39, n. 2, 2014, p. 115-132. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/1269>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ. 22ª Sessão Ordinária - 29/05/2023 - Câmara de Vereadores de Cruz das Almas. **YouTube**, 29 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fmx5ivfxjuM&t=6020s>. Acesso em: 19 out. 2023.

CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. 2 ed. rev. e amp. **Cadernos de Arqueologia, Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares**, n. 1, p. 119-148, 1976. Disponível em: <https://abrir.link/RhYgT>. Acesso em: 05 jul. 2022.

DIAS, Adriana Schmidt. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan-abr. 2007. Disponível em: <https://abrir.link/BXdau>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Cruz das Almas**. Disponível em: <https://abrir.link/AFbyU>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. O sítio de tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, vol. 01, n. 01, 2012. Disponível em: <https://abrir.link/pBgDu>. Acesso em: 05 jul. 2022.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. Aspectos Materiais dos Sítios Pedreira e Água Vermelha, Bahia. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 18, n. 2, p. 593–612, 2021. Disponível em: <https://abre.ai/meUX>. Acesso em: 3 nov. 2024.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Mapeamento Arqueológico**. Cachoeira: Bahia Arqueológica / FAPESB, p. 92, 2010. Disponível em: <https://abrir.link/DcvyR>. Acesso em: 05 jul. 2022.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. Uma revisão da Tradição Aratu na Bahia. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 27, n. 01, 2012. Disponível em: <https://abrir.link/FfUke>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Informações Quilombolas**. Disponível em: <https://abrir.link/njvYm>. Acesso em: 15 nov. 2024.

GEOGRAFAR-UFBA. **Comunidades Quilombolas da Bahia**. 2022. Disponível em: <https://abrir.link/gLroy>. Acesso em: 21 nov. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2022 Disponível em: <https://abrir.link/BFmtM>. Acesso em 05 nov. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958-1964. Vol. 20: Municípios do Estado da Bahia. Disponível em: <https://abrir.link/WtThq>. Acesso em: 12 nov. 2024.

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural Da Bahia. **Patrimônio imaterial: bens registrados**. Salvador: IPAC, 2015. Disponível em: <https://abrir.link/VhvUw>. Acesso em: 23 mar. 2015.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - BA00840**. Centro Nacional de Arqueologia - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro (CNA/SGPA), Brasília, 2010. Disponível em: <https://abrir.link/NOkGs>. Acesso em: 12 mai. 2022.

LIMA, Helena Pinto. Patrimônio Para Quem? por uma Arqueologia Sensível. **Revista Habitus** - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 17, n. 1, p. 25–38, 2019. DOI: 10.18224/hab.v17i1.7086. Disponível em: <https://abre.ai/ICBr>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LIMA, Helena Pinto. Potências e desafios da interculturalidade na pesquisa em gestão de acervos arqueológicos. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 12, n. 24, 2023, p. 115-132. Disponível em: <https://abre.ai/meUY>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LOPES, Gustavo Acioli. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 5, n. 12, 2010. Disponível em: <https://abrir.link/SsNwG>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MEMORIAL DE CRUZ DAS ALMAS. **Memorial de Cruz das Almas**, 2023. Disponível em: <https://memorialdecruzasalmas.com.br/memorial/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade. **A Escola de Agronomia**: Ascensão e Queda de uma Potência. Paulo Naçif, Salvador, 13 ago. 2018. Disponível em: <https://abrir.link/roMUX>. Acesso em: 15 nov. 2024.

OLIVEIRA, Denise Pimenta da Silva; Baiardi, Amílcar. O Município de Cruz das Almas: configurações históricas e dinâmicas territoriais. **Textura**, n. 11, v. 20, 2018, p. 87-99. Disponível em: <https://abrir.link/hnSnX>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PEREIRA, Daiane. O “Roubo Das Urnas”: A Relação Do Patrimônio Arqueológico Salvaguardado E Os Coletivos Humanos. **Revista Habitus** - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 17, n. 1, p. 39–52, 2019. Disponível em: <https://abre.ai/1CBw>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PEREIRA, Daiane. **Curadoria arqueológica na Amazônia brasileira**: salvaguardando mundos. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/meUZ>. Acesso em: 21 nov. 2024.

RIBEIRO, Morgana Cavalcante; COSTA, Rodrigo Lessa; LAGE, Maria Conceição Soares Meneses; FARIAS FILHO, Benedito Batista. O uso do grafite enquanto escolha técnica em cerâmicas da tradição Aratu no sul da Bahia. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 145–169, 2023. DOI: 10.24885/sab.v36i1.1005. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1005>. Acesso em: 5 nov. 2024.

SANTOS, Nilton Antônio Souza. O trem e a comunidade quilombola na cidade de cruz das almas – BA. **Textura**, Governador Mangabeira-BA, v. 6, n. 11, p. 39-46, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://abrir.link/uUBNi>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: SEI, 2016. 2 v. (Série Territórios de Identidade da Bahia), 259 p. Disponível em: <https://abrir.link/AqNbY>. Acesso em 10. nov. 2024.

SILVA, Fabíola Andrea. 2000. **As Tecnologias e seus Significados**. Um Estudo da Cerâmica dos Asuriní do Xingu e da Cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma Perspectiva Etnoarqueológica. Tese (Doutorado em Antropologia/Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://abre.ai/ICBK>. Acesso em: 20 Out. 2017.

SILVA, Fabíola Andréa. 2009. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, 8 (16): 121-139. Disponível em: <https://abre.ai/ICBL>. Acesso em: 20 Out. 2017.

SILVA, Fabíola Andréa; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, Francisco F. 2011. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. **Amazônica**, Belém, 3 (1): 32-59. Disponível em: <https://abre.ai/ICBM>. Acesso em: 20 out. 2017.

SILVA, Maurício André da. **Abordagens educacionais para uma arqueologia parente com comunidades tradicionais da RDS Amanã e da FLONA Tefé, Amazonas**. 2022. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://abre.ai/ICBO>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Fazenda Campo Limpo**. Salvador: IPAC, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/EbSyR>. Acesso em: 15 nov. 2024.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. **O Imperial Instituto Baiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na metade do século XIX**. 1982. 261 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1982.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Da Bahia. Catálogo **UFRB 2023**. Cruz das Almas: UFRB, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/oBiMm>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Documentos Jurídicos

BAHIA. Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil – Estado da Bahia**, Poder Executivo, Salvador, 30 dez. 2014. Seção 1. p. 06. Disponível em: <https://abrir.link/sANKD>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BAHIA. Secretaria do Planejamento; Secretaria do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar**. Salvador: SEPLAN; SEMA, 2013. Disponível em: <https://abrir.link/sDWTt>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de Lei nº 242, de 2002**. Autoriza o Poder Executivo a Criar a Universidade Federal de Cruz das Almas – UFCAL, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Brasília. 2002a.

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 9 de dezembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <https://abrir.link/FmUEp>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 11.482 de 22 de novembro de 1939**. Declara de utilidade pública, para os fins previstos no Decreto-Lei nº 10.321, de 1º de julho de 1938, a gleba de terras, de 4500ha, sita nos municípios de Cruz das Almas e Muritiba. Salvador, 1939. Não paginado.

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Resumo do Convênio nº 357/22. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil - Estado da Bahia**, Salvador, ed. 23.481, p. 21, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://abrir.link/WmiDc>. Acesso em 20 nov. 2024.

Capítulo 03 – As coleções arqueológicas do sítio Reitoria

Publicações em Formato Convencional

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. Coleção Artes & Ofícios, n. 5. 261p.

COMERLATO, Fabiana. Ambiente virtual, 26 jan. 2023. Anotações, 03 p. **Entrevista** concedida a Paulo Otávio de Laia.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. Ambiente virtual, 22 nov. 2022. Anotações, 02 p. **Entrevista** concedida a Paulo Otávio de Laia.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. **Diário de campo**. 2006, 05 p.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Diário de campo**, 03 mai. 2014, 01 p.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Diário de campo**, 03 mai. 2016, 03 p.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Diário de campo**, 11 mar. 2014, 01 p.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Diário de campo**, 14 ago. 2019 (a), 02 p.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Diário de campo**, 18 set. 2019 (b), 01 p.

IPHAN – Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, **BA00840**. 2010, 03 p.

SANTOS, Naiara Santana do Nascimento. **Documentação museológica: gestão e extroversão de acervo arqueológico**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

SILVA, Jaqueline de Jesus da. **Educação patrimonial na Escola Municipal Joaquim Medeiros: sítio arqueológico Reitoria, Cruz das Almas, Bahia.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

TARGINO, Solange Maria Pereira. **Conservação e preservação de urnas Aratu do sítio Reitoria de Cruz das Almas, Bahia.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2015.

Publicações em Formato Digital

FERNANDES, Henry Luydy Abraham. **Mapeamento Arqueológico.** Cachoeira: Bahia Arqueológica / FAPESB, p. 92, 2010. Disponível em: <https://abrir.link/DcvyR>. Acesso em: 05 jul. 2022.

CORRÊA, Ângelo Alves. Longue durée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://abre.ai/meUE>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA
LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA

Rua Ana Nery, nº 25, Centro, Cachoeira, Bahia, Brasil, CEP 44.300-000
Fone: (75) 3425-2561 www.ufrb.edu.br/museologia E-mail: colegiadodemuseologia@gmail.com

TERMO DE DOAÇÃO

Eu, Jose Augusto Azevedo, identidade nr 1251500
cpf nr _____ residente na _____,
bairro Comunidade da Bahia, cidade Cruz dos Almos faço
de livre e espontânea vontade a doação de 2 urnas funerárias de Tradição
Arqueológicas Anonimas do sítio Reitoria
para o Laboratório de Documentação e Arqueologia do Centro de Artes, Humanidades e
Letras da Universidade Federal da Bahia, instalado em Cachoeira – BA.

O(s) objeto(s) doado(s) fará(ão) parte do acervo do citado laboratório e contribuirão para as aulas, o estudo e a produção de conhecimento na UFRB. O nome do doador e os demais dados da doação ficarão registrado e em qualquer publicação, exposição ou outro uso para a comunicação dos resultados de pesquisas e estudos será citada a fonte de proveniência do objeto.

Cidade de Cruz das Almas, em 01/04/2015.

Doador: Jose Augusto Azevedo

Pesquisador: _____

Testemunhas: Verônica Rosa Silva

Rosaneiro Josémente
Níllia Pereira da Silva
Maura Conceição dos Santos Santana



Maniôca e Fruticultura

LABORATÓRIO DE SOLOS E NUTRIÇÃO DE PLANTAS
RESULTADO DE ANÁLISE QUÍMICA DE SOLO

Padrões de Fertilidade

pH em água

Acidez elevada < 5,0	Acidez média de 5,1 a 6,0	Acidez Fraca de 6,1 a 6,9	Neutro igual a 7,0	Alcalinidade Fraca De 7,1 a 7,4
-------------------------	------------------------------	------------------------------	-----------------------	------------------------------------

Concentração de nutrientes

	Baixa	Média	Média- alta	Alta
Fósforo mg/dm ³	0 a 6	7 a 13	14 a 20	> 20
Potássio cmol _c /dm ³	0 a 0,07	0,08 a 0,15	0,15 a 0,23	> 0,23
Cálcio cmol _c /dm ³	0 a 2,0	2,0 a 4,0		> 4,0
Magnésio cmol _c /dm ³	0 a 0,4	0,5 a 1,0		> 1,0
Alumínio cmol _c /dm ³	0 a 0,3	0,4 a 1,0		> 1,0
Cobre mg/dm ³		0,8 a 1,2		
Ferro mg/dm ³		19,0 a 30,0		
Zinco mg/dm ³		1,0 a 1,5		
Manganês mg/dm ³		6,0 a 8,0		

Métodos analíticos

Extratores/Método

Mehlich-1: P, K e Na disponíveis

Mehlich -1: Micronutrientes (Cu, Fe, Zn e Mn) disponíveis

KCl 1M: Ca, Mg e Al trocáveis

Ca(CH₃CO₂)₂.H₂O 0,5M: Acidez potencial (H+Al)

Colorimétrico: Matéria orgânica (MO)

Análise solo sítio neutro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)
Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)
Rua Ana Nery, 25 – Centro, Cachoeira / Bahia / Brasil. CEP 44.300-000
Telefone: +55 75 3425-2729 | ufrb.edu.br/cahl



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL (PPGAP)
Rua Ana Nery, 25 – Centro, Cachoeira / Bahia / Brasil. CEP 44.300-000
Telefone: + 55 75 3425-2242 | ufrb.edu.br/ppgap | E-mail: ppgap.ufrb@gmail.com

TERMO DE GUARDA PROVISÓRIA

O Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA), localizado na sala 03, anexo da Fundação Hansen Bahia, situado na rua Treze de Maio, n. 13, Centro, Cachoeira – BA, vinculado ao Grupo de Pesquisas Recôncavo Arqueológico e ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGAP/UFRB), através do presente termo se responsabiliza pelo transporte e guarda provisória do material arqueológico oriundo do sítio Reitoria, depositado na sede da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha, localizada na comunidade remanescente de quilombo Baixa da Linha, no município de Cruz das Almas – BA. O material recolhido é formado por: dezenove (19) fragmentos cerâmicos dispersos com dimensões variadas, dez (10) sacos plásticos contendo fragmentos cerâmicos pequenos (sem quantidade definida) e cinco (5) sacos plásticos contendo fragmentos ósseos (sem quantidade definida), conjunto material escavado por moradores em 2018; conta ainda com três (3) sacos plásticos contendo fragmentos cerâmicos de dimensões variadas (sem quantidade definida), escavados em 14/08/2019; um (1) recipiente cerâmico conforme e um (1) fragmento cerâmico de grandes dimensões associado ao recipiente, escavados em 18/09/2019. No LADA, este conjunto passará por procedimentos de higienização, processamento documental e retiradas de amostras para análises científicas. Quando a Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha providenciar um espaço expositivo seguro e adequado, o LADA se predispõe a enviar o referido acervo para composição da ajudada exposição.

Por ser verdade, firmam este termo os representantes das respectivas instituições.

Cruz das Almas – BA, 18 de 08 de 2023.

José Augusto Araujo Pereira
Presidente da Associação Comunitária Quilombola da Baixa da Linha

Henry Luydy Abraham Fernandes
Coordenador do Laboratório de Documentação e Arqueologia

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)
Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)
Rua Ana Nery, 25 – Centro, Cachoeira / Bahia / Brasil. CEP 44.300-000
Telefone: +55 75 3425-2729 | ufrb.edu.br/cahl



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL (PPGAP)
Rua Ana Nery, 25 – Centro, Cachoeira / Bahia / Brasil. CEP 44.300-000
Telefone: + 55 75 3425-2242 | ufrb.edu.br/ppgap | E-mail: ppgap.ufrb@gmail.com

Projeto: Musealização do Patrimônio Arqueológico do sítio Reitoria, Cruz das Almas – BA.

Discente: Paulo Otávio Laia

Orientador: Prof. Carlos Alberto Santos Costa

Coorientador: Prof. Henry Luydy Abraham Fernandes

Transcrição de comentários¹, conversa com o Prof. Carlos Alberto Etchevarne²

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois realizou-se em ambiente virtual um encontro com o Prof. Carlos Alberto Etchevarne, com o objetivo de verificar informações previamente indicadas³ a respeito de sua visita ao sítio Reitoria, configurada como a primeira observação arqueológica sistemática sobre este território, localizado na cidade de Cruz das Almas - BA, atualmente em propriedade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,

De acordo com Etchevarne, sua visita ocorreu entre os meses de outubro ou novembro do ano de 2005 ou 2006, acompanhado da professora Conceição⁴, também arqueóloga. O convite para a visita foi realizado através do Vice-Reitor da instituição à época, Prof. Silvio Soglia⁵, que tendo notícias do surgimento de materiais reconhecidos como arqueológicos em terreno próximo ao edifício sede da Reitoria, considerou prudente uma análise especializada.

Percorrendo o terreno, descrito por Etchevarne como um relevo de colina, cujo declive alcançava um curso d'água, verificou a existência de um casarão habitado por um grupo familiar. Em área próxima à residência foi identificado o uso do terreno para atividades agrícolas, provavelmente realizadas pelo grupo observado, segundo aponta o professor, dada sua pequena dimensão e proximidade junto a casa.

¹ Dados os objetivos do encontro, a conversa realizada com o Prof. Carlos Etchevarne ocorreu sem o auxílio de gravação audiovisual ou um roteiro de perguntas previamente estruturadas, sendo transcrito aqui os comentários tomados em nota a respeito do conteúdo discutido na conversa.

² Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia.

³ A indicação de que o Prof. Carlos Etchevarne foi o primeiro arqueólogo a visitar o sítio Reitoria foi repassada pelo Prof. Luydy Fernandes.

⁴ Maria da Conceição Lopes é professora na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁵ Silvio Luiz de Oliveira Soglia é professor do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da UFRB. Exerceu mandato como Vice-Reitor desta Universidade entre os anos de 2006 e 2015.

O professor informou que a visita dos arqueólogos foi acolhida com pouca simpatia por parte dos habitantes do casarão, o que impediu o avanço das observações no espaço ou mesmo a solicitação de informações para com estes. Contudo, destaca a formação da colina como muito interessante e que em parte da área percorrida foi possível reconhecer a existência de urnas funerárias em evidência no solo, cujas observações o permitiu vinculá-las à tradição cerâmica arqueológica Aratu.

O professor sinaliza que foram produzidas poucas fotografias sobre a área visitada. As notas em caderno de campo se encontram sob posse dos pesquisadores. Um relatório sobre a visita foi produzido e entregue ao solicitante, Prof. Silvio Soglia, que diante das informações manifestou interesse na realização de um convênio entre as Universidades Federais da Bahia e do Recôncavo da Bahia, para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas sistemáticas no território.

Etchevarne relata que não se recorda de ter realizado a inscrição do local no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN⁶, mas que através de carta, notificou o escritório regional da autarquia sobre a existência do sítio arqueológico naquela localidade. Após a realização da visita, o professor informou que não recebeu um retorno quanto as medidas adotadas, ou mesmo informações acerca do convênio sugerido pela administração da universidade. Reconhece o sítio como um assentamento de grupos humanos do passado, que ocupa uma vasta porção do terreno e com grande potencial para pesquisas arqueológicas.

Informou que mais recentemente tomou conhecimento da existência de uma comunidade remanescente de quilombo localizada próximo ao sítio, por isso indicou o envolvimento deste grupo em todas as etapas da pesquisa, citando os trabalhos realizados em Piragiba⁷ como um exemplo a ser percorrido. Encerrou a conversa demonstrando interesse quanto ao desenvolvimento do trabalho e disponibilidade para completar as informações colhidas neste encontro.

⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, responsável por manter o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico

⁷ Vila de Piragiba, Município de Muquém do São Francisco, região oeste do Estado da Bahia.

- CNSA BA00840 -

Nome do sítio: Reitoria

Outras designações e siglas:

CNSA: BA00840

Município: Cruz das Almas

UF: BA

Descrição sumária do sítio: Trata-se de uma aldeia indígena Aratu de grandes dimensões, com fragmentos cerâmicos e vários líticos lascados, localizado no Topo do planalto, com datação anterior a 1500.

Sítios relacionados: Miudinha

Comprimento: 0m

Largura: 0m

Altura máxima: 0m

(a partir do nível do solo)

Área: 0m²

Medição

Estimada

Passo

Mapa

Instrumento

Unidade geomorfológica: Aldeia Aratu

Compartimento topográfico: Rio

Altitude: 0m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Vale do Riacho Capivari

Distância: 0m

Rio:

Bacia: Rio Paraguaçu

Vegetação atual

Floresta ombrófila

Savana (cerrado)

Floresta estacional

Savana-estépica (Caatinga)

Campinarana

Estepe

Capoeira

Outra:

Uso atual do terreno

Atividade urbana

Pasto

Via pública

Plantio

Estrutura de fazenda

Área devoluta

Outro:

Propriedade da terra

Área pública

Área privada

Área militar

Área indígena

Outra:

Proteção legal

Unid. de conservação ambiental

Em área tombada

Municipal

Estadual

Federal

Patrim. da humanidade

Categoria

Unicomponencial

Multicomponencial

Pré-colonial

De contato

Histórico

Tipo de sítios: Aldeia Aratu

Forma: Não delimitada

Tipo de solo:

Estratigrafia:

Contexto de deposição

Em superfície

Em profundidade

Exposição

Céu aberto

Abrigo sob rocha

Gruta

Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00840 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Área de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
<small>(fogueira, forno, fogão)</small> | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de Fossas |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de edificações | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | <input checked="" type="checkbox"/> Concentrações cerâmica - quant.: |
- Outras:

Artefatos

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Lítico lascado | <input type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre: Pintura: Gravura: Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições: Aratu
Fases:
Complementos:
Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:
Estilos:
Complementos:
Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

mais de 75%

entre 25 e 75%

menos de 25%

Fatores de destruição

Erosão eólica

Erosão fluvial

Vandalismo

Erosão pluvial

Atividades agrícolas

Construção de estrada

Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

Alta

Média

Baixa

Atividades desenvolvidas no local

Registro

Sondagem ou Corte estratigráfico

Coleta de superfície

Escavação de grande superfície

Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Luydy Abraham Fernandes

Data do registro: //

Ano do registro:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.



Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*



Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA BA00840 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Investigações Arqueológicas na Área do Empreendimento Sistema de Esgotamento Sanitário nos Municípios de Cachoeira e São Félix

Documentação produzida (quantidade)

Mapa com sítio plotado: 1	Foto preto e branco: 0
Croqui: 0	Reprografia de imagem: 0
Planta baixa do sítio: 0	Imagem de satélite: 0
Planta baixa dos locais afetados: 0	Cópia total de arte rupestre: 0
Planta baixa de estruturas: 0	Cópia parcial de arte rupestre: 0
Perfil estratigráfico: 0	Ilustração do material: 0
Perfil topográfico: 0	Caderneta de campo: 3
Foto aérea: 0	Video / Filme: 0
Foto colorida: 51	Outra: 0

Bibliografia

FERNANDES, Luydy Abraham. Mapeamento Arqueológico. Cachoeira: Bahia Arqueológica / FAPESB, 2010.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Riane de Castro Ramos e George Silva do Nascimento

Data: //

Localização dos dados: LADA/CAHL/UFRB

Atualizações:

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.